



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 07 | Julho 2015



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Julho de 2015

Elaborado com informação disponível até ao dia 27 de julho.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
As empresas portuguesas entre 2008 e 2013	35
Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço das importações e das exportações por grupos e subgrupos de produtos - Janeiro a março de 2015 -	43
Iniciativas e Medidas Legislativas	53
Lista de Acrónimos	67

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de abril e maio de 2015, assistiu-se a um abrandamento da produção industrial e do comércio mundiais, afetando as trocas comerciais tanto das economias avançadas como dos países emergentes.
- * A atividade económica dos EUA manteve-se dinâmica no 2.º trimestre de 2015, sobretudo em resultado da melhoria do consumo privado e do mercado de trabalho; embora a atividade industrial e as exportações tivessem desacelerado. No mesmo período, a economia do Reino Unido apresentou um crescimento mais moderado, tendo o PIB aumentado 2,6% em termos homólogos reais (2,9% no 1.º trimestre) e o da China mantido o aumento de 7,0% em termos homólogos reais (igual ao trimestre precedente). A taxa de inflação manteve-se baixa para a generalidade das economias avançadas e em alguns países emergentes (China) em resultado da descida dos preços de energia.
- * No 2.º trimestre de 2015, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), devido sobretudo à melhoria da confiança dos empresários dos serviços. Também, o indicador previsional do Banco de Itália, de junho de 2015, indica que o PIB trimestral em cadeia da área do euro continuou a acelerar (+0,4%, no 1.º trimestre de 2015) iniciando o prosseguimento de uma melhoria da atividade económica. Esta, por sua vez, está a ser influenciada pela descida do preço do petróleo; depreciação do euro face ao dólar e diminuição dos custos de financiamento dos agentes económicos decorrentes da implementação de medidas adicionais de política monetária não convencional do BCE (“quantitative easing”) que tiveram início em março. Em maio de 2015, a taxa de desemprego manteve-se estável tanto para a UE como para a AE, situando-se em 9,6% e 11,1%, respetivamente (a taxa mais baixa dos últimos 3 anos) e, em junho de 2015, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 0,2% (0,3%, em maio) e manteve-se também em 0,2% em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * Em julho de 2015 e, até ao dia 27, o preço *spot* do petróleo *Brent* continuou a diminuir, para se situar, em média, em 58 USD/bbl (52 €/bbl), resultando de uma situação de oferta excedentária de petróleo, causada, em grande medida pelo aumento da produção da Arábia Saudita e, pela expectativa de exportação do Irão, decorrente do acordo feito com o Ocidente, em meados do mês, que determina a eliminação de sanções a este país.
- * No decurso do mês de julho, assistiu-se a uma nova depreciação do euro face ao dólar, refletindo sobretudo os desenvolvimentos mais favoráveis da economia norte americana e as expectativas de uma subida das taxas de juro diretoras da Reserva Federal, no curto prazo. De facto, no dia 27, o euro situava-se em 1,11, correspondendo a uma depreciação de 1,2% face ao final do mês de junho; contudo manteve-se longe dos níveis mínimos registados em meados de abril deste ano (1,06) derivado, em parte, do acordo estabelecido, entre o governo grego e os credores internacionais, em meados do mês.
- * Adicionalmente, nos mercados financeiros internacionais e de capitais, registou-se alguma volatilidade e instabilidade no período mais recente, resultando, em parte, das preocupações que persistem em torno da situação de financiamento futuro da Grécia.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE para o 2.º trimestre de 2015, o indicador de clima económico recuperou, mantendo a tendência iniciada no final de 2012.

- * O Índice de confiança dos consumidores piorou ligeiramente no segundo trimestre de 2015, quando comparado com os primeiros três meses do ano.
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de -0,4%, o que representa uma redução de 4,1 p.p. face ao registado nos primeiros três meses do ano.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 2,7% em abril e maio, valor idêntico ao do primeiro trimestre de 2015.
- * No final do segundo trimestre 2015, o número de desempregados registados nos centros de emprego diminuiu 12,7%, enquanto as colocações, durante o mesmo período, aumentaram 24,8%, face ao ano anterior.
- * Em junho de 2015, a variação homóloga do IPC e do IHPC fixou-se em 0,8%, em ambos os casos -0,2 p.p. do que em maio. Já o IPPI apresentou uma variação homóloga negativa (-1,8%), desacelerando uma décima face a maio.
- * Até maio de 2015, o excedente acumulado da balança corrente foi de 666 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 136,2 milhões de euros em termos homólogos.
- * Decorrido meio ano, a execução orçamental das Administrações Públicas (valores provisórios) regista um saldo global negativo (ótica de caixa) no montante de 3783M€ (4175M€ no período homólogo do ano anterior). Este valor traduz uma melhoria de 10% relativamente ao período homólogo. No mesmo período, o saldo primário alcançou um excedente de 840M€, revelando uma melhoria superior a 150% quando comparado com o período homólogo do ano anterior.
- * Para este resultado o subsector do Estado contribuiu com um saldo global negativo da ordem dos 5128M€ (melhoria de 3%). O saldo primário foi -737M€. A execução orçamental dos SFA apresenta um saldo global positivo de 209M€.
- * No mesmo período, o subsector da Segurança Social apresentou um excedente de 914,9M€, representando mais 445M€ que em igual período de 2014.
- * O subsector da Administração Regional registou um saldo negativo de 139,1M€ e a execução orçamental do subsector da Administração Local evidenciou um saldo positivo de 360,5M€ representando uma melhoria de 103,6M€ face ao período homólogo.
- * No final do mês de maio, a dívida do Setor das Administrações Públicas (ótica de Maastricht) atingiu o montante de 229,2mM€ (225,4mM€ no mês anterior). O aumento da dívida é explicado pelo aumento da dívida do subsector da Administração Central uma vez que a dívida do subsector da administração regional e local e do subsector da Segurança Social se mantiveram praticamente inalteradas.
- * No final do mês de junho, a dívida direta do Estado atingiu o valor 220,6 mil milhões de euros (redução de 3,5mM€ relativamente ao mês anterior).

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados¹ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 4,9% nos primeiros cinco meses de 2015. Neste mesmo período, as importações registaram um acréscimo de 3,7%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 1,8%, correspondendo a 75 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 83,4%, mais 0,9 p.p. que em igual período de 2014.

¹ Resultados mensais preliminares de janeiro a maio de 2015.

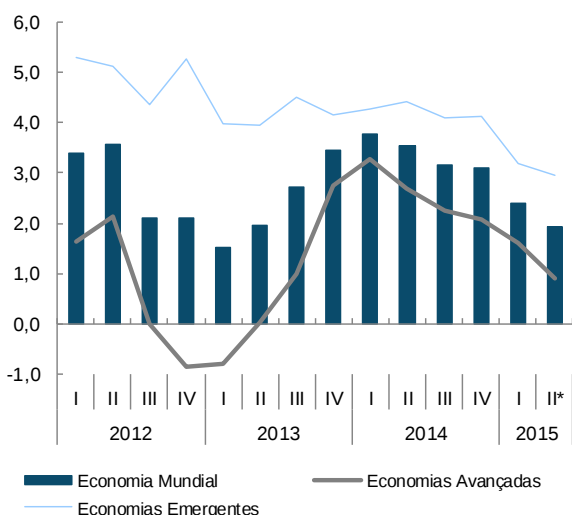
- * Nos primeiros cinco meses de 2015, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (3,6%). As importações registaram uma taxa de variação homóloga positiva e superior ao crescimento das exportações (7,5%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 56,3%.
- * No último ano a terminar em maio de 2015, as exportações de mercadorias cresceram 4,1% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Agroalimentares” (+1,0 p.p.), do “Material de Transporte”, dos “Produtos Acabados Diversos”, dos “Energéticos” e dos “Minérios e Metais” (todos com +0,6 p.p.). Nos primeiros cinco meses de 2015, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,5 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” e do “Material de Transporte” (ambos com +0,8 p.p.).
- * De janeiro a maio de 2015, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 6,3 % e contribuíram em 4,5 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 6,4 % e as exportações para os países do Alargamento 4,7 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 4,4 p.p. e 0,2 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,2% do total de janeiro a maio de 2015), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+2,5 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para o Reino Unido e a França (+0,8 p.p. e +0,6 p.p., respetivamente).
- * Nos primeiros cinco meses de 2015, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva (1,3%), passando a representar 26,8 % do total das exportações nacionais (-1 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Canadá (+88,5%), Moçambique (+22,9%) e os EUA (+22,7%).
- * De janeiro a maio de 2015, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 5%. As exportações de produtos de média-baixa e baixa intensidade tecnológica são as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,6 p.p. e +1,5 p.p., respetivamente).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de abril de 2015, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,5% nos primeiros quatro meses de 2015. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (8,8% e 5,5%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (3,9 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de abril e maio de 2015, a produção industrial mundial desacelerou para 1,9% em termos homólogos (2,4% no 1.º trimestre) devido sobretudo ao abrandamento das economias avançadas.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



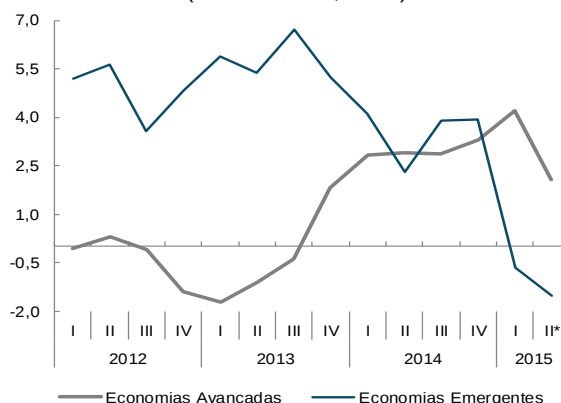
Fonte: CPB. * média dos meses de abril e maio.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também regrediu neste período, especialmente em resultado do enfraquecimento mais acentuado das exportações mundiais.

De facto, no conjunto destes dois meses e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 0,8% (2,4% no 1.º trimestre de 2015);
- as exportações e importações mundiais desaceleraram para 1,3% e 0,3%, respetivamente (3,0% e 1,8%, respetivamente, no 1.º trimestre).

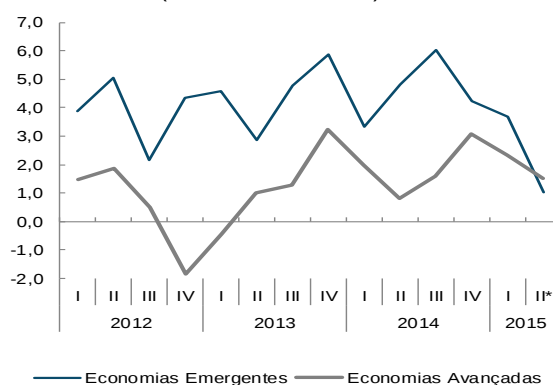
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * média dos meses de abril e maio.

A deterioração das trocas comerciais mundiais atingiu globalmente tanto as economias avançadas como os países emergentes. Para os países emergentes, as importações permaneceram com uma variação negativa (facto que não sucedia desde 2009) e as exportações apresentaram uma desaceleração significativa, com destaque para uma quebra por parte dos países asiáticos. Já para as economias avançadas, o comércio de mercadorias também abrandou, especialmente em termos de importações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * média dos meses de abril e maio.

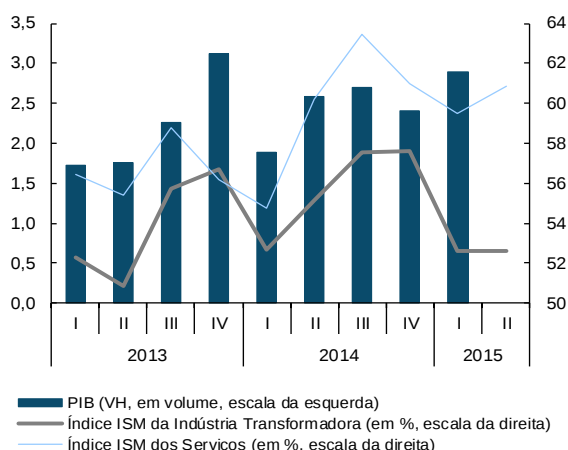
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014				2015	2015			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,4	3,8	3,6	3,2	3,1	2,4	2,4	2,3	1,9	1,9
Economias Avançadas	VH	CPB	2,6	3,3	2,7	2,2	2,1	1,6	1,6	1,3	1,1	0,7
Economias Emergentes	VH	CPB	4,2	4,3	4,4	4,1	4,1	3,2	3,2	3,3	2,8	3,1
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	3,3	3,1	2,7	3,6	3,6	2,4	2,4	2,9	1,2	0,4
Importações Mundiais	VH	CPB	3,3	3,5	2,6	3,4	3,6	1,8	1,7	3,7	0,8	-0,2
Economias Avançadas	VH	CPB	3,0	2,8	2,9	2,9	3,3	4,2	4,1	5,3	3,1	1,1
Economias Emergentes	VH	CPB	3,6	4,1	2,3	3,9	3,9	-0,6	-0,7	2,2	-1,6	-1,4
Exportações Mundiais	VH	CPB	3,2	2,6	2,8	3,8	3,7	3,0	3,0	2,0	1,6	1,0
Economias Avançadas	VH	CPB	1,9	2,0	0,8	1,6	3,1	2,3	1,2	3,4	2,3	0,8
Economias Emergentes	VH	CPB	4,6	3,3	4,8	6,1	4,2	3,7	4,9	0,6	0,9	1,1

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores para o 2.º trimestre de 2015 indicam a continuação do dinamismo da atividade económica nos EUA; um crescimento mais moderado do Reino Unido e a manutenção de um crescimento robusto do PIB da China. A taxa de inflação manteve-se baixa para a generalidade das economias avançadas e em alguns países emergentes (China).

Figura 1.4. PIB e Índices de Confiança dos EUA

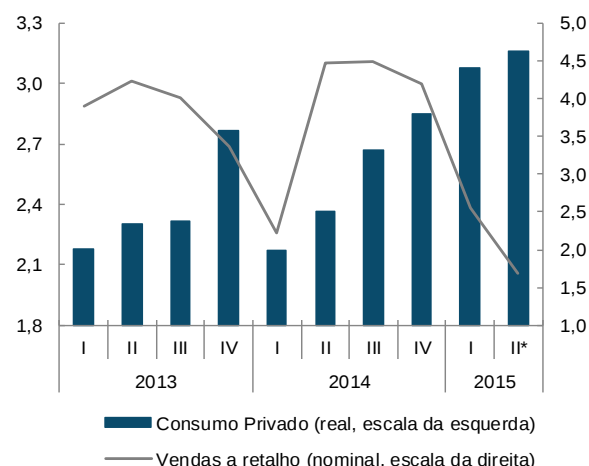


Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management.

Os indicadores disponíveis para o 2.º trimestre de 2015 para os **EUA** indicam um forte crescimento do consumo privado e para uma melhoria do mercado de trabalho; enquanto se assistiu a uma deterioração da atividade industrial e das exportações. Com efeito, neste período e, em termos homólogos:

- o consumo privado apresentou um forte crescimento, de 3,2% em termos reais (3,1% no 1.º trimestre) apesar das vendas a retalho terem desacelerado em termos nominais;
- a produção industrial abrandou para 1,8% (3,6% no 1.º trimestre) refletindo a redução do investimento no setor energético e, as exportações de bens diminuíram 5,8% em termos nominais no conjunto dos meses de abril e maio de 2015 (-4,6% no 1.º trimestre);
- a taxa de desemprego desceu para 5,4% e a taxa de inflação homóloga teve uma variação nula (-0,1% no 1.º trimestre).

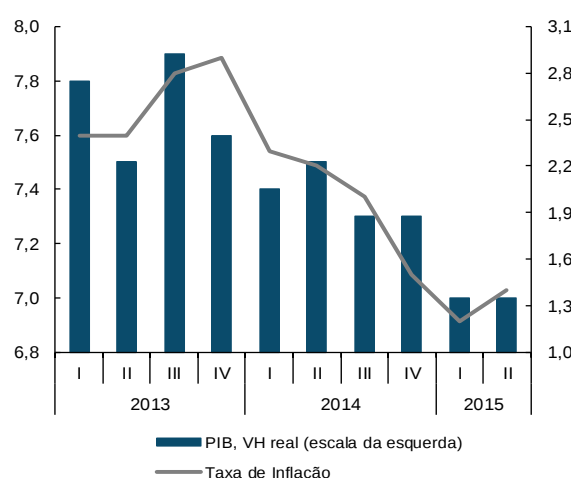
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Census Bureau. * média dos meses de abril e maio p/ Consumo Privado.

No 2.º trimestre de 2015, o PIB da **China** aumentou para 7,0% em termos homólogos reais (igual ao trimestre anterior). Neste período, tanto a produção industrial como as vendas a retalho desaceleraram, com destaque para uma quebra das exportações em termos nominais. A taxa de inflação homóloga subiu para 1,4% (1,2% no trimestre precedente).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

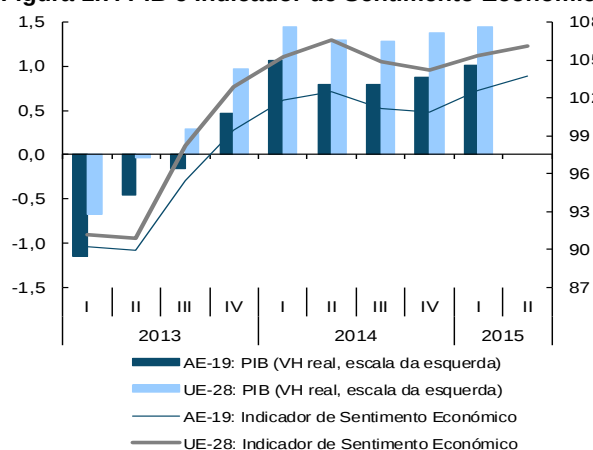
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014			2015		2015			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
EUA – PIB real	VH	BEA	2,4	2,6	2,7	2,4	2,9	2,9	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,2	4,2	4,7	4,6	3,6	1,8	2,9	2,3	1,7	1,5
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,8	55,2	57,6	57,6	52,6	52,6	51,5	51,5	52,8	53,5
Índice ISM dos Serviços	%	"	59,8	60,2	63,4	61,0	59,5	60,9	57,5	61,6	59,5	61,5
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	84,1	82,8	83,0	89,8	95,5	94,2	93,0	95,9	90,7	96,1
Taxa de Desemprego	%	BLS	6,2	6,2	6,1	5,7	5,6	5,4	5,5	5,4	5,5	5,3
China – PIB real	VH	NBSC	7,4	7,5	7,3	7,3	7,0	7,0	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	6,0	5,0	13,0	8,7	10,0	-2,0	-15,0	-6,4	-2,5	2,8
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,1	-0,4	-1,4	-0,9	-1,0	-	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 2.º trimestre de 2015, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), devido sobretudo à melhoria da confiança dos empresários dos serviços. Também, o indicador previsional do Banco de Itália, de junho de 2015, indica que o PIB trimestral em cadeia da AE continuou a acelerar (+0,4% no 1.º trimestre de 2015).

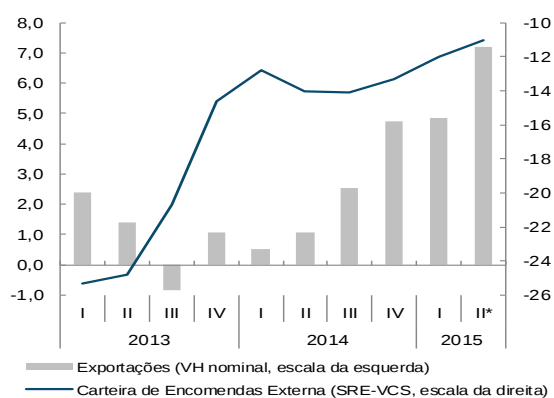
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de abril e maio de 2015, indicam um abrandamento da produção industrial; um reforço importante das exportações de bens e uma melhoria das vendas a retalho.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

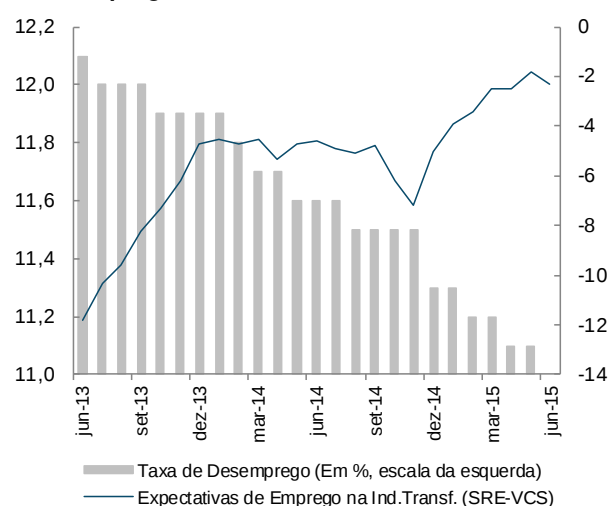


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média dos meses de abril e maio.

Em maio de 2015, a taxa de desemprego manteve-se em 9,6% para a UE e em 11,1% para a AE (a taxa mais baixa dos últimos 3 anos).

Em junho de 2015, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para a indústria transformadora e para o comércio a retalho; enquanto melhoraram para os serviços e construção.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em junho de 2015, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 0,2% (0,3%, em maio) e manteve-se também em 0,2% em termos de variação dos últimos 12 meses.

A diminuição da taxa de inflação homóloga (interrompendo a tendência ascendente registada nos últimos meses) deveu-se a uma quebra mais pronunciada dos preços de energia e a uma desaceleração dos preços dos serviços e dos produtos alimentares não transformados.

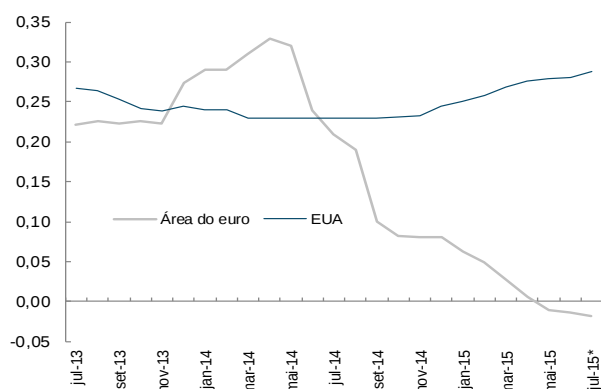
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014			2015		2015			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	1,3	1,3	1,3	1,4	1,5	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,2	106,5	104,8	104,2	105,3	106,1	106,0	106,4	106,4	105,5
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	0,8	0,8	0,8	0,9	1,0	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,6	102,5	101,2	100,8	102,6	103,7	103,9	103,8	103,8	103,5
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	0,8	0,7	0,6	0,4	1,4	:	1,9	0,7	1,3	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	1,3	1,3	0,9	2,1	2,2	:	1,7	2,6	2,6	:
Taxa de Desemprego	%	"	11,6	11,6	11,5	11,4	11,2	:	11,2	11,1	11,1	:
IHPC	VH	"	0,4	0,6	0,4	0,2	-0,3	0,2	-0,1	0,0	0,3	0,2

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em julho de 2015, as taxas de juro de curto prazo prosseguiram o seu movimento descendente para a área do euro, renovando mínimos históricos; enquanto continuaram a subir para os EUA. Com efeito, até ao dia 27, a taxa Euribor a 3 meses diminuiu para -0,02% e a taxa *libor* dos EUA subiu para 0,29%.

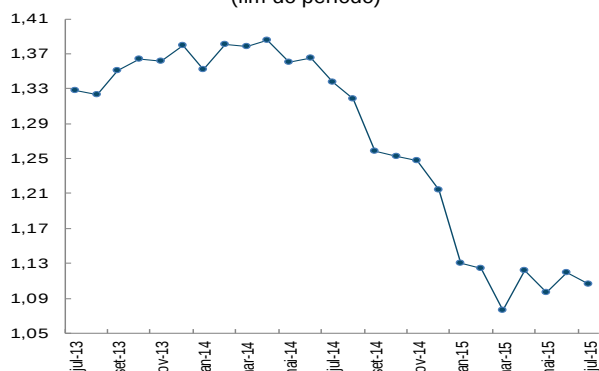
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 27.

Em junho de 2015, as taxas de juro de longo prazo continuaram a subir tanto para a área do euro como para os EUA. No caso da área do euro, esta evolução refletiu essencialmente a instabilidade em torno da situação de financiamento da Grécia. Com efeito, assistiu-se, neste período, a um aumento dos *spreads* das taxas de rendibilidade a 10 anos dos países periféricos da área do euro face à Alemanha.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

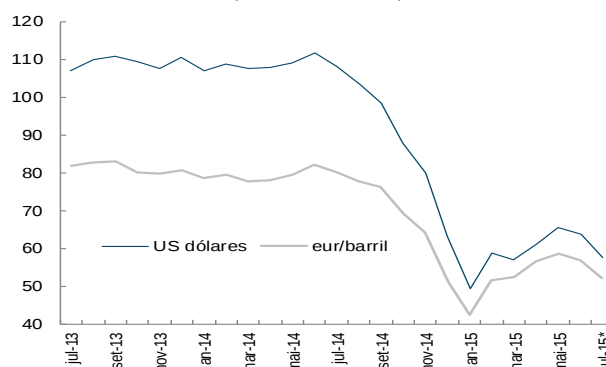


Fonte: Banco de Portugal. Para julho, o valor é do dia 27.

Em julho de 2015, assistiu-se a uma nova depreciação do euro face ao dólar, refletindo sobretudo os desenvolvimentos económicos mais favoráveis da economia norte americana e as expectativas de uma subida das taxas diretoras da Reserva Federal dos EUA, ainda este ano. De facto, no dia 27, o euro situava-se em 1,11 correspondendo a uma depreciação de 1,2% face ao final do mês de junho mas, manteve-se longe dos níveis mínimos registados em meados de abril (1,06) derivado, em parte, ao acordo estabelecido, em meados do mês de julho, entre o governo grego e os credores internacionais.

Em junho de 2015, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 51,6 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em julho de 2015 e, até ao dia 27, o preço do petróleo *Brent* continuou a diminuir, para se situar, em média, em 58 USD/bbl (52 €/bbl), resultando de uma situação de oferta excedentária de petróleo, causada, em grande medida pelo aumento da produção da Arábia Saudita e, ampliada pelo acordo verificado, em meados do mês, entre o Ocidente e o Irão, determinando a eliminação de sanções a este país.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 27.

No 2.º trimestre de 2015, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo diminuído 18% em termos homólogos (-15% no 1.º trimestre) devido sobretudo à desida dos preços dos bens alimentares e agrícolas.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014			2015		2015			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,08	0,21	0,08	0,08	0,02	-0,01	0,02	-0,01	-0,01	-0,01
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,54	2,62	2,50	2,28	1,97	2,17	2,04	1,94	2,20	2,36
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	2,28	2,48	2,00	1,59	1,15	1,29	0,96	0,85	1,34	1,67
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,214	1,366	1,258	1,214	1,076	1,119	1,076	1,122	1,097	1,119
Dow Jones*	VC	Yahoo	7,5	2,2	1,3	4,6	-0,3	-0,9	-2,0	0,4	1,0	-2,2
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	1,2	2,1	-0,1	-2,5	17,5	-7,4	2,7	-2,2	-1,2	-4,1
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	99,52	109,66	103,42	77,06	55,07	63,47	56,92	61,12	65,54	63,74
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-8,4	6,3	-5,6	-29,5	-49,0	-42,1	-47,2	-43,4	-39,9	-43,0
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-8,4	1,3	-5,6	-23,3	-37,9	-28,2	-32,6	-27,5	-26,0	-30,9
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	70,3	74,6	72,8	60,1	44,9	51,2	48,2	47,1	55,0	51,6

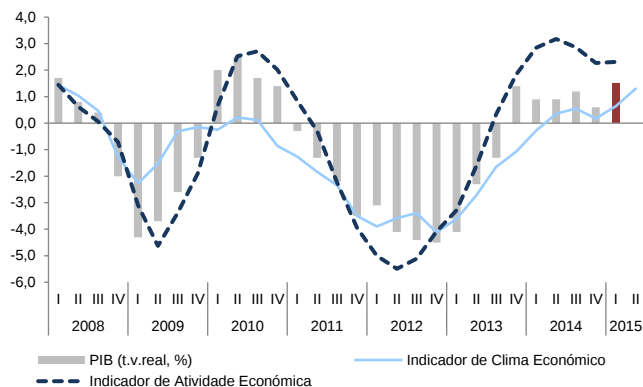
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2015 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o 2.º trimestre de 2015, o indicador de clima económico recuperou, mantendo a tendência iniciada no final de 2012.

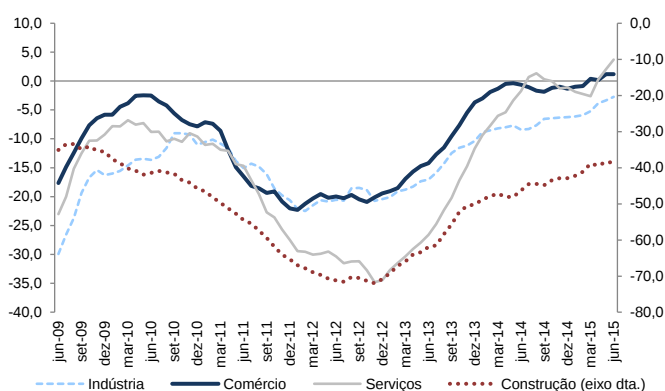
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No segundo trimestre do ano, assistiu-se a uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança quando comparados com o trimestre anterior.

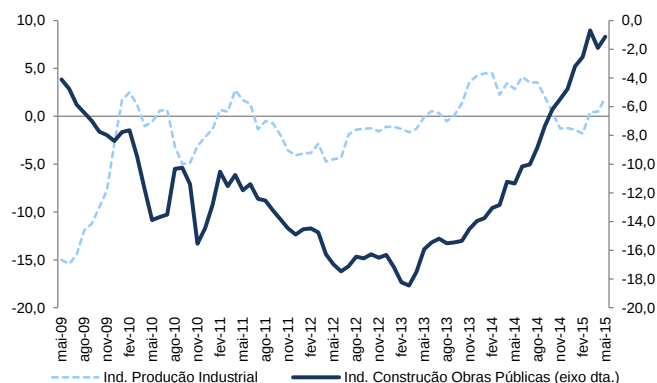
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

O indicador de atividade económica do INE, no trimestre terminado em maio, apresentou um crescimento homólogo de 2,2%, um valor 0,1 p.p. inferior ao observado no trimestre terminado em março.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de abril e maio, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou um crescimento de 0,8% e o índice de volume de negócios apresentou um aumento de 2,2% (0,4% e -0,5% no primeiro trimestre de 2015, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra mais acentuada (-2,9% quando no trimestre acabado em março apresentava uma variação homóloga de -0,7%);
- o índice de volume de negócios nos serviços deteriorou-se face ao período homólogo (-1,2 p.p. face ao 1.º trimestre de 2015);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um aumento de 2,7%, valor idêntico ao do período compreendido entre janeiro e março de 2015.

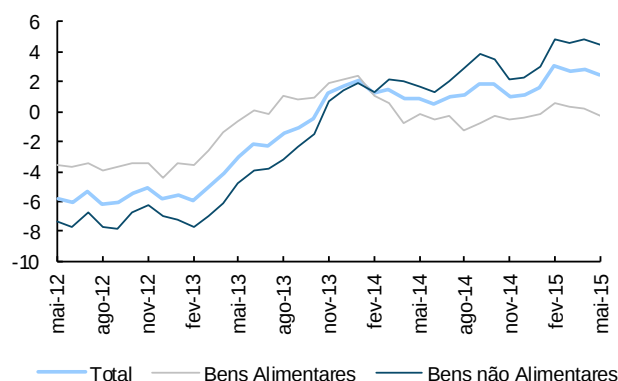
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014			2015		2015				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	0,9	0,9	1,2	0,6	1,5	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	0,2	0,4	0,6	0,2	0,6	1,3	0,3	0,6	0,8	1,1	1,3
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-7,4	-8,4	-6,5	-6,3	-5,2	-2,7	-5,5	-4,0	-2,1	-3,9	-2,3
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-1,3	-0,7	-1,9	-1,3	0,4	1,2	-0,8	0,8	0,4	2,3	0,9
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-2,1	-1,7	0,3	-1,1	-2,6	3,7	-4,2	-2,7	7,8	10	2,4
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-45,3	-46,3	-44,9	-42,9	-38,9	-38,6	-40,4	-37,9	-40,0	-37,3	-38,6
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	1,8	4,1	2,0	-1,2	0,4	:	-2,9	4,3	0,2	1,5	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-1,2	-1,1	-1,3	-1,9	-0,5	:	-1,4	3,9	4,7	-0,2	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,6	-1,6	-3,8	-3,1	-2,2	:	-2,5	0,3	-4,1	-2,6	:

Consumo Privado

Nos meses de abril e maio de 2015, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) cresceu 2,7%, valor idêntico ao registado nos três primeiros meses do ano. A componente alimentar estagnou (desacelerando 0,3 p.p. face ao primeiro trimestre) enquanto a componente não alimentar acelerou duas décimas para os 4,7%.

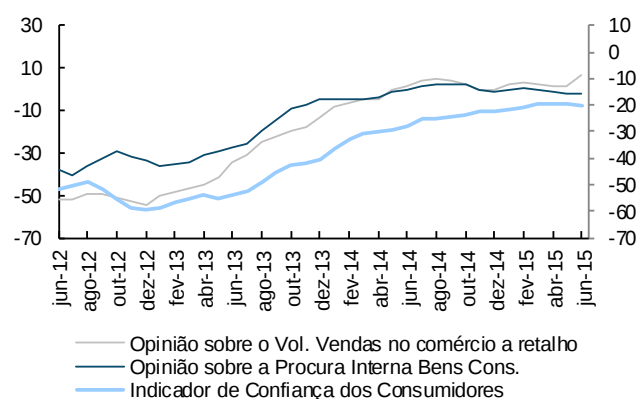
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3,VH)



Fonte: INE.

No segundo trimestre de 2015, o indicador qualitativo de confiança dos Consumidores piorou quando comparado com o trimestre precedente, sendo que a evolução ao nível das suas componentes foi mista. Já relativamente ao Indicador qualitativo da opinião dos empresários relativamente ao volume de vendas no comércio a retalho, este apresentou uma melhoria face ao trimestre terminado em março. Por seu turno, a opinião dos empresários da Indústria Transformadora relativamente à procura interna de bens de consumo caiu, no segundo trimestre do ano, quando comparado com os três primeiros meses.

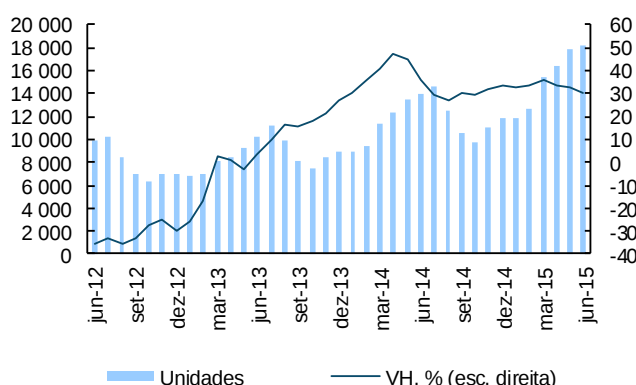
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No segundo trimestre de 2015, foram vendidos 54 428 automóveis ligeiros de passageiros, um valor que representa um acréscimo de 8 200 unidades face ao primeiro trimestre, e um aumento de 30,1% face ao trimestre homólogo.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014			2015		2015				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,2	1,8	2,7	2,0	2,5	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-26,3	-27,6	-24,6	-22,3	-19,2	-20,0	-19,4	-17,5	-21,3	-20,2	-18,4
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	"	0,0	1,3	4,1	-0,7	2,2	6,6	1,1	-1,8	4,1	2,0	13,8
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	1,2	0,5	1,9	1,1	2,7	:	3,3	1,8	3,5	1,9	:
Bens Alimentares	VH	"	-0,3	-0,6	-0,7	-0,4	0,3	:	0,9	-0,9	0,7	-0,7	:
Bens não alimentares	VH	"	2,3	1,3	3,8	2,2	4,5	:	4,9	3,9	5,5	3,9	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	34,8	35,5	29,8	33,5	36,1	30,1	35,6	41,9	21,9	33,1	33,9
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	4,9	3,1	3,2	6,4	7,5	12,9	6,0	15,8	18,7	5,7	:

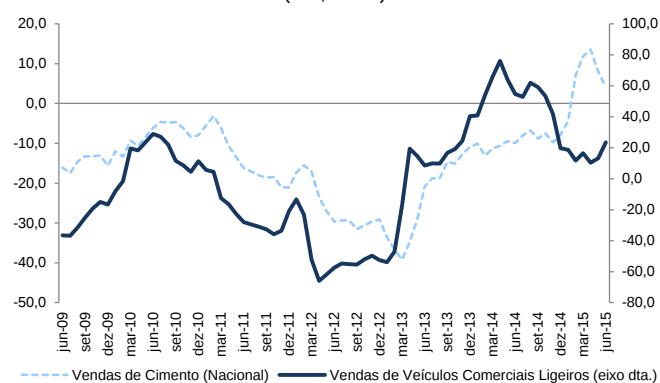
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 2.º trimestre de 2015, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 23,4% (+7 p.p. face ao trimestre terminado em março de 2015) acompanhadas pela variação de 51,4% na venda de veículos comerciais pesados, um aumento de 28 p.p. face ao 1.º trimestre do mesmo ano;
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso deterioraram-se quando comparadas com o trimestre terminado em março;
- as vendas de cimento registaram um crescimento de 4,2% (+11,8% no trimestre anterior), o segundo crescimento homólogo positivo observado desde o segundo trimestre de 2008;

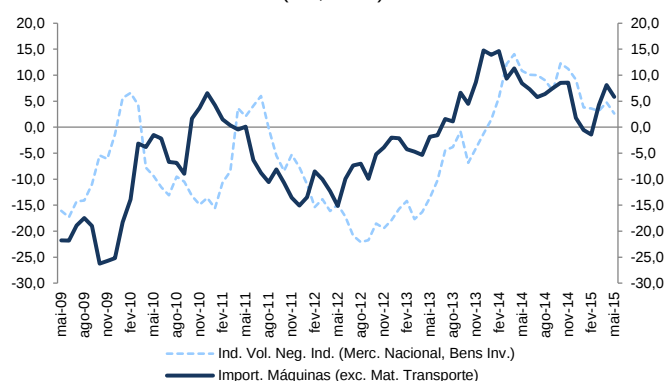
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros (VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

- o Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de -0,4%, o que representa uma redução de 4,1 p.p. face ao registado nos primeiros três meses do ano.

Figura 2.8. Bens de Equipamento (VH, MM3)

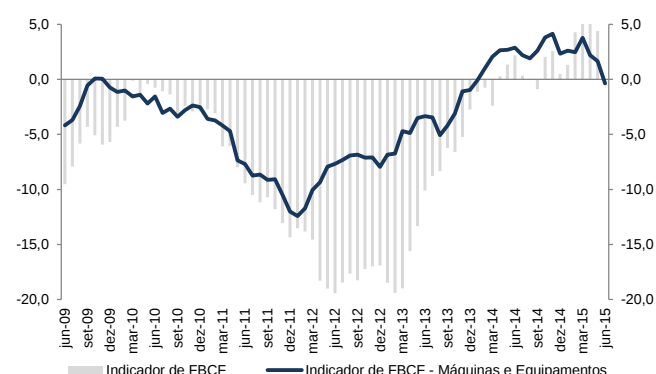


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de abril e maio, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 2% (3,1% no 1.º trimestre de 2015);
- a importação máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceu 4,6% (+0,3 p.p. face ao trimestre terminado em março).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes (VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

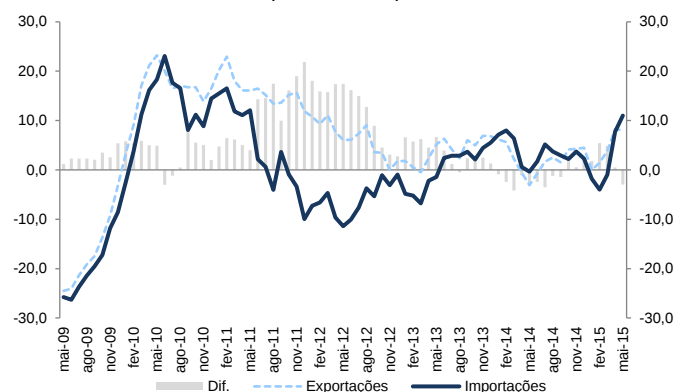
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014			2015		2015				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	5,3	3,1	2,6	3,5	0,2	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	2,5	3,6	3,9	2,5	8,6	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-0,2	2,2	-0,9	0,5	8,5	:	4,3	8,5	6,4	4,4	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-9,5	-10,0	-8,9	-7,9	11,8	4,2	12,3	14,7	13,3	-3,0	3,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	43,8	54,7	59,1	19,7	16,4	23,4	7,4	7,3	16,7	17,0	36,7
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	23,4	43,1	36,4	8,6	23,4	51,4	47,6	16,6	29,2	66,8	60,0
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	11	-6,1	2,0	7,1	3,8	-7,2	8,4	-13,2	-5,2	15	-17,8
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-8,1	-13,9	-13,1	17,1	16,1	:	22,2	11,1	18,2	5,4	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	6,2	7,3	7,5	18	4,3	:	5,3	8,2	10,7	-12	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	9,5	10,1	7,0	9,1	3,1	:	0,4	3,9	9,8	-4,9	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para abril e maio de 2015, apontam para um aumento das exportações e das importações em 6,4% e 3,7%, respetivamente (3,9% e 3,8% no 1.º trimestre de 2015).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



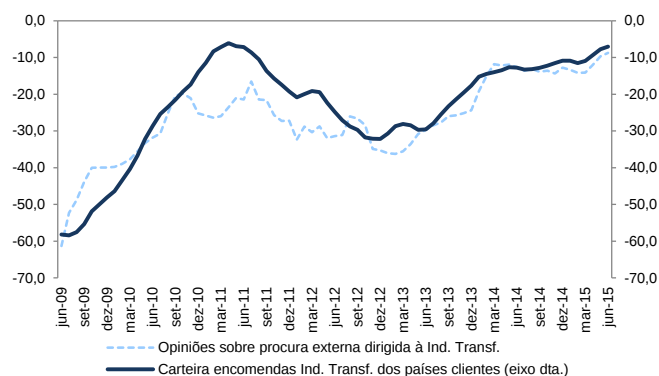
Fonte: INE.

Também nos meses de abril e maio, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações cresceu 2,2%, um valor superior ao aumento de 0,6% registados no trimestre terminado em março. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 8% (+5,1% no 1.º trimestre do ano);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 8,1%, enquanto que o mercado extracomunitário registou um crescimento de 19,2% em termos homólogos (2,3% e -11% no 1.º trimestre respetivamente). Em termos acumulados, a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 83,4% (82,5% em igual período de 2014).

No 2.º trimestre de 2015, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram mais positivas quando comparadas com o trimestre anterior, à semelhança da Carteira Encomendas da Indústria Transformadora dos países clientes.

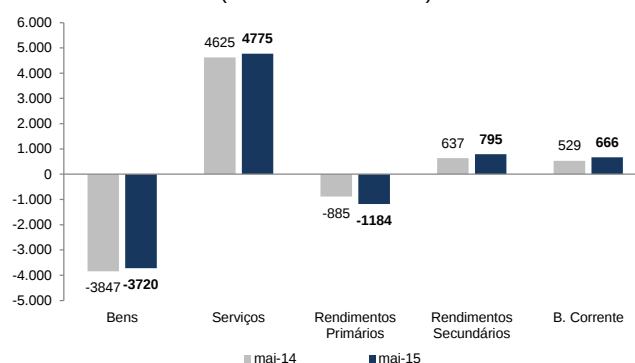
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até maio de 2015, o excedente acumulado da balança corrente foi de 666 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 136,2 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, essencialmente, um saldo mais positivo da Balança de Bens e Serviços e de Rendimentos Secundários que compensaram a deterioração da Balança de Rendimentos Primários.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 1472 milhões de euros (uma redução de 200 milhões de euros face ao ano acabado em maio de 2014).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

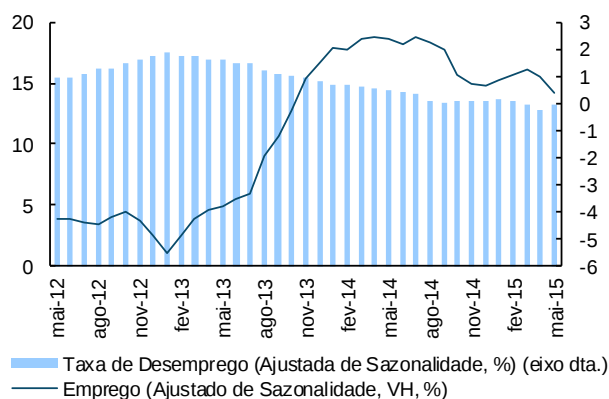
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014				2015	2015				
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr	mai
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	3,3	3,3	2,0	2,9	4,9	6,8	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	6,4	9,1	3,9	5,4	7,4	6,6	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços	% PIB	"	0,5	-0,1	0,9	0,1	0,9	1,1	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia	% PIB	"	19	-0,2	14	4,3	2,2	0,1	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	19	2,2	-0,7	15	4,5	3,9	-3,6	3,8	11,3	9,5	3,5
Entradas de Bens	VH nom	"	3,3	6,4	1,7	2,9	2,3	-10	-10,1	-3,9	11,4	15,9	6,2

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014				2015	2014	2015	Dif.
				1T	2T	3T	4T	1T	jan-mai	jan-mai	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 710	830	894	1035	950	1330	1673	1472	-200
Saldo Balança de Bens	"	"	-8 919	-2436	-2209	-2300	-1974	-1926	-3847	-3720	127
Saldo Balança de Serviços	"	"	10 929	2699	2841	2789	2598	2822	4625	4775	150
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-2 514	-434	-602	-585	-893	-621	-885	-1184	-299
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1650	424	269	433	525	585	637	795	158

Mercado de Trabalho

As mais recentes estimativas do INE apontam para uma taxa de desemprego de 13,2% no trimestre centrado em maio de 2015, o que representa um aumento de 0,4 p.p. face à estimativa de abril e uma redução de 1,2 p.p. face a maio de 2014. Em igual período, o emprego cresceu 0,4%, uma desaceleração de 0,6 p.p. face à estimativa anterior.

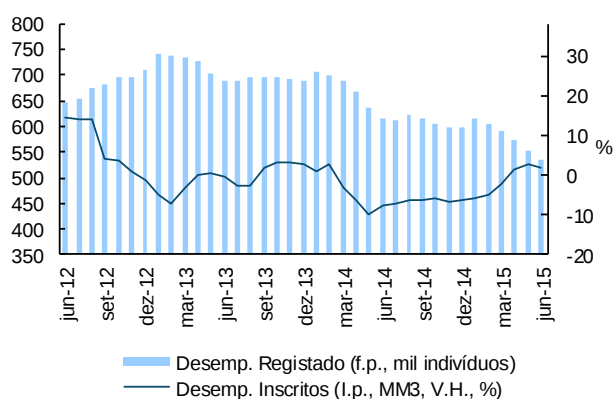
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final do segundo trimestre de 2015, encontravam-se registados, nos centros de emprego, cerca de 537 mil desempregados, valor que compara com 615 mil registados um ano antes (decréscimo de 12,7%). Já o desemprego registado ao longo do segundo trimestre, aumentou 1,8% em termos homólogos, para os 156 mil pedidos.

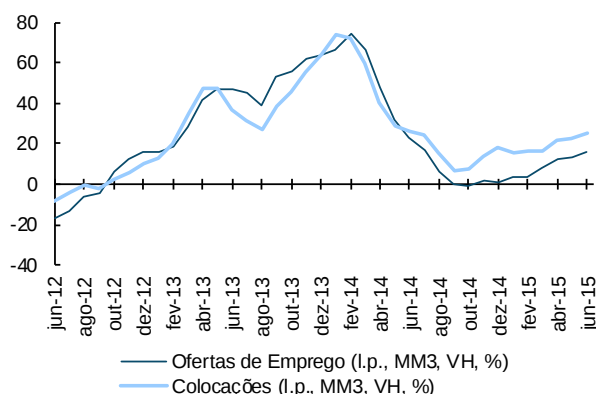
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Esta evolução reflete um aumento das colocações que, no segundo trimestre, aumentaram 24,8%, em termos homólogos, acelerando face aos 16,8% do primeiro trimestre. Igual padrão seguiram as ofertas de emprego que, durante o segundo trimestre ascenderam a cerca de 50 mil, um aumento de 16,1% face a igual período do ano anterior. Assim, o rácio entre ofertas e colocações foi de 68,9%, mais 4,5 p.p. do que nos três primeiros meses de 2015.

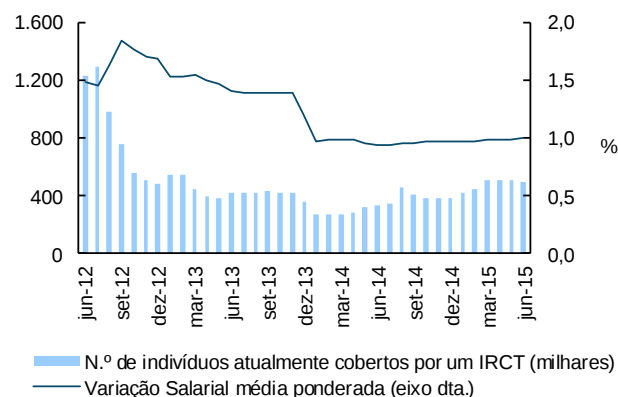
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de junho, cerca de 501 mil trabalhadores se encontrem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, uma redução face aos cerca de 514 mil no final de maio. Já o aumento remunerações médias implícitas fixou-se nos 1,0%, valor idêntico ao do mês anterior.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARl.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

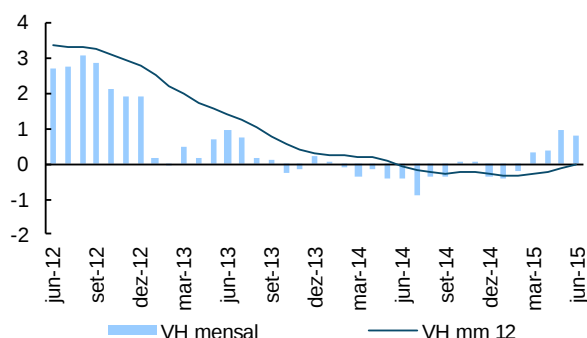
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014			2015		2015				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Taxa de Desemprego*	%	INE	13,9	13,9	13,1	13,5	13,7	:	13,5	13,2	12,8	13,2	:
Emprego Total*	VH	"	1,6	2,0	2,1	0,5	1,1	:	1,1	1,2	1,0	0,4	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,3	-10,9	-11,6	-13,3	-14,4	-12,7	-13,8	-14,4	-14,2	-12,9	-12,7
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-5,7	-7,4	-6,2	-6,2	-2,1	1,8	-5,3	8,1	2,2	-3,1	6,1
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	18,2	22,6	0,4	0,6	7,5	16,1	1,4	10,3	24,9	6,1	18,4
Contratação Coletiva	VHA	MESS	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	-2,6	1,4	-1,0	-8,7	4,1	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,1	1,6	1,3	1,1	2,3	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Trabalho. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em junho de 2015, o índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 0,8%, o que afigura uma desaceleração de 0,2 p.p. face a maio. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, acelerou 0,1 p.p., sendo agora nula.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

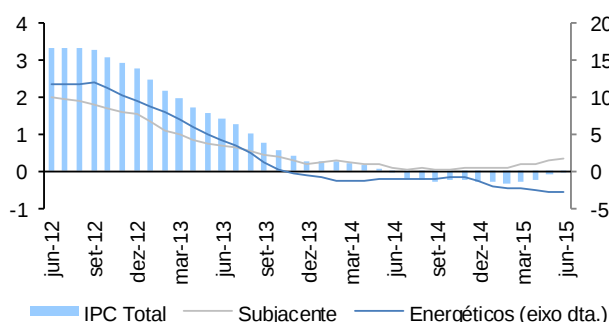


Fonte: INE.

A evolução do IPC dos Bens e dos Serviços foi distinta, com o preço dos Bens a avançar 0,5% (0,6% em maio), enquanto o preço dos Serviços aumentou 1,2% (1,4% no mês anterior).

Já o IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 0,6%, desacelerando face aos 0,7% do mês anterior, levando a que o diferencial entre este e o IPC total se fixa-se nos 0,2 p.p.. Em contrapartida, o preço dos produtos energéticos acelerou uma décima para os -1,2%.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



Fonte: INE.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

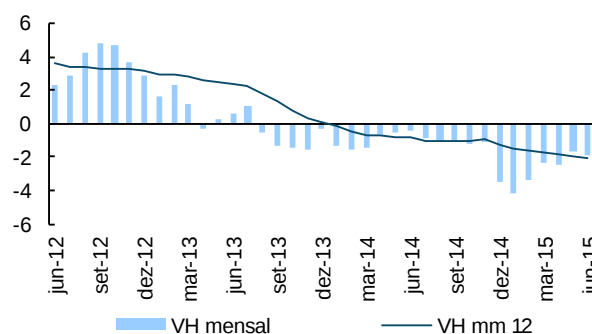
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014			2015					
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,3	-0,2	0,0	-1,4	-0,1	1,9	0,3	0,4	-0,1
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	-0,3	0,0	0,0	-0,4	-0,4	-0,2	0,3	0,4	1,0	0,8
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	-0,2	-0,2	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,2	-0,1	0,0
IPC - Bens	VH	"	-1,1	-0,7	-0,7	-1,2	-1,3	-0,9	-0,5	0,0	0,6	0,5
IPC - Serviços	"	"	0,8	1,0	1,0	0,9	0,9	0,8	1,5	1,0	1,4	1,2
IPC Subjacente*	"	"	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,6	0,5	0,7	0,6
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-1,2	-1,2	-1,1	-3,5	-4,2	-3,4	-2,4	-2,4	-1,7	-1,8
IHPC	"	"	-0,2	0,1	0,1	-0,3	-0,4	-0,1	0,4	0,5	1,0	0,8
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	-0,6	-0,2	-0,2	-0,1	0,2	0,2	0,5	0,5	0,6	0,6

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram o Vestuário (-3,4%) e o Lazer (-0,5%), enquanto as Bebidas Alcoólicas e Tabaco e a Comunicação foram as que mais aumentaram (4,9% em ambas as categorias).

Em junho de 2015, a variação homóloga do Índice de Preços na Produção Industrial foi de -1,8%, valor inferior em uma décima ao registado em maio.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

À semelhança dos meses anteriores, as Indústrias Transformadoras foram as determinantes desta evolução, com uma quebra de 2,4%, tendo sido também a única quebra ao nível das secções. Relativamente aos grandes agrupamentos industriais, apenas os Bens Intermedios e Bens de Investimento registaram variações positivas, ao crescerem 0,9% e 0,8% respetivamente.

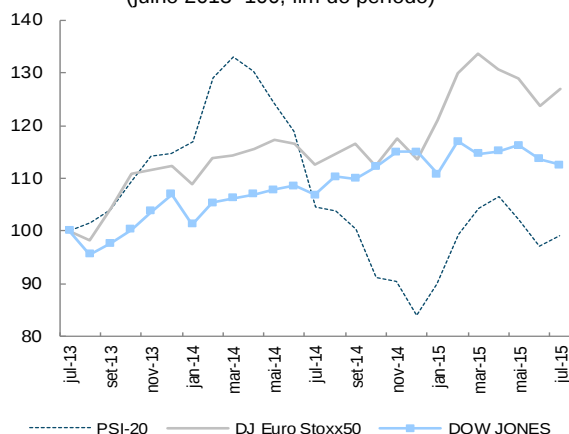
A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal, em junho foi de 0,8%, 0,2 p.p. abaixo do valor de maio. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 0,2%, pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se situou nos 0,6 p.p., valor idêntico ao de maio.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No período mais recente, assistiu-se a uma instabilidade dos mercados de capitais, com destaque para uma quebra acentuada do índice bolsista de Xangai. Globalmente, os fatores que mais contribuíram para esta evolução foram a incerteza da situação da Grécia; a expectativa de uma política monetária dos EUA menos expansionista e o impacto da descida do preço do petróleo nos resultados das empresas cotadas. Assim, a 27 de julho de 2015 e, face ao final do mês anterior, o índice *Euro Stoxx50* valorizou-se cerca de 3%; enquanto o *Dow Jones* caiu 1%.

Figura 2.20. Índices Bolsistas

(julho 2013=100, fim do período)

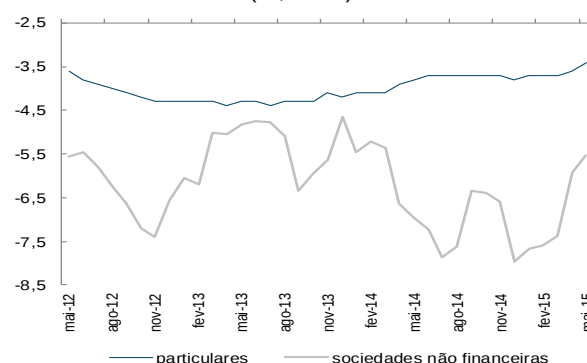


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para julho, o valor é do dia 27.

À semelhança da evolução do índice europeu, o índice PSI-20 evoluiu favoravelmente, invertendo a tendência negativa registada no 2.º trimestre de 2015. De facto, em julho de 2015 e, no dia 27, o índice valorizou-se 2% face ao final do mês de junho e de 18% face ao final do ano de 2014.

Em maio de 2015, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro foi de -4,3% em termos anuais (-4,6%, no mês precedente). A melhoria registada deu-se especialmente no crédito atribuído às empresas não financeiras, o qual teve uma variação menos negativa.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

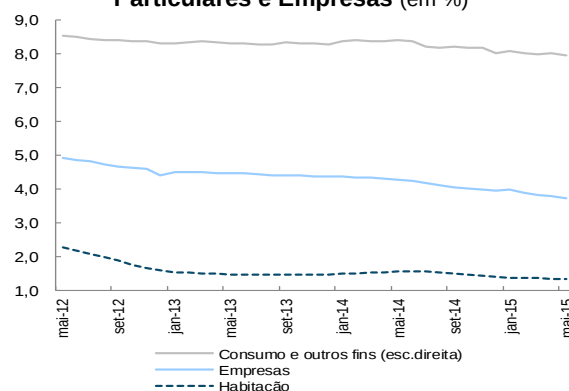


Fonte: Banco de Portugal.

O crédito destinado aos particulares também melhorou, tendo a variação anual sido de -3,4% em maio de 2015 (-3,6% em abril), em resultado de uma ligeira melhoria do crédito à habitação e de uma recuperação significativa do crédito ao consumo, o qual teve uma variação positiva em maio, situação que não se verificava desde o início de 2011.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares (abrangendo todos os segmentos), embora de forma mais pronunciada para o primeiro caso, para se situar em 3,71% em maio de 2015 (4,28% em maio de 2014).

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014			2015					
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	2,4	3,2	2,8	2,4	2,6	1,8	1,7	2,1	2,5	3,0
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	191	237	202	191	232	150	148	176	206	220
PSI 20*	VC	CMVM	-26,8	-9,0	-0,9	-7,3	7,2	10,6	4,9	2,1	-4,2	-4,9
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-4,0	-3,8	-3,8	-4,0	-4,0	-4,0	-3,9	-3,9	-3,8	:
- para consumo	va**	"	-2,3	-2,6	-2,5	-2,3	-2,0	-2,4	-1,9	-1,2	0,5	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-8,0	-6,4	-6,6	-8,0	-7,7	-7,6	-7,4	-5,9	-5,5	:
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	1,38	1,46	1,43	1,38	1,37	1,36	1,35	1,33	1,32	:
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	3,95	4,01	3,96	3,95	3,96	3,88	3,82	3,79	3,71	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

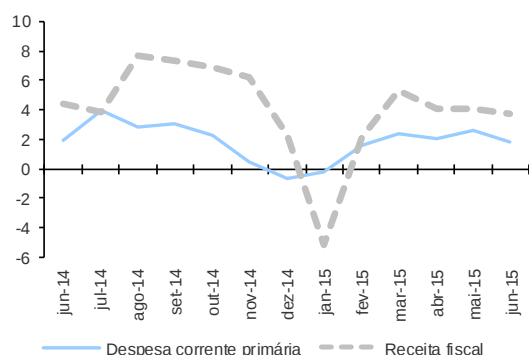
Finanças Públicas

A execução orçamental do sector das Administrações Públicas, no final do primeiro semestre de 2015 e tomando como indicador o valor provisório do saldo global, pode sintetizar-se num défice da ordem dos 3783M€¹. Trata-se de um valor que, quando cotejado com o que se registou, para um universo comparável, no período homólogo do ano anterior (4175M€), traduz uma melhoria superior a 10% nesta variável. Se, entretanto, se tomar como indicador o saldo primário verifica-se, no mesmo período, um excedente próximo dos 840M€ — valor que, confrontado com o que se apurou no último período homólogo (327M€), representa uma melhoria superior a 150%.

Estado

No que respeita ao subsector Estado, a execução orçamental registada no final do primeiro semestre de 2015 traduziu-se num saldo global negativo de 5128M€ (valor provisório). Este montante, quando confrontado com o apurado no período homólogo do ano anterior, representa uma melhoria de 3%. Já o saldo primário mostra, no mesmo período, um défice de 737M€ — valor que, quando comparado com o que se registou no último período homólogo (cerca de 1265M€), representa uma melhoria próxima dos 42%.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

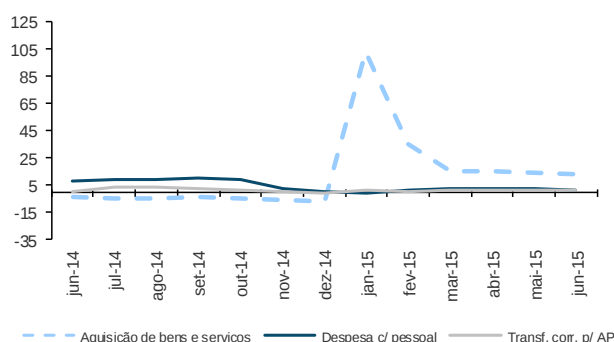
A dinâmica destes indicadores de síntese decorre, entretanto, da evolução registada nas variáveis que os determinam. Interessa, pois, conhecer as principais alterações verificadas nas componentes da receita e da despesa pública. Assim, destacam-se:

- do lado da receita, um aumento próximo dos 5% da Receita Efetiva, decorrente, fundamentalmente, do acréscimo de perto de 4% registado na Receita Fiscal. Para o aumento desta última concorreram, em especial, os aumentos verificados nas cobranças dos ISV (24,9%), IUC (8,5%) e IVA (8%). Destaque particular deve ser dado às rubricas

Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE — apresenta um aumento próximo dos 27%, assente, basicamente, no crescimento de mais de 25% das comparticipações para a ADSE — e Taxas, Multas e Outras Penalidades, cuja cobrança subiu 29%.

- do lado da despesa, registam-se aumentos de 3% na Despesa Efetiva e de 1,9% da Despesa Primária. Na base destes aumentos estão, designadamente, os crescimentos registados nas rubricas Aquisição de Bens e Serviços (13,6%), Juros e Outros Encargos (9,1%) e Transferências Correntes para a AC (7,3%). De salientar que, no período focado, a despesa com Ativos Financeiros (líquidos de reembolsos) ultrapassou os 1860M€, valor que compara com o montante negativo da ordem dos 220M€ registado no último período homólogo. No que toca aos Passivos Financeiros (líquidos de amortizações) cifraram-se em cerca de 10125M€, valor que representa uma descida de mais de 46% em relação ao semestre homólogo do ano anterior.

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2014		2015		2015			
	jan a jun		jan a jun		mar	abr	mai	jun
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	19022	19935	46,6	46,2	5,7	6,1	4,8	4,8
Receita corrente	18863	19835	47,0	46,4	6,2	6,6	5,2	5,2
Impostos diretos	7728	7797	45,1	42,8	0,0	0,1	1,3	0,9
Impostos indiretos	9408	9985	50,3	47,9	9,3	7,2	6,3	6,1
Despesa Total	24313	25063	50,3	50,9	5,6	5,7	5,4	3,1
Despesa corrente	23766	24482	50,6	51,3	5,6	5,9	5,4	3,0
Despesa com pessoal	4745	4808	56,8	56,5	3,1	3,1	3,2	1,3
Aquisição bens e serviços	589	669	43,0	41,0	15,8	15,4	14,1	13,6
Subsídios	43	54	18,4	35,3	132,0	42,4	51,6	25,6
Juros	4027	4392	55,6	58,8	37,0	35,3	26,2	9,1
Transferências corr. p/ AP	12670	12930	49,3	49,0	1,4	1,5	1,8	2,0
Saldo Global	-5291	-5128	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-1265	-737	-	-	-	-	-	-

*Corresponde ao OE retificativo de 2014 corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional face à execução final do ano anterior. Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

Decorrido meio ano de execução orçamental, os SFA apresentam um saldo global de 208,7M€. Para um universo comparável, este valor representa uma redução de 139,7M€ relativamente ao mês anterior e uma redução de 472,7M€ face ao período homólogo.

Este resultado é explicado pelo efeito conjugado da evolução da receita total (0,3%) e da despesa total (4,2%).

Em termos homólogos a evolução da receita total seguiu o padrão do mês anterior sendo marcada por uma evolução positiva das transferências correntes das Administrações Públicas (11,7%) mais do que compensada por uma redução das contribuições para a Segurança Social e ADSE (-15,2%).

Na despesa total destaca-se uma evolução, em termos homólogos, distinta das despesas com o pessoal (-0,8%) e da despesa com aquisição de serviços (4%) e despesa com transferências correntes (3%).

Considerando a totalidade do universo dos SFA o saldo global é de 180,5M€ e o grau de execução da despesa (45%) e da receita (46,5%) totais encontra-se abaixo do padrão de execução.

Relativamente ao universo comparável do período homólogo, as EPR apresentam nos primeiros seis meses de 2015 um saldo global negativo de 610M€ suportado num crescimento homólogo da receita total de 5,9% mais do que compensado por um aumento da despesa total de 16,9%.

Para o universo total das EPR, o saldo negativo é de 638,1M€.

Tal como para o conjunto dos SFA, a execução da despesa (44,9%) e da receita (44,1%) totais das EPR encontra-se abaixo do padrão de execução.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

O SNS apresenta um saldo global de 28M€ (ótica dos compromissos). Este resultado corresponde a uma melhoria do saldo global deste subsector de 164,9M€ relativamente ao

ao mês anterior e de 40,7M€ face ao período homólogo.

Para este resultado contribuiu um crescimento da receita total, em termos homólogos, de 2,2% acompanhado de um crescimento inferior da despesa total (1,2%).

Na evolução da despesa destaca-se um crescimento das despesas com o pessoal de 2,2% e um acentuado crescimento das despesas de capital de 60,6% (no mês anterior este tipo de despesa já tinha crescido 27,3% em termos homólogos).

O crescimento da receita, por sua vez, reflete um crescimento da outra receita corrente da mesma ordem de grandeza (2,1%).

Relativamente aos valores previstos no Orçamento para 2015, as componentes da receita total e a despesa total apresentam uma execução abaixo do padrão de execução, com exceção das despesas de capital (63,6%) a refletir a elevada taxa de crescimento homólogo.

A execução da despesa e da receita do SNS encontra-se abaixo do padrão de execução.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

No final de junho, a CGA regista um saldo global de 240,4M€. Este resultado mantém o padrão de melhoria do saldo global em termos homólogos registado desde o início do ano, representando uma melhoria de 67,9M€ relativamente ao mês anterior e de 81,3M€ face ao período homólogo do ano anterior.

Em junho a receita total registou um aumento em termos homólogos de 4,9% (5,5% no mês anterior) apoiado, tal como nos meses precedentes, num aumento de 12% das transferências correntes, com especial destaque para a comparticipação do Orçamento do Estado. Este aumento da receita total encontra-se afetado por uma redução de 15,2% nas contribuições para a CGA.

A despesa total aumentou 3,2% (3,3% no mês anterior), com o pagamento de pensões a registar um aumento de 1,7% em termos homólogos (1,4% no mês anterior).

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas				
	2014		2015 - universo comparável		2015 - universo total	2014		2015 - universo comparável		2015 - universo total
	jan a jun					jan a jun				
	106 euros		VHA (%)	106 euros	Grau de execução (%)	106 euros		VHA (%)	106 euros	Grau de execução (%)
Receita Total	12 940	12 985	3	13557	46,5	1244	1333	5,9	4019	44,1
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 269	1923	-15,2	1923	46,8	-	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	7 026	7 850	11,7	7851	47,4	175	201	14,9	215	35,2
Despesa Total	12 259	12 777	4,2	13377	45,0	1649	1928	16,9	4657	44,9
Despesa com pessoal	1745	1730	-0,8	3082	48,6	365	364	-0,1	1715	49,4
Aquisição de bens e serviços	3 938	4 095	4,0	3057	45,0	345	339	-1,5	1413	43,1
Transferências correntes	4 964	5 152	3,8	5145	45,6	16	23	42,4	30	45,4
Saldo Global	681	209	-	331	-	- 405	- 610	-	- 638	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2014		2015			2014		2015	
	jan a jun					jan a jun			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Execução face ao OE (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	Execução face ao OE (%)
Receita Total	4 088	4 177	2,2	48,6	Receita Total	4 531	4 755	4,9	48,6
Receita fiscal	42	48	:	23,4	Contribuições p/ a CGA	2267	1 922	-15,2	46,8
Outra receita corrente	4 003	4 087	2,1	48,7	Quotas e contribuições	1 998	1 874	-6,2	46,7
Receita de capital	43	42	:	:	Transferências correntes do OE	2 110	2 364	12,0	45,8
Despesa Total	4 157	4 205	1,2	48,7	Comparticipação do OE	1 986	2 244	13,0	48,9
Despesa com pessoal	1 606	1 641	2,2	47,1	Compensação por pagamento de pensões	124	120	-3,3	25,9
Aquisição de bens e serviços	2 449	2 467	0,7	49,7	Despesa Total	4 372	4 514	3,2	46,0
Despesa de capital	32	51	60,6	63,6	Pensões	4 302	4 432	1,7	45,9
Saldo Global	- 69	- 28	-	-	Saldo Global	159	240	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Segurança Social

Em Junho, o subsector da Segurança Social apresenta um saldo global de 914,9M€. Este resultado significa uma melhoria do saldo global de 242,2M€ relativamente ao mês anterior e uma significativa melhoria de 445,0M€ face ao período homólogo do ano anterior.

Para este resultado terá contribuído uma evolução da receita total mais favorável que a evolução da despesa total. No período considerado a receita total registou uma redução de 1,6% mais do que compensada por uma redução da despesa total de 5,5%.

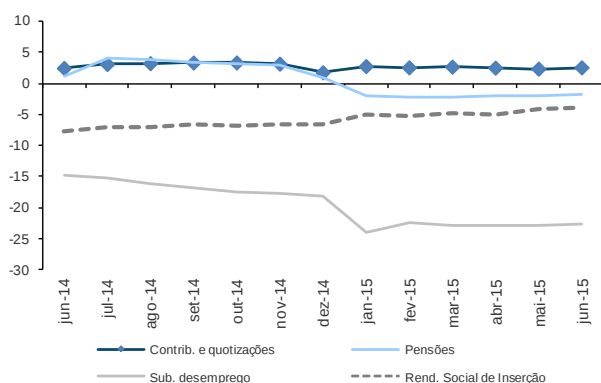
Na redução da receita total destaca-se uma redução de 5,3% das transferências da Administração Central (igual à registada no mês anterior).

Para a redução da despesa total terá contribuído a redução de 22,6% da despesa com subsídios de desemprego e de apoio ao emprego (uma redução da mesma ordem de grandeza da registada no mês anterior).

Com exceção da despesa com prestações e ação social (aumento de 3,1%), todas as componentes da despesa mais significativas registaram reduções em termos homólogos.

Considerando os valores previstos no orçamento, a execução orçamental da receita total (47,5%) e da despesa total (45,4%) situa-se abaixo da execução-padrão e é inferior ao grau execução acumulada registada no período homólogo de 2014.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

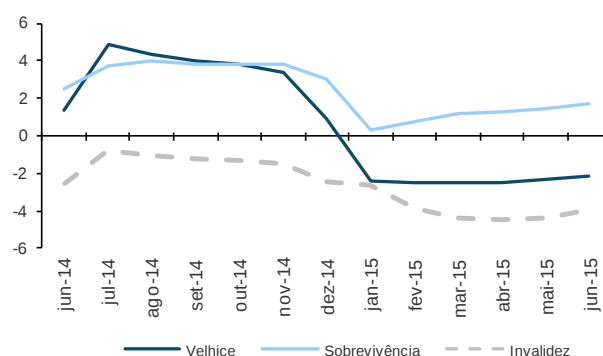
Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social				
	2014	2015		2014	2015
	jan a jun			jan a jun	
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	
Receita Total	12199	11999	-1,6	48,1	47,5
Contribuições e quotizações	6546	6712	2,5	49,1	46,8
Transferências correntes da Adm. Central *	4247	4023	-5,3	48,9	49,4
Despesa Total	11729	11085	-5,5	46,3	45,4
Pensões	7148	7019	-1,8	46,7	45,5
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	250	245	-1,9	49,8	49,2
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1212	939	-22,6	42,6	45,5
Prestações e ação social	699	721	3,1	46,1	49,9
Saldo Global	470	915	-	-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito do Plano de Emergência Social.

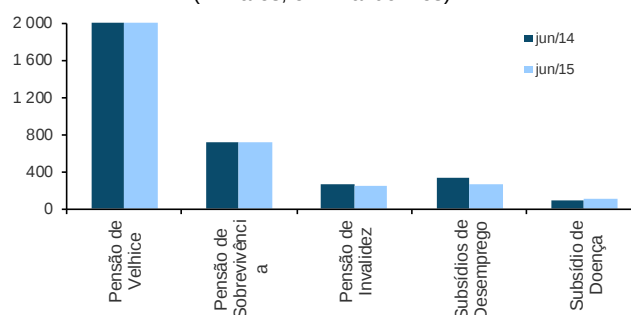
Fontes: DGO e GPEARI.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS.

Administração Regional

No final do primeiro semestre de 2015 o subsector da Administração Regional apresentava, para um universo comparável, um saldo global de -139,1M€ (-86,2M€ no mês anterior). Apesar de corresponder a um agravamento do saldo em 52,9M€ relativamente ao mês anterior, este resultado significa uma melhoria de 152,8M€ face ao período homólogo do ano anterior.

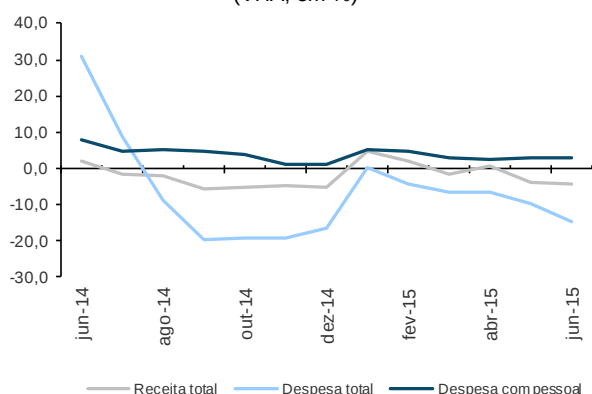
No mesmo período, a receita total reduziu-se 4,4% face ao período homólogo (-3,9% no mês anterior) refletindo uma redução da receita proveniente de impostos (-0,3%) e um aumento da receita com origem em transferências correntes (18%).

Apesar de um aumento de 3,1% nas despesas de pessoal e de 19,8% nas despesas de investimento, a despesa total registou uma redução de 14,8%, influenciada, entre outras, por uma redução de 5,2% da despesa com a aquisição de bens e serviços.

Para o universo total o saldo global foi de -132M€.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Administração Local

A administração local apresentou em junho um saldo global de 360,5M€. Embora este resultado signifique uma deterioração do saldo em relação ao mês precedente, ainda assim regista uma melhoria de 103,6M€ face ao período homólogo do ano anterior.

Para a evolução deste saldo contribuiu o aumento homólogo da receita total de 2,9% (3,7% no mês anterior) e a redução da despesa total de 0,2% (-1% no mês anterior).

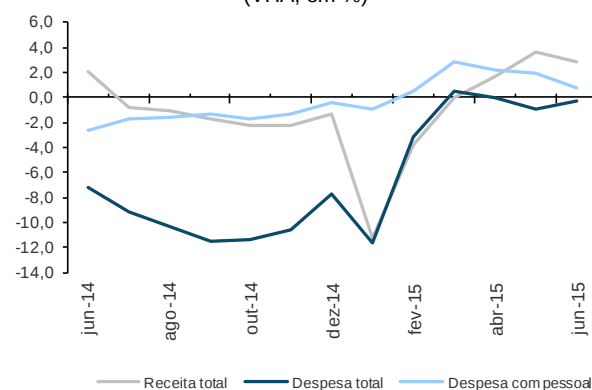
O aumento em termos homólogos da receita total tem suporte, essencialmente, no crescimento das receitas provenientes de impostos (2,6%) e nas receitas com origem em transferências correntes (3%).

Apesar do aumento em 3,7% da despesa com transferências correntes e de 2,1% das despesas de investimento, a evolução da despesa total foi marcada por uma redução de 33,4% da despesa com subsídios e uma redução de 55,7% em outras despesas de capital. As despesas com a aquisição de bens e serviços registaram um crescimento nulo e as despesas com o pessoal apresentaram um crescimento de 0,8%.

Apesar de, globalmente, a execução da despesa total se encontrar abaixo do padrão de execução (49%), as despesas com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços e com as transferências correntes encontram-se acima daquele padrão.

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional				Administração Local			
	2014	2015 - universo comparável	2015 - universo total		2014	2015	2015	
	jan a jun				jan a jun			
	10 ⁶ euros	VHA (%)	10 ⁶ euros		10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	
Receita total	1 058	1 011	-4,4	1025	3 342	3 438	48,4	2,9
Impostos	649	647	-0,3	647	1 198	1 228	46,6	2,6
Transferências correntes	33	39	18,0	39	1 233	1 269	49,9	3,0
Despesa total	1 350	1 150	-14,8	1158	3 085	3 078	49,0	-0,2
Pessoal	388	400	3,1	504	1 137	1 146	52,3	0,8
Aquisição de bens e serviços	188	178	-5,2	277	938	938	55,3	0,0
Transferências correntes	285	298	4,7	98	253	263	66,1	3,7
Investimento	63	76	19,8	82	500	510	37,4	2,1
Saldo global	- 292	- 139	-	- 132	257	361	-	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

No final do mês de maio e de acordo com dados da responsabilidade do Banco de Portugal, a dívida das AP ascendia a cerca de 229 mil M€, o que corresponde a um aumento de 1,6% em relação ao valor registado no final do mês anterior. Na base deste crescimento está o aumento registado na dívida da Administração Central, cujo valor é, aliás, semelhante ao crescimento entretanto verificado no montante dos depósitos daquele sector das AP.

Quadro 2.13. Dívida Mensal das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2014 dez	2015 mar	2015 abr
Administrações Públicas	225 280	225 924	225 427
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	226 307	226 855	226 258
Administração Regional e Local	10 970	11 145	11 148
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	11 999	12 077	11 980
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	17 152	17 018	16 923

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2014 dez	2015 mai	2015 jun
Administrações Públicas	2 746	3 036	3 136
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	277	453	570
Administração Regional	986	960	969
Administração Local	1 484	1 623	1 597
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das administrações públicas apresenta, por seu lado, no fim do mês de junho, um acréscimo da ordem dos 3% devido, fundamentalmente, à parcela correspondente à Administração Central, cujo montante regista um aumento, em relação ao mês anterior, que ultrapassa os 25%.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2014 dez	2015 mai	2015 jun
Administrações Públicas	1 545	1 465	1 410
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	22	29	28
SNS	9	9	9
Hospitais EPE	553	514	512
Empresas Públicas Reclassificadas	3	16	15
Administração Regional	444	400	335
Administração Local	516	492	500
<i>Outras Entidades</i>			
Empresas públicas não reclassificadas	1	1	1
Adm. Públicas e outras entidades	1 546	1 466	1 411

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas mostravam, no final do mês de junho, uma redução da ordem dos 4% relativamente ao valor apurado no mês anterior. Esta diminuição deve-se, em boa medida, à Administração Regional, subsector em que aquela variável teve uma redução superior a 16%

Dívida Direta do Estado

De acordo com dados publicados pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., a dívida direta do Estado, atingia, no final do mês de junho, um valor próximo dos 221 mil M€. — o que corresponde a um decréscimo superior a 3,5 mil M€ em relação ao mês anterior, o equivalente a cerca de 1,6%. Para esta redução do valor da dívida direta do Estado concorreu, essencialmente, um pagamento antecipado ao FMI, no valor aproximado de 1,8 mil M€.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/mar/15	jun/15			30/jun/15
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	123 194	806	2 876	- 50	121 074
Bilhetes do Tesouro	14 561	806	2 165	0	13 202
Obrigações do Tesouro	103 103	0	711	31	102 424
Não Transacionável	26 727	4 123	3 479	0	27 371
Cert. de Aforro e do Tesouro	19 517	150	49	0	19 618
CEDIC e CEDIM	6 086	3 791	3 299	0	6 578
Prog. de Ajustamento Económico	74 234	0	1 765	- 274	72 195
Total	224 155	4 929	8 120	- 324	220 641

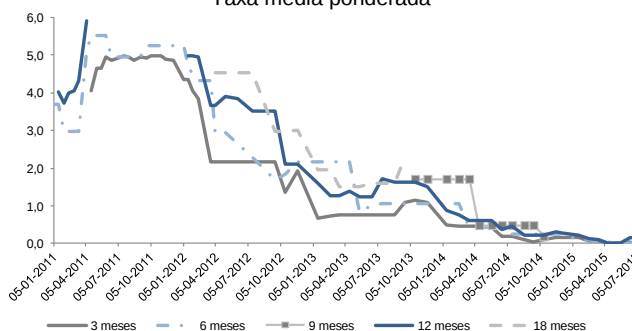
Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

Para além do acima referido pagamento antecipado ao FMI, o IGCP, E.P.E. realizou, no decurso do mês de julho, os seguintes leilões de títulos de dívida pública:

- dois leilões de Obrigações do Tesouro — um com maturidade em junho de 2020, no qual foram colocados 900M€ com uma taxa de colocação de 1,42% (fase competitiva); outro, com maturidade em abril de 2037, idem 600M€, idem 3,53% (idem);
- dois leilões de Bilhetes do Tesouro — um com maturidade em janeiro de 2016, no qual foram colocados, na fase competitiva, 650M€ a uma taxa média de 0,014%; outro, com maturidade em julho de 2016, no qual foram colocados 1135M€ com uma taxa média de 0,088% (fase competitiva).

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



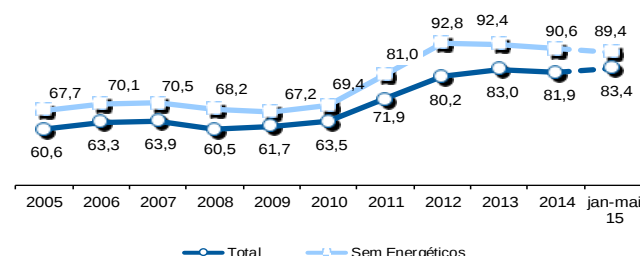
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros cinco meses de 2015, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 4,9% enquanto as importações aumentaram 3,7% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 1,8%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 3,6% enquanto as importações registaram uma variação homóloga positiva de 7,5% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a maio			VH	
	2014	2015	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	19 684	20 646	4,9	8,0	4,1
Importações (cif)	23 866	24 752	3,7	11,0	3,6
Saldo (fob-cif)	-4 181	-4 106	-1,8	26,0	1,3
Cobertura (fob/cif)	82,5	83,4	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	18 369	19 038	3,6	5,3	3,9
Importações (cif)	19 808	21 288	7,5	10,3	6,5
Saldo (fob-cif)	-1 440	-2 250	56,3	68,9	35,6
Cobertura (fob/cif)	92,7	89,4	-	-	-
Extra-EU					
(milhões de Euros)					
	janeiro a maio			VH	
	2014	2015	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	5 469	5 539	1,3	5,0	2,7
Importações (cif)	5 838	5 889	0,9	19,7	0,1
Saldo (fob-cif)	-369	-350	-5,2	-594,3	-29,6
Cobertura (fob/cif)	93,7	94,1	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2015, as exportações representaram 83,4% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 0,9 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 89,4% das importações (-3,3 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de maio

Valores em milhões de Euros			
janeiro a maio	2014	2015	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	19 684	20 646	4,9
Importações (cif)	23 866	24 752	3,7
Saldo (fob-cif)	-4 181	-4 106	-1,8
Cobertura (fob/cif)	82,5	83,4	-
Intra UE			
Exportações (fob)	14 215	15 107	6,3
Importações (cif)	18 028	18 864	4,6
Saldo (fob-cif)	-3 813	-3 757	-1,5
Cobertura (fob/cif)	78,9	80,1	-
Extra UE			
Exportações (fob)	5 469	5 539	1,3
Importações (cif)	5 838	5 889	0,9
Saldo (fob-cif)	-369	-350	-5,2
Cobertura (fob/cif)	93,7	94,1	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2015, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 1,5% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 6,3% e as importações a aumentarem 4,6%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 5,2% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2014	2015	TVH	2014	2015	TVH
jan	4 920	4 421	-10,1	3 929	3 788	-3,6
fev	4 663	4 480	-3,9	3 827	3 973	3,8
mar	4 755	5 296	11,4	3 952	4 398	11,3
abr	4 524	5 243	15,9	4 887	4 255	9,5
mai	5 004	5 313	6,2	3 090	4 233	3,5
jun	5 039			4 196		
jul	5 412			4 476		
ago	4 136			3 250		
set	5 213			4 081		
out	5 509			4 636		
nov	4 940			4 143		
dez	4 740			3 710		
1º Trim	14 337	14 196	-1,0	11 707	12 158	3,9
2º Trim	14 567			12 174		
3º Trim	14 761			11 807		
4º Trim	15 189			12 489		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº7/2015").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de maio de 2015 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros cinco meses de 2015, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 4,9%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação foi de 3,6%.

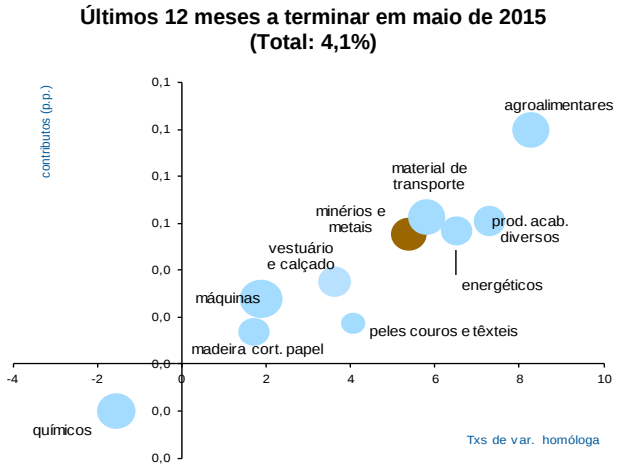
Entre janeiro e maio de 2015, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,5 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” e do “Material de Transporte” (ambos com +0,8 p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,6%). Seguem-se os “Químicos” (12,4%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em maio de 2015.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+4,1%). Os “Agroalimentares” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+1 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo do “Material de Transporte”, dos “Produtos Acabados Diversos”, dos “Energéticos” e dos “Minérios e Metais” (todos com +0,6 p.p.).

De referir, ainda, o contributo do “Vestuário e Calçado” e das “Máquinas”, para o crescimento das exportações de mercadorias (0,4 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.
Nota:
A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-mai		últimos 12 meses ^[1]		jan-mai	
			2009	2014	2014	2015	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2014	2015								
Total das Exportações	19 684	20 646	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	4,1	4,9	4,9
000 Agro-Alimentares	2 291	2 451	12,6	12,5	11,6	11,9	8,3	1,0	7,0	0,8
100 Energéticos	1316	1608	4,9	8,5	6,7	7,8	6,5	0,6	22,2	1,5
200 Químicos	2 624	2 567	11,2	12,6	13,3	12,4	-1,5	-0,2	-2,2	-0,3
300 Madeira, Cortiça e Papel	1619	1647	8,4	8,0	8,2	8,0	1,7	0,1	1,7	0,1
400 Peles, Couros e Têxteis	899	926	4,5	4,4	4,6	4,5	4,1	0,2	2,9	0,1
500 Vestuário e Calçado	1928	1939	10,9	9,8	9,8	9,4	3,6	0,4	0,6	0,1
600 Minérios e Metais	2 048	2 172	9,8	10,3	10,4	10,5	5,4	0,6	6,0	0,6
700 Máquinas	2 915	3 012	16,3	14,5	14,8	14,6	1,9	0,3	3,3	0,5
800 Material de Transporte	2 336	2 495	11,7	10,9	11,9	12,1	5,8	0,6	6,8	0,8
900 Produtos Acabados Diversos	1707	1830	9,5	8,5	8,7	8,9	7,3	0,6	7,2	0,6
Por memória:										
Total sem energéticos	18 369	19 038	95,1	91,5	93,3	92,2	3,9	3,5	3,6	3,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2015.

[2] (jun 14-mai 15)/(jun 13-mai 14) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

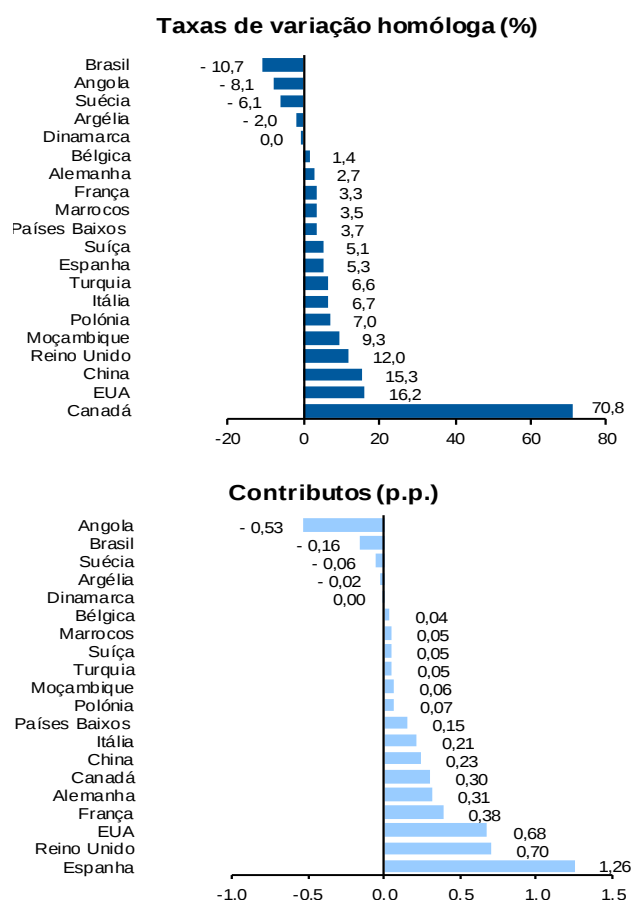
Nos primeiros cinco meses de 2015, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 6,3%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram um crescimento de 6,4% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 4,7%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo inferior de 1,3% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha (+2,5 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para o Reino Unido e a França (+0,8 p.p. e +0,6 p.p., respetivamente).

No último ano a terminar em maio de 2015, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 4,7%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 4,6%. As exportações para Espanha (+1,3 p.p.) e o Reino Unido (+0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para o Canadá (+70,8%), os EUA (+16,2%) e a China (+15,3%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino ao Brasil (-10,7%) e Angola (-8,1%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em maio de 2015



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-mai		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
			2009	2014	2014	2015	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2014	2015								
TOTAL	19 684	20 646	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	4,1	4,9	4,9
Intra UE	14 215	15 107	75,4	70,9	72,2	73,2	4,7	3,3	6,3	4,5
dos quais:										
UE-15	13 523	14 382	72,5	67,5	68,7	69,7	4,6	3,1	6,4	4,4
Espanha	4 709	5 209	27,2	23,5	23,9	25,2	5,3	1,3	10,6	2,5
França	2 405	2 522	12,4	11,7	12,2	12,2	3,3	0,4	4,9	0,6
Alemanha	2 431	2 538	13,0	11,7	12,4	12,3	2,7	0,3	4,4	0,5
Reino Unido	1 889	1 346	5,6	6,1	6,0	6,5	12,0	0,7	13,2	0,8
Países Baixos	783	809	3,6	4,0	4,0	3,9	3,7	0,1	3,3	0,1
Itália	634	657	3,7	3,2	3,2	3,2	6,7	0,2	3,7	0,1
Bélgica	520	471	2,5	2,7	2,6	2,3	14	0,0	-9,4	-0,2
Suécia	202	170	1,2	1,0	1,0	0,8	-6,1	-0,1	-16,2	-0,2
Dinamarca	120	119	0,8	0,6	0,6	0,6	0,0	0,0	-4,6	0,0
Alargamento	692	725	2,9	3,4	3,5	3,5	6,0	0,2	0,7	0,2
Polónia	398	223	0,9	1,0	1,0	1,1	7,0	0,1	13,0	0,1
Extra UE	5 469	5 539	24,6	29,1	27,8	26,8	2,7	0,8	1,3	0,4
dos quais:										
Angola	1398	899	7,1	6,6	6,1	4,4	-8,1	-0,5	-24,9	-1,5
EUA	827	1035	3,2	4,4	4,2	4,9	16,2	0,7	22,7	1,0
China	335	333	0,7	1,7	1,7	1,6	15,3	0,2	-0,6	0,0
Brasil	242	236	0,9	1,3	1,2	1,1	-10,7	-0,2	-2,4	0,0
Marrocos	219	254	0,7	1,2	1,1	1,2	3,5	0,0	16,1	0,2
Argélia	293	242	0,6	1,2	1,5	1,2	-2,0	0,0	-17,3	-0,3
Suíça	179	190	0,9	0,9	0,9	0,9	5,1	0,0	6,0	0,1
Turquia	155	134	0,6	0,8	0,8	0,6	6,6	0,1	-14,1	-0,1
Moçambique	120	147	0,4	0,7	0,6	0,7	9,3	0,1	22,9	0,1
Canadá	93	176	0,4	0,5	0,5	0,9	70,8	0,3	88,5	0,4
Por memória:										
OPEP ^[4]	1711	1372	8,9	9,0	8,7	6,6	-6,0	-0,5	-19,8	-1,7
PALOP	1456	1386	8,4	7,9	7,4	5,7	-5,6	-0,4	-16,5	-1,4
EFTA	237	269	1,2	1,2	1,2	1,3	14,1	0,2	13,5	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2014.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2015.

[2] (jun 14-mai 15)/(jun 13-mai 14) x 100 = 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a maio de 2015, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 3,7% (Quadro 3.6).

À exceção dos produtos “Energéticos” (-2,5 p.p.), todos os grupos registaram um contributo positivo para o crescimento das importações totais destacando-se o comportamento das importações de “Material de Transporte” e dos “Químicos” (+2,5 p.p. e +1 p.p., respetivamente)

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76,2%).

Nos primeiros cinco meses de 2015, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 4,6%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 aumentaram 4,3%. As importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 12,3%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 0,9%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações portuguesas de mercadorias (2,8% do total). Seguem-se Angola (1,9%) e os EUA (1,8%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mai		Anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
	2014	2015	2009	2014	2014	2015	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	23 866	24 752	100,0	100,0	100,0	100,0	3,6	3,6	3,7	3,7
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	3 582	3 727	14,9	15,1	15,0	15,1	0,4	0,1	4,0	0,6
100-Energéticos	4 057	3 465	12,6	17,4	17,0	14,0	-9,5	-17	-14,6	-2,5
200-Químicos	3 997	4 228	15,1	16,2	16,7	17,1	5,1	0,8	5,8	1,0
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	1 135	1 160	4,6	4,7	4,8	4,7	4,1	0,2	2,2	0,1
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1 756	1 844	7,0	7,3	7,4	7,4	6,9	0,5	5,0	0,4
500-Minérios e Metais	2 024	2 135	8,2	8,2	8,5	8,6	5,6	0,5	5,5	0,5
600-Máquinas [4]	3 541	3 704	19,3	15,2	14,8	15,0	5,3	0,8	4,6	0,7
700-Material de Transporte [5]	2 529	3 123	11,9	10,5	10,6	12,6	22,3	2,2	23,5	2,5
800-Prod. Acabados Diversos	1 244	1 367	6,4	5,4	5,2	5,5	7,0	0,4	9,9	0,5
Total sem energéticos	19 808	21 288	87,4	82,6	83,0	86,0	6,5	5,3	7,5	6,2
Mercados de origem										
Intra UE	18 028	18 864	78,6	74,7	75,5	76,2	4,8	3,6	4,6	3,5
dos quais:										
UE-15	17 284	18 028	76,2	71,7	72,4	72,8	4,5	3,2	4,3	3,1
Espanha	7 700	8 029	32,8	32,5	32,3	32,4	3,1	1,0	4,3	1,4
Alemanha	3 047	3 033	12,2	12,4	12,8	12,3	5,3	0,6	-0,5	-0,1
França	1 760	1 856	8,3	7,1	7,4	7,5	5,2	0,4	5,5	0,4
Itália	1 282	1 328	5,8	5,2	5,4	5,4	3,1	0,2	3,6	0,2
Países Baixos	1 227	1 235	5,3	5,1	5,1	5,0	1,6	0,1	0,7	0,0
Reino Unido	710	829	3,3	3,0	3,0	3,4	11,5	0,3	16,8	0,5
Bélgica	660	712	2,9	2,7	2,8	2,9	6,3	0,2	7,8	0,2
Suécia	293	281	1,0	1,1	1,2	1,1	8,2	0,1	-4,1	-0,1
Irlanda	229	335	1,0	1,0	1,0	1,4	28,6	0,3	46,2	0,4
Alargamento	744	835	2,4	3,0	3,1	3,4	11,8	0,3	12,3	0,4
Extra UE	5 838	5 889	21,4	25,3	24,5	23,8	0,1	0,0	0,9	0,2
dos quais:										
Angola	755	479	0,3	2,7	3,2	1,9	-34,4	-12	-36,6	-1,2
China	623	703	2,2	2,7	2,6	2,8	17,7	0,4	12,8	0,3
EUA	434	436	1,7	1,6	1,8	1,8	0,3	0,0	0,4	0,0
Brasil	245	298	1,7	1,5	1,0	1,2	17,9	0,2	21,5	0,2
Cazaquistão	281	329	0,3	1,4	1,2	1,3	46,0	0,5	17,0	0,2
Arábia Saudita	305	291	0,8	1,3	1,3	1,2	5,3	0,1	-4,7	-0,1
Argélia	143	169	0,5	1,2	0,6	0,7	114,3	0,7	18,1	0,1
Rússia	202	258	1,0	1,2	0,8	1,0	-2,4	0,0	27,4	0,2
Nigéria	266	5	2,4	0,9	1,1	0,0	-60,0	-0,7	-98,1	-1,1
Índia	223	198	0,5	0,8	0,9	0,8	4,7	0,0	-11,2	-0,1
Azerbaijão	223	132	0,0	0,8	0,9	0,5	-39,6	-0,4	-40,8	-0,4
Turquia	180	174	0,6	0,7	0,8	0,7	-12,7	-0,1	-3,4	0,0
Congo	75	184	0,0	0,5	0,3	0,7	417,8	0,6	145,8	0,5
OPEP ^[6]	1511	1058	5,6	6,6	6,3	4,3	-15,9	-1,1	-30,0	-1,9
EFTA	141	136	1,8	0,6	0,6	0,6	-12,8	-0,1	-3,4	0,0
PALOP	767	494	0,4	2,8	3,2	2,0	-33,9	-1,2	-35,6	-1,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2014.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2015.

[2] (jun 14-mai 15)/(jun 13-mai 14) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

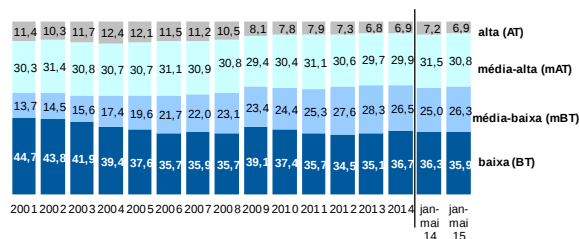
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

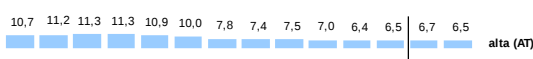
Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros cinco meses de 2015, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 5%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica representam mais de metade do total das exportações destes produtos (57,1%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

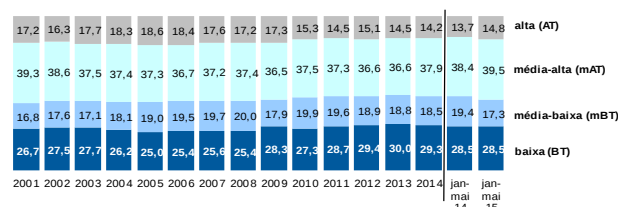
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de média-baixa e baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+2,6 p.p. e +1,5 p.p., respetivamente).

As exportações dos produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica contribuíram positivamente (0,9 p.p. e 0,1 p.p. respetivamente) para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 5,2%, sendo os produtos de média alta e alta tecnologia os que mais contribuíram para este crescimento (3,1 p.p. e 1,9 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em milhões de Euros

Intensidade Tecnológica		2014	janeiro a maio		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
			2014	2015	média 2009-14	2014-13	jan-mai 2015-14	2013	2014	jan-mai		2014	jan-mai 2015
										2014	2015		
EXPORTAÇÕES													
Total dos prod. indust. transformados	45 565	18 605	19 544	8,7	2,0	5,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2,0	5,0	
Alta tecnologia	3 153	1340	1358	5,3	3,3	14	6,8	6,9	7,2	6,9	0,2	0,1	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 945	1242	1264	4,7	3,2	18	6,4	6,5	6,7	6,5	0,2	0,1	
Média-alta tecnologia	13 620	5 857	6 024	9,1	2,5	2,9	29,7	29,9	31,5	30,8	0,7	0,9	
Média-baixa tecnologia	12 066	4 653	5 137	11,4	-4,5	10,4	28,3	26,5	25,0	26,3	-1,3	2,6	
Baixa tecnologia	16 725	6 754	7 025	7,4	6,5	4,0	35,1	36,7	36,3	35,9	2,3	1,5	
Por memória:													
Total das Exportações	48 177	19 684	20 646	8,7	1,8	4,9	100,0	100,0	100,0	100,0	1,8	4,9	
Residual [3]	2 612	1080	1102	8,8	-0,5	2,1	5,5	5,4	5,5	5,3	0,0	0,1	
IMPORTAÇÕES													
Total dos prod. indust. transformados	46 981	19 223	20 230	1,6	7,0	5,2	100,0	100,0	100,0	100,0	7,0	5,2	
Alta tecnologia	6 685	2 631	2 987	-2,4	4,7	13,5	14,5	14,2	13,7	14,8	0,7	1,9	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 153	2 471	2 785	-2,2	3,0	12,7	13,7	13,2	13,0	13,9	0,4	1,6	
Média-alta tecnologia	17 814	7 386	7 989	2,3	10,8	8,2	36,6	37,9	38,4	39,5	3,9	3,1	
Média-baixa tecnologia	8 709	3 725	3 495	2,3	5,3	-6,2	13,8	13,5	13,4	17,3	1,0	-1,2	
Baixa tecnologia	13 774	5 481	5 759	2,3	4,6	5,1	30,0	29,3	28,5	28,5	1,4	1,4	
Por memória:													
Total das Importações	58 854	23 866	24 752	2,8	3,2	3,7	100,0	100,0	100,0	100,0	3,2	3,7	
Residual ^[3]	11872	4 642	4 523	8,5	-9,4	-2,6	23,0	20,2	19,5	13,3	-2,2	-0,5	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

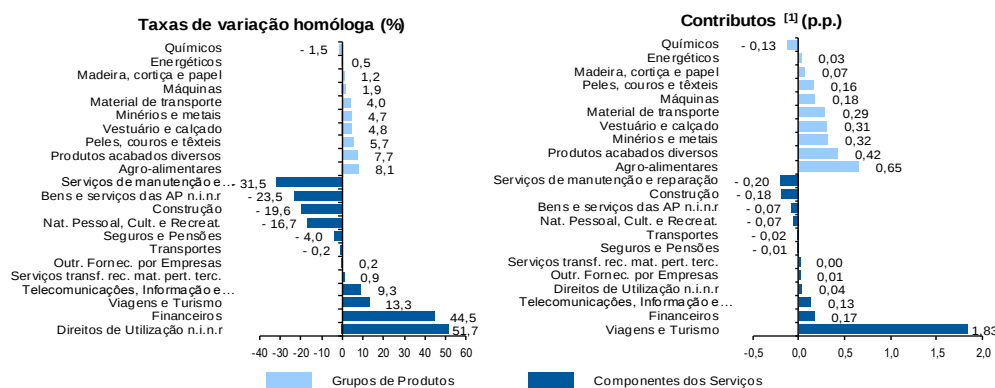
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de abril de 2015, nos primeiros quatro meses de 2015, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,5%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (3,9 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros quatro meses de 2015, a componente dos Serviços representou 29,6% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,6 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 82,4% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (+4,8%) em 1,6 p.p. (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em abril de 2015, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos dos “Agroalimentares” (+0,65 p.p.) e dos “Produtos Acabados Diversos” (+0,42 p.p.). Na componente dos serviços, destacam-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,83 p.p.) e Serviços Financeiros (+0,17 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em abril de 2015



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior + 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (3,9%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

							Valores em milhões de Euros				
	jan-abr		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-abr		média anual 09-14	12 meses ^[1]		jan-abr	
	2014	2015	2009	2014	2014	2015		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	21 596	22 992	100,0	100,0	100,0	100,0	8,1	3,9	3,9	6,5	6,5
Bens	15 339	16 182	66,0	67,5	71,0	70,4	8,6	3,4	2,3	5,5	3,9
Serviços	6 257	6 809	34,0	32,5	29,0	29,6	7,1	5,1	1,6	8,8	2,6
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	109	94	0,5	0,5	0,5	0,4	8,0	0,9	0,0	-13,9	-0,1
Serv. de manutenção e reparação	15	94	10	0,5	0,5	0,4	-6,5	-31,5	-0,2	-39,0	-0,1
Transportes	1811	1832	8,2	8,0	8,4	8,0	7,6	-0,2	0,0	12	0,1
Viagens e Turismo	2 341	2 658	14,5	14,8	10,8	11,6	8,5	13,3	1,8	13,6	1,5
Construção	155	149	1,1	0,7	0,7	0,6	-0,4	-19,6	-0,2	-4,3	0,0
Seguros e Pensões	42	42	0,2	0,1	0,2	0,2	-0,8	-4,0	0,0	-0,5	0,0
Financeiros	99	126	0,7	0,5	0,5	0,5	1,4	44,5	0,2	27,7	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	26	25	0,2	0,1	0,1	0,1	-8,2	51,7	0,0	-2,8	0,0
Telecom., Informação e Informática	339	340	1,5	1,5	1,5	1,5	8,0	9,3	0,1	6,6	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1126	1326	5,2	5,2	5,2	5,8	7,9	0,2	0,0	17,8	0,9
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	64	76	0,5	0,3	0,3	0,3	-0,6	-16,7	-0,1	17,8	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	51	48	0,3	0,2	0,2	0,2	2,2	-23,5	-0,1	-6,3	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	21 700	22 732	100,0	100,0	100,0	100,0	2,8	4,5	4,5	4,8	4,8
Bens	18 038	18 726	83,4	82,6	83,1	82,4	2,6	3,5	2,9	3,8	3,2
Serviços	3 662	4 006	16,6	17,4	16,9	17,6	3,7	9,4	1,6	9,4	1,6
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	7	5	0,0	0,0	0,0	0,0	10,1	-25,4	0,0	-29,0	0,0
Serv. de manutenção e reparação	89	98	0,4	0,4	0,4	0,4	7,6	21,1	0,1	10,3	0,0
Transportes	993	1054	4,1	5,0	4,6	4,6	6,6	11,3	0,5	6,2	0,3
Viagens e Turismo	1058	1133	4,6	4,9	4,9	5,0	4,1	6,5	0,3	7,0	0,3
Construção	39	28	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,5	-19,3	0,0	-27,4	0,0
Seguros e Pensões	116	106	0,5	0,5	0,5	0,5	10,2	3,5	0,0	-9,6	0,0
Financeiros	179	170	1,1	0,8	0,8	0,7	-3,1	-1,7	0,0	-5,0	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	167	178	0,7	0,6	0,8	0,8	1,3	4,0	0,0	6,3	0,0
Telecom., Informação e Informática	273	328	1,3	1,4	1,3	1,4	4,3	23,5	0,3	20,4	0,3
Outr. Fornec. por Empresas	654	778	3,0	3,2	3,0	3,4	3,8	17,9	0,5	19,9	0,6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	70	93	0,8	0,3	0,3	0,4	-12,7	-29,8	-0,2	32,5	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	18	36	0,2	0,1	0,1	0,2	-5,3	45,0	0,0	99,8	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

Artigos

Em Análise

As empresas portuguesas entre 2008 e 2013

Rita Tavares da Silva e Manuela Paixão¹

Este trabalho tem como finalidade a apresentação dos principais indicadores relativos às empresas e a sua evolução nos últimos anos, tendo por base os dados estatísticos do sistema de contas integradas das empresas (SCIE) relativos às empresas não financeiras, para uma série temporal de 2008 a 2013 (antes da implementação do SEC 2010).

Caracterização geral

Em 2013, o número de empresas em Portugal era de cerca de 1 milhão e 56 mil, das quais 350 mil eram sociedades e mais de 700 mil eram empresas individuais. Estas tinham ao seu serviço mais de 3.435 mil pessoas e geravam um volume de negócios superior a 323 mil milhões de euros. O valor acrescentado bruto (VAB) a preços de mercado ascendeu a cerca de 76,4 mil milhões de euros e o excedente bruto de exploração² destas empresas cifrou-se em cerca de 30 mil milhões de euros.

Quadro 1 - Principais indicadores económicos (2013)

2013	Empresas		Pessoal ao serviço		Volume de Negócios		VABpm		Excedente bruto de exploração	
	nº	%	nº	%	Milhões €	%	Milhões €	%	Milhões €	%
Total de empresas	1.055.813	100	3.435.566	100	323.289	100	76.386	100	29.950	100
Empresa individual	704.997	66,8	810.103	23,6	15.165	4,7	5.897	7,7	4.808	16,1
Sociedade	350.816	33,2	2.625.463	76,4	308.124	95,3	70.489	92,3	25.142	83,9
Grandes	1.021	0,1	761.089	22,2	137.010	42,4	30.784	40,3	13.332	44,5
PME	1.054.792	99,9	2.674.477	77,8	186.278	57,6	45.602	59,7	16.617	55,5
Agricultura e pesca	58.144	5,5	111.158	3,2	5.357	1,7	1.188	1,6	854	2,9
Indústrias extrativas	1.165	0,1	9.579	0,3	978	0,3	421	0,6	222	0,7
Indústrias transformadoras	68.436	6,5	638.632	18,6	79.605	24,6	16.383	21,4	6.008	20,1
Energia	870	0,1	9.033	0,3	18.107	5,6	4.302	5,6	3.813	12,7
Água e gestão de resíduos	1.199	0,1	30.463	0,9	3.210	1,0	1.362	1,8	791	2,6
Construção	86.145	8,2	313.678	9,1	19.859	6,1	5.610	7,3	1.186	4,0
Comércio	232.760	22,0	732.737	21,3	119.641	37,0	14.270	18,7	4.593	15,3
Transportes e armazenagem	22.485	2,1	150.807	4,4	17.500	5,4	5.914	7,7	2.480	8,3
Alojamento e restauração	82.294	7,8	264.526	7,7	8.431	2,6	3.110	4,1	804	2,7
Informação e de comunicação	14.951	1,4	82.854	2,4	11.665	3,6	4.957	6,5	2.424	8,1
Atividades imobiliárias	27.516	2,6	44.434	1,3	3.713	1,1	1.309	1,7	781	2,6
Ativ. consultoria, científicas, técnicas	110.394	10,5	207.818	6,0	10.018	3,1	4.547	6,0	1.681	5,6
Atividades administrativas	130.640	12,4	373.235	10,9	9.712	3,0	4.914	6,4	1.633	5,5
Educação	54.487	5,2	89.772	2,6	1.379	0,4	753	1,0	282	0,9
Saúde humana e apoio social	82.879	7,8	248.050	7,2	11.122	3,4	5.867	7,7	1.830	6,1
Ativ. artísticas, desportivas e recreativas	27.678	2,6	42.278	1,2	1.540	0,5	851	1,1	302	1,0
Outras atividades de serviços	53.770	5,1	86.512	2,5	1.452	0,4	628	0,8	266	0,9

Fonte: INE/SCIE.

Do total de empresas, cerca de dois terços são empresas individuais, representando 23,6% do total de pessoas ao serviço, mas apenas 4,7% do volume de negócios, bem como apenas 7,7% do VAB gerado.

De facto, são as sociedades (cerca de 351 mil) que empregam mais de três quartos das pessoas ao serviço nas empresas e as responsáveis pela quase totalidade dos valores do Volume de Negócios (95,3%) e VAB gerado (92,3%).

As Grandes empresas representam 0,1% do universo das empresas, mas o seu peso no volume de negócios e no VAB ultrapassa 40% do total.

¹ Direção de Serviços de Análise Económica, GEE, Ministério da Economia. As opiniões expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

² O Excedente Bruto de Exploração (EBE) corresponde à diferença entre, por um lado, o valor acrescentado bruto e por outro, os custos com o pessoal e os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Por seu lado, as PME têm um peso muito significativo no emprego (77,8% do pessoal ao serviço), gerando 59,7% do VAB e 57,6% do volume de negócios.

Em termos sectoriais, o sector do Comércio apresenta o maior peso em número de empresas (22%), volume de negócios (37%) e no pessoal ao serviço (21,3%), sendo ultrapassado pelo sector das Indústrias transformadoras no VAB gerado (21,4%), sendo que estas representam 6,5% do número de empresas e 18,6% do pessoal ao serviço.

As empresas do sector da Energia embora representem apenas 0,1% do número total de empresas geram um excedente bruto de exploração correspondente a 12,7% do total.

Os sectores que empregam menos pessoas são as Indústrias extrativas, a Energia e a Água e gestão de resíduos.

O período 2008-2013

Da análise dos dados que constam no Quadro 2 verifica-se que entre 2008 e 2013 se registaram decréscimos em todos os indicadores apresentados para o total de empresas, nomeadamente de 14,5% no que concerne ao número de empresas (cerca de menos 179 mil empresas), de 13,2% no volume de negócios (menos 49 mil milhões de euros), de 15,9% no VAB gerado (menos 14 mil milhões de euros), de 15,5% no pessoal ao serviço (menos 628 mil pessoas) e de 23% no excedente bruto de exploração (menos 9 mil milhões de euros).

Quadro 2 – Evolução dos principais indicadores (2008-2013)

	Taxa de variação 2008-2013					
	Nº de Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de Negócios	VABpm	Gastos com pessoal	Excedente bruto de exploração
Total de empresas	-14,5	-15,5	-13,2	-15,9	-10,3	-23,0
Empresa individual	-18,7	-18,9	-34,8	-32,0	-33,0	-30,9
Sociedade	-4,6	-14,3	-11,7	-14,2	-9,5	-21,3
Agricultura e pesca	2,6	0,6	0,5	1,2	3,7	-3,8
Indústrias extrativas	-21,8	-30,0	-24,2	-20,9	-22,1	-20,8
Indústrias transformadoras	-17,6	-18,2	-4,4	-13,6	-12,1	-15,9
Energia	30,8	-11,0	7,4	28,6	-5,5	24,5
Água e gestão de resíduos	13,9	8,2	10,8	17,1	6,2	23,4
Construção	-31,7	-40,5	-45,3	-47,5	-34,9	-68,4
Comércio	-16,9	-13,9	-14,8	-19,5	-12,9	-30,7
Transportes e armazenagem	-13,8	-12,9	-4,2	-8,4	-12,9	-5,3
Alojamento e restauração	-9,7	-11,3	-16,2	-25,3	-11,5	-48,2
Informação e comunicação	-6,1	6,6	-16,5	-11,4	9,7	-25,6
Atividades imobiliárias	-6,8	-19,1	-38,5	-41,8	-29,4	-46,8
Ativ. consultoria, científicas, técnicas	-11,9	-9,4	-12,6	-13,2	3,9	-30,8
Atividades administrativas	-16,8	-13,5	-12,0	-9,1	-3,6	-18,7
Educação	-13,7	-12,5	-12,0	-18,4	-3,7	-26,1
Saúde humana e apoio social	5,9	11,4	11,9	8,0	15,9	-7,7
Ativ. artísticas, desportivas e recreativas	-11,1	-10,0	-15,6	-9,7	8,1	-22,9
Outras atividades de serviços	-21,3	-18,1	-17,0	-22,1	-6,9	-36,0

Fonte: INE/SCIE.

Em termos agregados, quer as empresas individuais quer as sociedades registaram decréscimos em todos os indicadores no período considerado, muito embora as empresas individuais tenham registado quebras significativamente maiores ao nível de todos os indicadores.

Na análise sectorial, verifica-se que a Construção registou as maiores quebras entre 2008 e 2013. Por contraponto, o único sector que se evidenciou por ter registado crescimento em todos os indicadores apresentados foi o da Água e gestão de resíduos. Destaque, ainda, para os sectores da Agricultura e

pesca e Saúde humana e apoio social, que apenas não registaram crescimento ao nível do excedente bruto de exploração.

O indicador que sofreu a maior contração no período em análise foi o excedente bruto de exploração, decréscimo de 23% em termos globais, registando a Construção uma variação de -68,4%, o Alojamento e restauração uma variação de -48,2%, as Atividades imobiliárias uma variação de -46,8% e o Comércio uma variação de -30,7%.

Refira-se, porém, que se registaram exceções ao cenário de contração do volume de negócios e VAB, nomeadamente, em sectores como a Energia, Água e gestão de resíduos, Saúde humana e apoio social e Agricultura e pescas.

Por seu turno, os sectores que conseguiram aumentar o número de pessoas ao serviço neste período foram a Saúde humana e apoio social, Água e gestão de resíduos, Informação e comunicação e, residuamente, a Agricultura e pescas.

Quadro 3 – Produtividade aparente do trabalho e Gastos com pessoal *per capita* (2008-2013)

2013	Produtividade aparente do trabalho			Gastos com pessoal <i>per capita</i>		
	2013 (€)	var.% 08-13	var.% 12-13	2013 (€)	var.% 08-13	var.% 12-13
Total de empresas	22.298	-0,3	2,9	13.580	6,1	0,5
Empresa individual	7.482	-15,3	0,3	1.547	-17,4	-0,8
Sociedade	26.869	0,3	3,4	17.293	5,7	0,9
Agricultura e pesca	14.483	-1,0	-1,9	6.797	3,0	-1,8
Indústrias extrativas	42.945	12,3	-3,0	19.808	11,3	-0,6
Indústrias transformadoras	25.526	5,7	3,4	16.119	7,5	0,7
Energia	472.226	35,4	5,3	50.144	6,2	-3,0
Água e gestão de resíduos	44.731	6,8	1,0	18.762	-1,9	5,3
Construção	17.296	-11,1	2,4	13.516	9,4	1,6
Comércio	19.225	-6,7	4,6	12.957	1,2	-1,5
Transportes e armazenagem	39.786	3,4	2,7	23.342	-0,1	2,1
Alojamento e restauração	11.614	-15,8	1,9	8.575	-0,2	-2,4
Informação e comunicação	59.275	-16,7	-3,9	30.016	2,9	3,1
Atividades imobiliárias	26.573	-28,3	2,3	8.993	-12,8	-1,7
Ativ. consultoria, científicas, técnicas	22.163	-3,1	0,8	14.073	14,7	0,4
Atividades administrativas	13.123	4,9	1,8	8.748	11,4	0,6
Educação	11.647	1,7	-0,7	8.505	10,1	-0,5
Saúde humana e apoio social	23.782	-3,6	3,0	16.405	4,0	1,7
Ativ. artísticas, desportivas e recreativas	17.858	3,4	10,2	10.706	20,1	-0,9
Outras atividades de serviços	8.946	-1,7	-1,1	5.867	13,6	-1,1

Fonte: INE/SCIE.

A produtividade aparente do trabalho, medida pelo valor acrescentado bruto gerado por empregado, registou uma ligeira redução de 2008 para 2013 (-0,3%), registando-se uma contração de 15,3% nas empresas individuais, enquanto nas sociedades aumentou ligeiramente (0,3%). No último ano a produtividade aparente do trabalho aumentou 2,9%, tendo sido as sociedades que mais contribuíram para este aumento.

Ao contrário da produtividade aparente do trabalho, os gastos com pessoal *per capita* registaram um crescimento de 6,1% no período 2008-2013, com um aumento nas sociedades e uma redução significativa nas empresas individuais.

Tem-se, portanto, que nas empresas individuais ambos os indicadores sofreram reduções significativas (quebra maior nos gastos com pessoal *per capita* do que no VAB por empregado) e que nas sociedades ambos os indicadores aumentaram (embora a produtividade aparente do trabalho tenha registado um aumento muito reduzido).

Estrutura e desempenho financeiros das sociedades

Face às características muito distintas das sociedades e das empresas individuais, foi feita a análise da estrutura financeira e dos indicadores financeiros apenas das sociedades.

Quadro 4 – Ativo líquido e Passivo médios das sociedades

	Activo/nº sociedades			Passivo/nº sociedades			Endividamento em % (Passivo/Ativo)	
	2013 milhares €	var.% 08-13	var.% 12-13	2013 milhares €	var.% 08-13	var.% 12-13	2008	2013
Total das sociedades	1.409	2,8	-1,6	1.007	-0,5	-2,7	74	72
Agricultura e pesca	817	-4,0	-3,7	507	-13,0	-4,1	69	62
Indústrias extrativas	3.003	29,9	-1,1	1.563	-1,3	-5,2	68	52
Indústrias transformadoras	2.158	11,2	0,0	1.370	9,5	-1,7	65	63
Energia	75.663	4,1	2,4	57.794	10,1	2,0	72	76
Água e gestão de resíduos	12.997	8,2	-2,3	9.458	3,2	-4,4	76	73
Construção	1.509	1,7	-1,9	1.197	0,7	-3,6	80	79
Comércio	824	-2,0	-1,2	574	-6,8	-3,0	73	70
Transportes e armazenagem	1.979	-20,1	2,1	1.828	-14,2	1,7	86	92
Alojamento e restauração	552	12,6	-1,4	429	22,7	1,4	71	78
Informação e comunicação	3.599	25,5	-7,4	2.024	5,5	-6,1	67	56
Atividades imobiliárias	2.060	-1,5	-3,1	1.463	-6,1	-4,2	75	71
Ativ. consultoria, científicas, técnicas	808	10,6	-1,9	485	-4,7	-3,6	70	60
Atividades administrativas	1.114	4,9	-3,0	876	-3,9	-5,8	86	79
Educação	418	5,7	-0,9	282	-9,1	-2,8	78	67
Saúde humana e apoio social	704	-0,1	-4,5	542	15,1	-5,6	67	77
Ativ. artísticas, desportivas e recreativas	888	-14,5	-2,1	702	-12,6	-1,4	77	79
Outras atividades de serviços	226	2,8	1,3	131	-19,7	-3,1	74	58

Fonte: INE/SCIE.

Através da análise ao ativo e passivo das sociedades, pode-se analisar a dimensão em termos de património médio de cada um dos sectores e a sua evolução e qual a percentagem deste património que (em média) é financiado por capitais alheios.

Verifica-se, assim, que o ativo médio do total das sociedades registou um acréscimo de 2,8% entre 2008 e 2013. Por seu turno, o passivo médio registou uma ligeira diminuição neste período (-0,5%), a par de uma ligeira redução do grau de endividamento das sociedades (-2 p.p.).

Em termos sectoriais, destaque para os sectores dos Transportes e armazenagem e Atividades artísticas, desportivas e recreativas, onde se verificou uma diminuição mais significativa do património médio das sociedades (-20,1% e -14,5%, respetivamente). Nestes dois sectores, o passivo médio das sociedades sofreu, também, uma redução significativa (-14,2% e -12,6%, pela mesma ordem).

Atualmente, o sector da Energia é o que tem maior ativo líquido por sociedade (em média cerca de 75 milhões de euros), com um crescimento de 4,1% entre 2008 e 2013. No entanto, o seu passivo médio (que também regista o valor mais alto entre os sectores) cresceu 10,1% neste período, provocando uma degradação do indicador do endividamento, que passou de 72% para 76%.

Em relação ao endividamento, as sociedades com maiores reduções no passivo face ao ativo, entre 2008 e 2013, foram as dos sectores das Indústrias extrativas (-16 p.p.), da Informação e comunicação e Educação (ambos com -11 p.p.). As sociedades que registaram comportamentos contrários, ou seja, os maiores aumentos de passivo face ao ativo total líquido, foram as dos sectores da Saúde humana e apoio social (+10 p.p.) e Alojamento e restauração (+7 p.p.).

Quadro 5 – EBE das sociedades por sector transacionável/não transacionável

Excedente bruto de exploração	2013	Taxa de variação	
	Milhões €	08-13	12-13
Sector Transacionável	10.728	-8,5	6,6
Sector Não Transacionável	14.413	-25,9	6,2

Fonte: INE/SCIE.

Analisando o excedente bruto de exploração por agrupamento de empresas de sectores transacionáveis versus agrupamento de empresas de sectores não transacionáveis, verifica-se que o sector transacionável registou uma menor quebra do EBE entre 2008 e 2013 (-8,5%), tendo no último ano registado uma maior recuperação (6,6%). No sector não transacionável verificou-se o oposto: uma maior redução do EBE gerado nos últimos 5 anos (-25,9%) e uma recuperação ligeiramente menor no último ano (6,2%).

Quadro 6 – EBE médio, taxa de investimento e rendibilidade do ativo

	Excedente bruto de exploração /nº empresas (milhares €)			Taxa de investimento			Rendibilidade do activo		
	2008	2013	Var. % 08-13	2008	2013	Var. p.p. 08-13	2008	2013	Var. p.p. 08-13
Total das sociedades	86.907	71.666	-17,5	30,0	15,9	-14,1	0,8	0,7	-0,1
Agricultura e pesca	31.917	28.141	-11,8	74,3	49,1	-25,2	-0,4	-0,2	0,1
Indústrias extrativas	281.094	272.488	-3,1	32,8	29,4	-3,4	-6,1	2,0	8,1
Indústrias transformadoras	162.413	156.136	-3,9	26,2	16,1	-10,2	1,5	1,4	-0,2
Energia	4.645.459	5.124.235	10,3	80,5	33,4	-47,1	2,8	3,7	0,9
Água e gestão de resíduos	725.754	774.376	6,7	83,0	28,5	-54,5	1,3	1,6	0,3
Construção	61.086	22.252	-63,6	16,7	5,3	-11,4	-0,5	-0,7	-0,3
Comércio	56.500	42.002	-25,7	18,6	10,5	-8,1	1,2	0,8	-0,4
Transportes e armazenagem	127.735	139.184	9,0	39,3	10,3	-28,9	-0,9	0,5	1,4
Alojamento e restauração	19.658	7.788	-60,4	47,6	24,6	-23,0	-1,8	-4,5	-2,7
Informação e comunicação	429.145	266.513	-37,9	29,5	25,7	-3,7	4,2	0,7	-3,5
Atividades imobiliárias	56.125	31.375	-44,1	84,1	47,7	-36,4	-0,7	-1,3	-0,5
Atividades de consultoria, científicas, técnicas	42.915	26.339	-38,6	19,3	17,0	-2,3	2,4	2,1	-0,3
Atividades administrativas	107.157	96.278	-10,2	25,8	6,5	-19,4	1,2	0,8	-0,3
Educação	30.775	21.517	-30,1	14,7	7,9	-6,8	-0,4	-0,7	-0,3
Saúde humana e apoio social	75.449	61.018	-19,1	13,8	7,6	-6,3	4,9	4,0	-0,9
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	56.130	37.505	-33,2	83,5	25,7	-57,8	-1,4	-2,7	-1,2
Outras atividades de serviços	8.339	7.240	-13,2	22,8	14,1	-8,7	-2,0	-1,2	0,8

Fonte: INE/SCIE.

Entre 2008 e 2013, a taxa de investimento acompanhou a redução do excedente bruto de exploração médio, com reduções, na maioria dos sectores, em ambos os indicadores.

Tendo o valor médio do ativo líquido das sociedades registado um aumento de 2,8% entre 2008 e 2013 como vimos anteriormente, a taxa de investimento, que mede qual a parcela do VAB a custo de fatores que é investido em formação bruta de capital fixo, reduziu-se substancialmente nestes anos, em 14 p.p.

Os sectores que registaram as menores taxas de investimento em 2013 foram a Construção (5,3%), as Atividades administrativas (6,5%), a Saúde humana e apoio social (7,6%) e a Educação (7,9%). As maiores taxas pertencem à Agricultura e pescas (49,1%), às Atividades imobiliárias (47,7%), à Energia (33,4%), às Indústrias extrativas (29,4%) e à Água e gestão de resíduos (28,5%).

Ao nível da rendibilidade do ativo, evidenciam-se os sectores das Indústrias extrativas com um aumento superior a 8 p.p. entre 2008 e 2013 e o sector de Informação e comunicação com uma redução de 3,5 p.p. nesse mesmo período.

Destaque, ainda, para o sector do Alojamento e restauração que regista um dos valores menores para o EBE médio, com uma das maiores quebras registadas entre 2008 e 2013, e com uma descida muito acentuada na taxa de investimento, bem como o menor valor de rendibilidade do ativo registado em 2013.

O sector da Construção, que foi dos mais penalizados pela crise registou, também, uma elevada quebra em termos de EBE médio por sociedade, acompanhada por um decréscimo na taxa de investimento (menor valor registado em 2013).

Por seu turno, o sector da Energia registou o maior crescimento do EBE médio entre 2008 e 2013, seguido do sector dos Transportes e armazenagem.

Quadro 7 – Rátios financeiros das sociedades

	Autonomia financeira (%)			Rácio de Endividamento (Passivo/Capital Próprio)			Rentabilidade do Capital Próprio (%)		
	2008	2013	Var p.p. 08-13	2008	2013	Var p.p. 08-13	2008	2013	Var p.p. 08-13
Total das Sociedades	26	28	2	2,8	2,5	-0,3	3,2	2,6	-0,6
Grandes	28	28	0	2,6	2,6	0,0	8,5	8,1	-0,4
PME	25	29	4	3,0	2,5	-0,5	-0,1	-0,8	-0,7
Exportadoras	33	34	1	2,0	1,9	-0,1	5,8	7,0	1,2
Não exportadoras	24	27	3	3,1	2,8	-0,3	2,3	0,8	-1,5
Agricultura e pesca	31	38	7	2,2	1,6	-0,6	-1,2	-0,6	0,6
Indústrias extrativas	32	48	16	2,2	1,1	-1,1	-19,2	4,3	23,5
Indústrias transformadoras	35	37	2	1,8	1,7	-0,1	4,3	3,7	-0,6
Energia	28	24	-4	2,6	3,2	0,6	10,2	15,8	5,6
Água e gestão de resíduos	24	27	3	3,2	2,7	-0,5	5,4	5,8	0,3
Construção	20	21	1	4,0	3,8	-0,2	-2,4	-3,5	-1,1
Comércio	27	30	3	2,7	2,3	-0,4	4,5	2,7	-1,8
Transportes e armazenagem	14	8	-6	6,2	12,1	6,0	-6,4	6,1	12,5
Alojamento e restauração	29	22	-7	2,5	3,5	1,0	-6,1	-20,1	-14,0
Informação e comunicação	33	44	11	2,0	1,3	-0,7	12,6	1,5	-11,1
Atividades imobiliárias	25	29	4	2,9	2,5	-0,5	-2,9	-4,4	-1,5
Atividades de consultoria, científicas, técnicas	30	40	10	2,3	1,5	-0,8	8,0	5,3	-2,8
Atividades administrativas	14	21	7	6,0	3,7	-2,4	8,2	3,9	-4,3
Educação	22	33	11	3,6	2,1	-1,5	-1,8	-2,3	-0,4
Saúde humana e apoio social	33	23	-10	2,0	3,4	1,3	14,7	17,2	2,5
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	23	21	-2	3,4	3,8	0,4	-6,4	-12,7	-6,4
Outras atividades de serviços	26	42	16	2,9	1,4	-1,5	-7,6	-2,9	4,7

Fonte: INE/SCIE.

Analisando o desempenho económico-financeiro das sociedades, verifica-se que, no período em análise, a autonomia financeira³ melhorou no total das sociedades, com particular incidência nas PME que passaram de uma autonomia financeira de 25% em 2008 para 29% em 2013, valor superior ao das Grandes empresas (que não registaram alteração deste rácio neste período).

Analisando a autonomia financeira por sectores, constata-se que os sectores das indústrias extrativas, da Informação e comunicação e de Consultoria registaram os maiores aumentos (de 16 p.p., 11 p.p. e 10 p.p.) no rácio de Autonomia financeira de 2008 para 2013. Os sectores da Saúde humana e apoio social, da Energia e dos Transportes e armazenagem foram aqueles que registaram as maiores reduções neste rácio.

Em relação ao rácio de endividamento⁴ destaca-se o sector dos Transportes e armazenagem, onde o passivo é, atualmente, 12 vezes superior aos capitais próprios.

A rentabilidade dos capitais próprios⁵ do total das sociedades registou uma quebra de 2008 para 2013. Os sectores com maiores rentabilidades em 2013 foram a Saúde humana e apoio social e a Energia, com 17,2% e 15,8%, respetivamente. No que diz respeito a este indicador, os sectores com maiores quebras desde 2008 foram o Alojamento e restauração e a Informação e comunicação, com descidas de 14 p.p. e 11,1 p.p., respetivamente. Os que verificaram os maiores aumentos neste rácio foram as Indústrias extrativas (de -19,2% em 2008 para 4,3% em 2013) e os Transportes e armazenagem (de -6,4% em 2008 para 6,1% em 2013).

³ A autonomia financeira corresponde ao rácio entre os capitais próprios e o ativo total líquido. Indica a parte do ativo que foi financiada por capitais detidos pela própria empresa. Este conceito é extremamente útil na avaliação de risco financeiro de longo prazo, pois fornece informação sobre a estrutura financeira da empresa e sobre a sua capacidade em cumprir os seus compromissos financeiros de longo prazo. De facto, quanto maior for a autonomia financeira, maior será a parte das suas aplicações que está a ser financiada por capitais próprios e, consequentemente, menor será a parte que está a ser financiada com recurso a financiamento externo ou dívida, ou seja, menor será o grau de endividamento da empresa.

⁴ Rácio de endividamento corresponde ao rácio entre o passivo e os capitais próprios. Utiliza-se para medir a alavancagem financeira da empresa e indica que qual a proporção de capital e dívida que a empresa utilizou para financiar o ativo. Quanto mais elevado, maior a vulnerabilidade da empresa.

⁵ A rentabilidade dos capitais próprios corresponde ao rácio entre os resultados líquidos e os capitais próprios e indica a percentagem de lucro por cada euro investido. É um indicador do desempenho dos capitais investidos na empresa, independentemente da forma de financiamento. Assim, uma empresa que recorra bastante ao endividamento poderá aumentar consideravelmente a sua rentabilidade dos capitais próprios, sem, no entanto, aumentar a rentabilidade da empresa no seu todo.

Evolução recente 2012-2013

A evolução dos principais indicadores relativos às empresas entre 2012 e 2013 encontra-se evidenciada no Quadro 8.

Quadro 8 – Evolução dos principais indicadores (2012-2013)

	Empresas		Pessoal ao serviço		Volume de Negócios		VABpm		Excedente bruto de exploração	
	2013 nº	var.% 12-13 %	2013 nº	var.% 12-13 %	2013 Milhões €	var.% 12-13 %	2013 Milhões €	var.% 12-13 %	2013 Milhões €	var.% 12-13 %
Total de empresas	1.055.813	-0,7	3.435.566	-2,2	323.289	-0,8	76.386	0,5	29.950	4,5
Empresa individual	704.997	-0,6	810.103	-0,8	15.165	-0,2	5.897	-0,6	4.808	-0,2
Sociedade	350.816	-0,8	2.625.463	-2,6	308.124	-0,8	70.489	0,6	25.142	5,5
Grandes	1.021	0,6	761.089	-1,0	137.010	-0,9	30.784	0,7	13.332	0,2
PME	1.054.792	-0,7	2.674.477	-2,5	186.278	-0,7	45.602	0,5	16.617	8,3
Agricultura e pesca	58.144	3,3	111.158	4,7	5.357	1,4	1.188	4,8	854	2,6
Indústrias extrativas	1.165	-1,0	9.579	-6,1	978	-7,8	421	-9,2	222	-10,9
Indústrias transformadoras	68.436	-0,9	638.632	-1,2	79.605	0,7	16.383	2,1	6.008	7,1
Energia	870	-1,2	9.033	-1,8	18.107	-0,8	4.302	3,8	3.813	4,5
Água e gestão de resíduos	1.199	2,2	30.463	0,2	3.210	-4,3	1.362	0,7	791	-1,6
Construção	86.145	-3,0	313.678	-8,9	19.859	-12,6	5.610	-7,0	1.186	-3,8
Comércio	232.760	-1,7	732.737	-2,8	119.641	0,0	14.270	1,5	4.593	16,4
Transportes e armazenagem	22.485	-1,8	150.807	-1,7	17.500	0,4	5.914	1,0	2.480	1,8
Alojamento e restauração	82.294	-1,0	264.526	-2,2	8.431	0,1	3.110	-0,5	804	13,7
Informação e de comunicação	14.951	3,9	82.854	2,7	11.665	-2,3	4.957	-1,4	2.424	-7,8
Atividades imobiliárias	27.516	-1,6	44.434	-3,2	3.713	0,4	1.309	-1,9	781	1,2
Ativ. consultoria, científicas, técnicas	110.394	0,7	207.818	-1,0	10.018	-2,2	4.547	-0,4	1.681	0,5
Atividades administrativas	130.640	-1,1	373.235	-1,6	9.712	-0,4	4.914	0,1	1.633	2,7
Educação	54.487	-2,6	89.772	-4,5	1.379	-4,4	753	-6,4	282	-5,6
Saúde humana e apoio social	82.879	2,6	248.050	0,5	11.122	1,4	5.867	3,4	1.830	6,3
Ativ. artísticas, desportivas e recreativas	27.678	-1,0	42.278	0,3	1.540	-0,6	851	8,3	302	32,8
Outras atividades de serviços	53.770	-0,2	86.512	-2,1	1.452	-4,2	628	-4,3	266	-3,1

Fonte: INE/SCIE.

O VAB e o excedente bruto de exploração tiveram uma evolução positiva no último ano, de 0,5% e 4,5%, respetivamente, o que evidencia alguns sinais de retoma, apesar dos restantes indicadores terem registado uma redução. Atendendo a que a inflação média verificada em 2013 foi de 0,3% (dados do INE), a variação real destes dois indicadores foi positiva.

Foram, contudo, apenas as sociedades quem contribuiu para estas duas subidas, uma vez que o seu VAB aumentou 0,6% e o excedente bruto de exploração 5,5%. As empresas individuais registaram reduções ao nível de todos os indicadores.

Em termos globais, o indicador que registou a maior quebra foi o relativo ao pessoal ao serviço (-2,2%), tendo essa quebra sido particularmente acentuada nas sociedades (-2,6%).

Em termos sectoriais, destacam-se a Agricultura e pescas e a Saúde humana e apoio social por registarem crescimento nos cinco indicadores apresentados.

Os sectores com melhores desempenhos ao nível do crescimento do VAB, neste último ano, foram: Atividades artísticas, desportivas e recreativas (+8,3%), Agricultura e pescas (+4,8%), Energia (+3,8%), Saúde humana e apoio social (+3,4%), Indústrias transformadoras (+2,1%), Comércio (+1,5%), Transportes e armazenagem (+1,0%). Os sectores que registaram as maiores quebras no que respeita a este indicador foram: Indústrias extrativas (-9,2%), Construção (-7,0%) e Educação (-6,4%).

A Construção registou as maiores quebras em três dos indicadores: número de empresas (-3,0%), pessoal ao serviço (-8,9%) e do volume de negócios (-12,6%).

Os sectores cujo excedente bruto de exploração cresceu mais no último ano foram as Atividades artísticas, desportivas e recreativas (32,8%), o Comércio (16,4%) e o Alojamento e restauração (13,7%).

Conclusão

Em 2013, o número de empresas em Portugal era de cerca de 1 milhão e 56 mil. Estas tinham ao seu serviço mais de 3 milhões e 435 mil pessoas e geravam um volume de negócios superior a 323 mil milhões de euros. O valor acrescentado bruto (VAB) a preços de mercado ascendeu a cerca de 76,4 mil milhões de euros, o que equivale a cerca de 44,6% do PIB.

Nos últimos cinco anos (2008-2013), registou-se um decréscimo de 14,5% no que concerne ao número de empresas (cerca de menos 179 mil empresas), de 13,2% no volume de negócios (menos 49 mil milhões de euros), de 15,9% no VAB gerado (menos 14 mil milhões de euros), de 15,5% no pessoal ao serviço (menos 628 mil pessoas) e de 23% no excedente bruto de exploração (menos 9 mil milhões de euros).

No último ano (2012-2013), o VAB e o excedente bruto de exploração das empresas apresentaram uma evolução de sinal positivo (0,5% e 4,5%, respetivamente), apesar do número de empresas e do volume de negócios se terem mantido relativamente estabilizados face ao ano anterior (-0,7% e -0,8%, respetivamente) e do número de pessoas ao serviço das empresas se ter mantido em significativa contração (-2,2% face ao ano anterior).

Em termos sectoriais, destaca-se o dinamismo verificado em 2013 na Agricultura e pescas e na Saúde humana e apoio social, sectores que conseguiram apresentar crescimento ao nível dos cinco principais indicadores analisados: maior número de empresas, mais pessoal ao serviço, maior volume de negócios, mais valor acrescentado e maior excedente bruto de exploração.

Neste último ano, alguns sinais de recuperação fizeram-se, igualmente, sentir na Indústria transformadora, Transportes e armazenagem, Alojamento e restauração e nas Atividades imobiliárias, todos eles com variações de sinal positivo (embora ligeiras) no que respeita ao volume de negócios (variações entre 0,1% e 0,7%).

Contudo, alguns sectores mantêm-se ainda em clara contração: caso das Indústrias extrativas, da Construção, da Educação e dos Outros serviços, que no último ano não conseguiram apresentar melhorias ao nível de nenhum dos cinco principais indicadores analisados.

Em termos da evolução recente, destaque ainda para o aumento da produtividade aparente do trabalho, que registou um crescimento de 2,9% em 2013 face a 2012, suportada apenas por um crescimento muito ligeiro dos gastos com pessoal (0,5% em termos *per capita*).

Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço das importações e das exportações por grupos e subgrupos de produtos - Janeiro a março de 2015 -

Walter Anatole Marques¹

1 – Nota introdutória

O Instituto Nacional de Estatística (INE) passou a divulgar no seu portal, no âmbito do comércio internacional, além do valor das mercadorias transacionadas desagregadas a oito dígitos da Nomenclatura Combinada (NC), também as correspondentes quantidades (embora só em Kg), o que permite ao utilizador comum calcular indicadores (índices) de evolução não só em valor mas também em volume e em preço, por grupos e subgrupos de produtos. No presente trabalho apresentam-se estes indicadores para o período de Janeiro a março de 2015, calculados com base no período homólogo do ano anterior.

Os índices de preço de Paasche foram calculados ao nível de cada um dos 41 subgrupos considerados a partir da primeira versão do período em análise, com última atualização em 11 de maio de 2015. Estes índices de preço foram depois utilizados como deflatores dos índices de valor obtendo-se assim os correspondentes índices de volume. Os índices de valor decorreram de uma versão do período em análise implícito na 1.ª versão do período de Janeiro a abril de 2015, logo alvo já de uma primeira pequena retificação.

Na construção da amostra automática para o cálculo dos índices de preço, objeto de posterior análise crítica, foram utilizados métodos estatísticos.

2 – Balança comercial por grupos de produtos

De acordo com os dados disponíveis, o défice da balança comercial no 1.º trimestre decresceu de -2,6 mil milhões de Euros, em 2014, para -2,0 mil milhões em 2015, com o grau de cobertura das importações pelas exportações a subir de 81,7% para 85,9% (Quadro 1).

Quadro 1 - Balança comercial portuguesa de mercadorias por Grupos de Produtos

(Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço)

Período: Janeiro a Março de 2014 e 2015

	milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2014	2015	Valor	Volume	Preço	2014	2015
TOTAL							
Importação (Cif)	14 337	14 142	-1.4	4.0	-5.2	100.0	100.0
Exportação (Fob)	11 707	12 149	3.8	6.9	-3.0	100.0	100.0
Saldo (Fob-Cif)	-2 630	-1 993	-	-	-	-	-
Cobertura /Fob/Cif)	81.7	85.9	-	-	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE - Valores de 2015 implícitos na 1ª versão do período de Janeiro a Abril - Índices de preço calculados com base na 1ª versão do período de Janeiro a Março de 2015 (<http://www.ine.pt>).

(continua)

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Período: Janeiro a Março de 2014 e 2015

Agrupamentos	milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2014	2015	Valor	Volume	Preço	2014	2015
A Agro-alimentares							
Importação (Cif)	2 123	2 136	0.6	-0.2	0.8	14.8	15.1
Exportação (Fob)	1 343	1 449	7.9	6.8	1.0	11.5	11.9
Saldo (Fob-Cif)	-780	-687	-	-	-	-	-
B Energéticos							
Importação (Cif)	2 595	1 752	-32.5	1.6	-33.5	18.1	12.5
Exportação (Fob)	852	884	3.7	53.2	-32.3	7.3	7.4
Saldo (Fob-Cif)	-1 743	-868	-	-	-	-	-
C Químicos							
Importação (Cif)	2 392	2 465	3.1	7.0	-3.7	16.7	17.3
Exportação (Fob)	1 531	1 501	-2.0	0.9	-2.9	13.1	12.1
Saldo (Fob-Cif)	-861	-964	-	-	-	-	-
D Madeira, cortiça e papel							
Importação (Cif)	457	491	7.4	6.2	1.1	3.2	3.4
Exportação (Fob)	947	972	2.6	-0.7	3.4	8.1	7.9
Saldo (Fob-Cif)	490	481	-	-	-	-	-
E Têxteis e vestuário							
Importação (Cif)	919	932	1.5	-0.2	1.6	6.4	6.5
Exportação (Fob)	1 211	1 242	2.6	-4.5	7.5	10.3	10.1
Saldo (Fob-Cif)	292	310	-	-	-	-	-
F Calçado, peles e couros							
Importação (Cif)	375	379	1.2	-5.8	7.5	2.6	2.7
Exportação (Fob)	553	551	-0.3	2.3	-2.5	4.7	4.6
Saldo (Fob-Cif)	178	172	-	-	-	-	-
G Minérios e metais							
Importação (Cif)	1 207	1 265	4.8	5.2	-0.4	8.4	9.0
Exportação (Fob)	1 206	1 261	4.5	3.6	0.9	10.3	10.4
Saldo (Fob-Cif)	-1	-4	-	-	-	-	-
H Máquinas							
Importação (Cif)	2 106	2 169	3.0	1.3	1.7	14.7	15.4
Exportação (Fob)	1 697	1 780	4.9	6.4	-1.4	14.5	14.7
Saldo (Fob-Cif)	-409	-389	-	-	-	-	-
I Material de transporte							
Importação (Cif)	1 432	1 748	22.0	16.9	4.4	10.0	12.3
Exportação (Fob)	1 371	1 445	5.4	4.6	0.8	11.7	12.0
Saldo (Fob-Cif)	-61	-303	-	-	-	-	-
J Prod. acabados diversos							
Importação (Cif)	732	805	10.1	10.4	-0.3	5.1	5.7
Exportação (Fob)	996	1 064	6.8	8.7	-1.8	8.5	8.8
Saldo (Fob-Cif)	264	258	-	-	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE - Valores de 2015 implícitos na 1ª versão do período de Janeiro a Abril - Índices de preço calculados com base na 1ª versão do período de Janeiro a Março de 2015 (<http://www.ine.pt>).

As importações², com uma quebra em valor de -1,4% entre os primeiros trimestres de 2014 e de 2015, terão registado um acréscimo em volume de +4,0% e um decréscimo em preço de -5,2%

Por sua vez, o aumento em valor das exportações, +3,8%, terá resultado de um incremento em volume de +6,9%, a que correspondeu uma redução em preço de -3,0%.

² Neste trabalho a designação "Importações" corresponde ao somatório das Chegadas de mercadorias provenientes do espaço comunitário com as Importações originárias dos países terceiros. Paralelamente "Exportações" correspondem ao somatório das Expedições para o espaço comunitário com as Exportações para os países terceiros.

3 – Importações

No 1.º trimestre de 2015 os grupos de produtos com maior peso nas importações portuguesas de mercadorias foram “Químicos” (17,4% do total), “Máquinas” (15,3%), “Agroalimentares” (15,1%), “Energéticos” (12,4%) e “Material de transporte” (12,4%). Com menor peso seguiram-se os grupos “Minérios e metais” (8,9%), “Têxteis e vestuário” (6,6%), “Produtos acabados diversos” (5,7%), “Madeira, cortiça e papel” (3,5%) e “Calçado, peles e couros” (2,7%) (Quadro 2 e Gráfico 1).

Quadro 2 - Importações por Grupos de Produtos

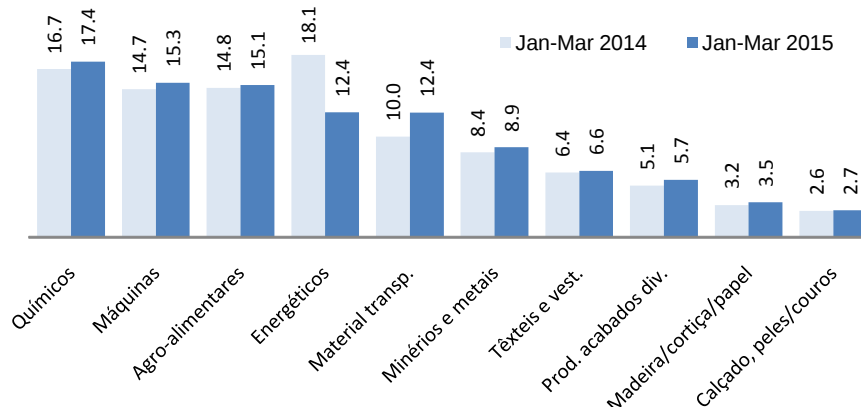
(Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço)

Período: Janeiro a Março de 2014 e 2015

	milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2014	2015	Valor	Volume	Preço	2014	2015
TOTAL	14 337	14 142	-1.4	4.0	-5.2	100.0	100.0
A Agro-alimentares	2 123	2 136	0.6	-0.2	0.8	14.8	15.1
B Energéticos	2 595	1 752	-32.5	1.6	-33.5	18.1	12.4
C Químicos	2 392	2 465	3.1	7.0	-3.7	16.7	17.4
D Madeira, cortiça e papel	457	491	7.4	6.2	1.1	3.2	3.5
E Têxteis e vestuário	919	932	1.5	-0.2	1.6	6.4	6.6
F Calçado, peles e couros	375	379	1.2	-5.8	7.5	2.6	2.7
G Minérios e metais	1 207	1 265	4.8	5.2	-0.4	8.4	8.9
H Máquinas	2 106	2 169	3.0	1.3	1.7	14.7	15.3
I Material transporte	1 432	1 748	22.0	16.9	4.4	10.0	12.4
J Prod. acabados diversos	732	805	10.1	10.4	-0.3	5.1	5.7

Fonte: A partir de dados de base do INE - valores de 2015 implícitos na 1ª versão do período de Janeiro a Abril - índices de preço calculados com base na 1ª versão do período de Janeiro a Março de 2015 (<http://www.ine.pt>).

**Gráfico 1 – Estrutura das importações (%)
por Grupos de Produtos
- Janeiro a março de 2014 e 2015 -**



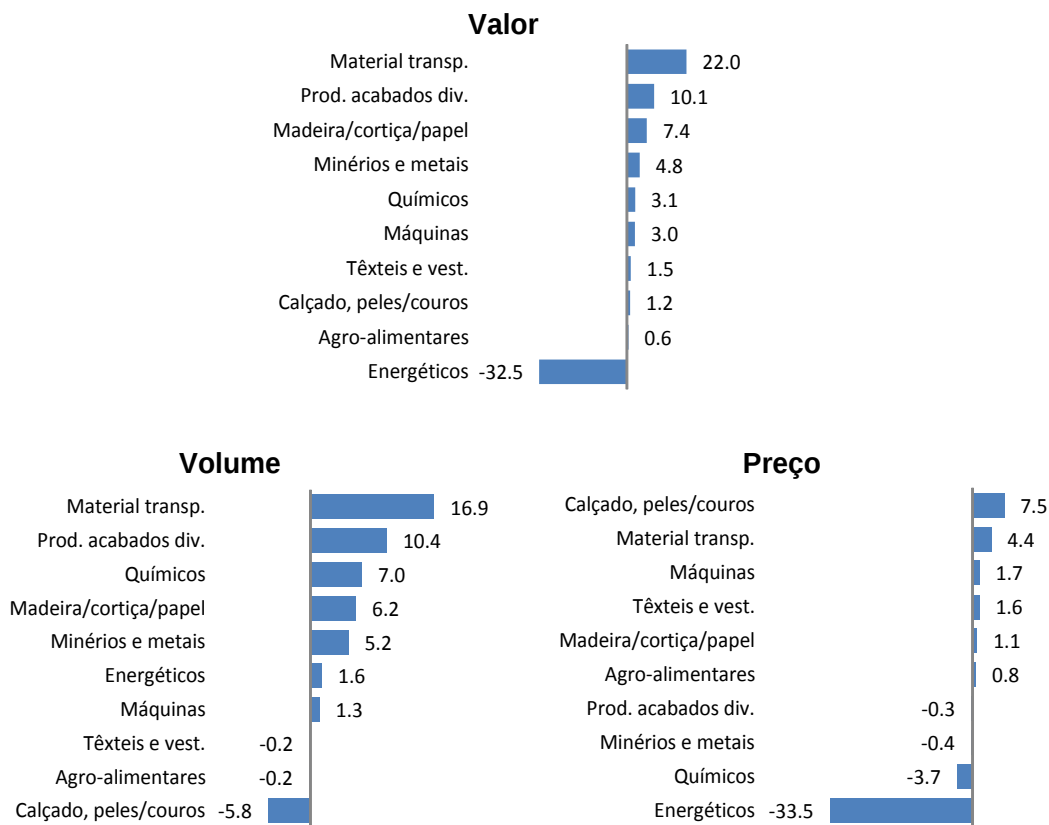
Fonte: A partir de dados de base do INE - valores de 2015 implícitos na 1ª versão do período de Janeiro a Abril - índices de preço calculados com base na 1ª versão do período de Janeiro a Março de 2015 (<http://www.ine.pt>).

Como se pode observar no quadro, todos os grupos apresentaram taxas de variação homóloga em valor positivas, à exceção do grupo “Energéticos”, que registou uma acentuada quebra (-32,5%). O maior aumento ocorreu no grupo “Material de transporte” (+22,0%), principalmente veículos automóveis (Gráfico 2).

Por sua vez, os três grupos em que se verificaram taxas de variação homóloga em volume negativas foram: “Calçado, peles e couros” (-5,8%), “Agroalimentares” e “Têxteis e vestuário” (-0,2% cada). A maior taxa de crescimento incidu também no grupo “Material de transporte” (+16,9%).

Na ótica da evolução em preço, ocorreram taxas de variação homóloga negativas em preço nas importações dos grupos “*Energéticos*” (-33,5%), “*Químicos*” (-3,7%) “*Minérios e metais*” (-0,4%) e “*Produtos acabados diversos*” (-0,3%).

**Gráfico 2 - Taxas de variação homóloga das importações
por Grupos de Produtos
- Janeiro a março de 2015 -**



Fonte: A partir de dados de base do INE - valores de 2015 implícitos na 1ª versão do período de Janeiro a Abril - índices de preço calculados com base na 1ª versão do período de Janeiro a Março de 2015 (<http://www.ine.pt>).

No quadro seguinte (Quadro 3) encontram-se relacionados, agora também por Subgrupos de Produtos, os três indicadores, calculados com base na 1.ª versão do período de Janeiro a março de 2015.

**Quadro 3 - Importações portuguesas de mercadorias
por Grupos e Subgrupos de Produtos
(Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço)**

Período: Janeiro a Março de 2014 e 2015

Grupos e Subgrupos	milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2014	2015	Valor	Volume	Preço	2014	2015
Total das Importações	14 337	14 142	-1.4	4.0	-5.2	100.0	100.0
A Agro-alimentares	2 123	2 136	0.6	-0.2	0.8	14.8	15.1
A1 Bebidas alcoólicas	79	81	2.8	5.1	-2.2	0.5	0.6
A2 Conservas e preparações aliment.	327	309	-5.4	-2.9	-2.6	2.3	2.2
A3 Produtos da pesca	309	338	9.5	-0.7	10.3	2.2	2.4
A4 Carnes e lacticínios	342	347	1.4	5.0	-3.4	2.4	2.5
A5 Frutas e hortícolas	201	201	-0.1	-4.5	4.6	1.4	1.4
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	254	291	14.4	8.9	5.0	1.8	2.1
A7 Outros agro-alimentares	612	570	-6.9	-4.5	-2.5	4.3	4.0
B Energéticos	2 595	1 752	-32.5	1.6	-33.5	18.1	12.4
B1 Refinados de petróleo	432	243	-43.8	-23.6	-26.5	3.0	1.7
B2 Outros produtos energéticos	2 163	1 509	-30.2	6.6	-34.6	15.1	10.7
C Químicos	2 392	2 465	3.1	7.0	-3.7	16.7	17.4
C1 Farmacêuticos	543	608	11.9	9.9	1.8	3.8	4.3
C2 Plásticos e outros petroquímicos	737	730	-1.0	6.4	-7.0	5.1	5.2
C3 Borracha e suas obras	199	201	1.3	5.7	-4.1	1.4	1.4
C4 Outros produtos químicos	913	926	1.5	6.2	-4.4	6.4	6.6
D Madeira, cortiça e papel	457	491	7.4	6.2	1.1	3.2	3.5
D1 Madeira e suas obras	145	171	17.9	11.8	5.4	1.0	1.2
D2 Cortiça e suas obras	29	28	-4.4	-6.6	2.3	0.2	0.2
D3 Pastas de papel	19	15	-24.1	-32.1	11.7	0.1	0.1
D4 Papel, cartão e publicações	264	278	5.3	7.4	-2.0	1.8	2.0
E Têxteis e vestuário	919	932	1.5	-0.2	1.6	6.4	6.6
E1 Têxteis e suas obras	454	453	-0.2	1.3	-1.5	3.2	3.2
E2 Vestuário e acessórios de vestuário	465	480	3.1	-1.6	4.8	3.2	3.4
F Calçado, peles e couros	375	379	1.2	-5.8	7.5	2.6	2.7
F1 Calçado	168	179	6.1	-2.7	9.0	1.2	1.3
F2 Peles, couros e suas obras	206	200	-2.8	-8.3	6.1	1.4	1.4
G Minérios e metais	1 207	1 265	4.8	5.2	-0.4	8.4	8.9
G1 Matérias minerais e minérios	37	39	7.3	2.3	4.9	0.3	0.3
G2 Ferro, aço e suas obras	725	754	4.1	8.9	-4.5	5.1	5.3
G3 Cobre e suas obras	145	143	-1.2	-2.9	1.7	1.0	1.0
G4 Alumínio e suas obras	122	157	28.5	8.6	18.4	0.9	1.1
G5 Outros metais comuns e suas obras	134	136	1.4	-0.4	1.8	0.9	1.0
G6 Pedras e metais preciosos	45	36	-20.8	-19.3	-1.8	0.3	0.3
H Máquinas	2 106	2 169	3.0	1.3	1.7	14.7	15.3
H1 Aparelhos de som e imagem	357	393	9.9	16.7	-5.8	2.5	2.8
H2 Transf., cabos e apar. distrib. energia	267	245	-8.2	-7.4	-0.9	1.9	1.7
H3 Informática, memórias e circuitos integ.	245	244	-0.3	-11.0	12.1	1.7	1.7
H4 Motores e geradores eléctricos	60	45	-25.5	-21.3	-5.4	0.4	0.3
H5 Motores de explosão, diesel e partes	119	132	10.5	8.4	2.0	0.8	0.9
H6 Outras máq. e aparelh. mecânicos	846	898	6.1	2.3	3.7	5.9	6.3
H7 Outras máq. e aparelh. eléctricos	211	213	0.8	-1.2	2.0	1.5	1.5
I Material de transporte	1 432	1 748	22.0	16.9	4.4	10.0	12.4
I1 Veículos automóveis e tractores	1 364	1 690	23.9	18.6	4.5	9.5	12.0
I2 Aeronaves (1)	63	51	-19.4	-	-	0.4	0.4
I3 Outro material de transporte	5	7	35.8	63.6	-17.0	0.0	0.0
J Produtos acabados diversos	732	805	10.1	10.4	-0.3	5.1	5.7
J1 Cerâmica, vidro e suas obras	101	107	5.6	5.9	-0.3	0.7	0.8
J2 Mobiliário, colchões e candeeiros	163	200	22.5	20.1	1.9	1.1	1.4
J3 Aparelhos científicos e de precisão	267	287	7.3	9.5	-2.0	1.9	2.0
J4 Outros produtos acabados	201	213	5.9	6.0	-0.1	1.4	1.5

(1) Foi atribuído o índice de preço do grupo.

Fonte: A partir de dados de base do INE - Valores de 2015 implícitos na 1ª versão do período de Janeiro a Abril - Índices de preço calculados com base na 1ª versão do período de Janeiro a Março de 2015 (<http://www.ine.pt>).

4 – Exportações

No 1.º trimestre de 2015 os grupos de produtos com maior peso nas exportações portuguesas de mercadorias foram “Máquinas” (14,7%), “Químicos” (12,4%), “Agroalimentares” (11,9%), “Material de transporte” (11,9%), “Minérios e metais” (10,4%) e “Têxteis e vestuário” (10,2%). Com menor peso seguiram-se os grupos “Produtos acabados diversos” (8,8%), “Madeira, cortiça e papel” (8,0%), “Energéticos” (7,3%) e “Calçado, peles e couros” (4,5%) (Quadro 4 e Gráfico 3).

Quadro 4 - Exportações por Grupos de Produtos

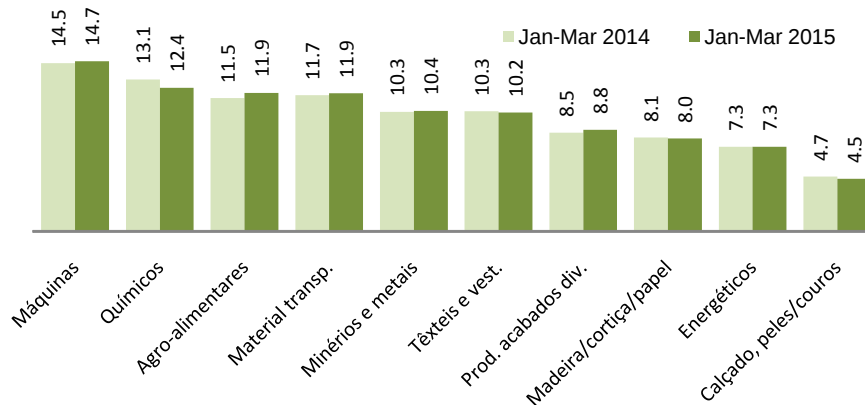
(Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço)

Período: Janeiro a Março de 2014 e 2015

	milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2014	2015	Valor	Volume	Preço	2014	2015
TOTAL	11 707	12 149	3.8	6.9	-3.0	100.0	100.0
A Agro-alimentares	1 343	1 449	7.9	6.8	1.0	11.5	11.9
B Energéticos	852	884	3.7	53.2	-32.3	7.3	7.3
C Químicos	1 531	1 501	-2.0	0.9	-2.9	13.1	12.4
D Madeira, cortiça e papel	947	972	2.6	-0.7	3.4	8.1	8.0
E Têxteis e vestuário	1 211	1 242	2.6	-4.5	7.5	10.3	10.2
F Calçado, peles e couros	553	551	-0.3	2.3	-2.5	4.7	4.5
G Minérios e metais	1 206	1 261	4.5	3.6	0.9	10.3	10.4
H Máquinas	1 697	1 780	4.9	6.4	-1.4	14.5	14.7
I Material transp.	1 371	1 445	5.4	4.6	0.8	11.7	11.9
J Prod. acabados diversos	996	1 064	6.8	8.7	-1.8	8.5	8.8

Fonte: A partir de dados de base do INE - valores de 2015 implícitos na 1ª versão do período de Janeiro a Abril - índices de preço calculados com base na 1ª versão do período de Janeiro a Março de 2015 (<http://www.ine.pt>).

**Gráfico 3 – Estrutura das Exportações (%)
por Grupos de Produtos
- Janeiro a março de 2014 e 2015 -**



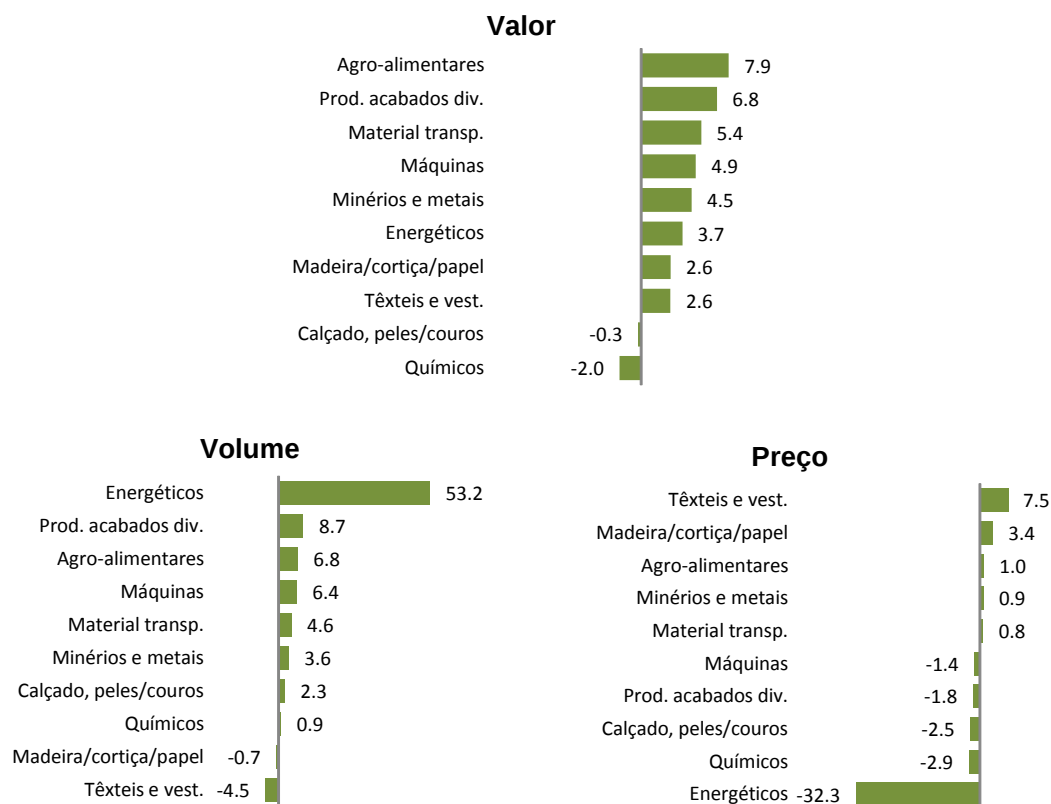
Fonte: A partir de dados de base do INE - valores de 2015 implícitos na 1ª versão do período de Janeiro a Abril - índices de preço calculados com base na 1ª versão do período de Janeiro a Março de 2015 (<http://www.ine.pt>).

Como se verifica no quadro, à exceção do grupo “Energéticos” que registou uma acentuada quebra em valor (-32,5%), todos os restantes grupos apresentaram taxas de variação homóloga positivas. O maior aumento ocorreu no grupo “Material de transporte” (+22,0%), principalmente veículos automóveis (Gráfico 4).

Por sua vez, os dois grupos em que se verificaram taxas de variação homóloga em volume negativas foram: “Têxteis e vestuário” (-4,5%) e “Madeira, cortiça e papel” (-0,7%). A maior taxa de crescimento incidiu no grupo “Energéticos” (+53,2%).

Na ótica da evolução em preço, ocorreram taxas de variação homóloga negativas nas exportações dos grupos “*Energéticos*” (-32,3%), “*Químicos*” (-2,9%) “*Produtos acabados diversos*” (-1,8%) e “*Máquinas*” (-1,4%). O maior acréscimo verificou-se no grupo “*Têxteis e vestuário*” (+7,5%), seguido da “*Madeira, cortiça e papel*” (+3,4%).

**Gráfico 4 - Taxas de variação homóloga das exportações
por Grupos de Produtos
- Janeiro a março de 2015 -**



Fonte: A partir de dados de base do INE - valores de 2015 implícitos na 1ª versão do período de Janeiro a Abril - índices de preço calculados com base na 1ª versão do período de Janeiro a Março de 2015 (<http://www.ine.pt>).

No quadro seguinte (Quadro 5) encontram-se relacionados, agora também por Subgrupos de Produtos, os três indicadores.

Em anexo encontra-se um quadro com a representatividade da amostra para o cálculo dos índices de preço de cada grupo e subgrupo, em termos globais da ordem dos 88% para as importações e dos 90% para as exportações (Anexo 1), bem como o conteúdo dos grupos e subgrupos na base da Nomenclatura Combinada (Anexo 2).

**Quadro 5 - Exportações portuguesas de mercadorias
por Grupos e Subgrupos de Produtos**

(Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço)

Período: Janeiro a Março de 2014 e 2015

Grupos e Subgrupos	milhões de Euros		Índices de Variação			Estrutura (%)	
	2014	2015	Valor	Volume	Preço	2014	2015
Total das Exportações	11 707	12 149	3.8	6.9	-3.0	100.0	100.0
A Agro-alimentares	1 343	1 449	7.9	6.8	1.0	11.5	11.9
A1 Bebidas alcoólicas	242	240	-1.2	-2.3	1.1	2.1	2.0
A2 Conservas e preparações aliment.	284	291	2.6	5.4	-2.7	2.4	2.4
A3 Produtos da pesca	141	180	27.8	15.4	10.7	1.2	1.5
A4 Carnes e lacticínios	116	120	3.7	10.8	-6.4	1.0	1.0
A5 Frutas e hortícolas	135	137	1.0	2.3	-1.3	1.2	1.1
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	140	144	3.3	-6.3	10.2	1.2	1.2
A7 Outros agro-alimentares	285	337	18.2	18.8	-0.5	2.4	2.8
B Energéticos	852	884	3.7	53.2	-32.3	7.3	7.3
B1 Refinados de petróleo	676	779	15.2	72.1	-33.0	5.8	6.4
B2 Outros produtos energéticos	176	105	-40.5	-18.0	-27.5	1.5	0.9
C Químicos	1 531	1 501	-2.0	0.9	-2.9	13.1	12.4
C1 Farmacêuticos	208	211	1.4	-5.4	7.2	1.8	1.7
C2 Plásticos e outros petroquímicos	714	715	0.2	9.0	-8.0	6.1	5.9
C3 Borracha e suas obras	261	265	1.5	-3.3	4.9	2.2	2.2
C4 Outros produtos químicos	348	310	-11.1	-8.5	-2.8	3.0	2.6
D Madeira, cortiça e papel	947	972	2.6	-0.7	3.4	8.1	8.0
D1 Madeira e suas obras	179	169	-5.6	-6.8	1.2	1.5	1.4
D2 Cortiça e suas obras	212	226	6.6	0.4	6.1	1.8	1.9
D3 Pastas de papel	115	139	21.3	6.9	13.5	1.0	1.1
D4 Papel, cartão e publicações	442	439	-0.8	-0.8	0.0	3.8	3.6
E Têxteis e vestuário	1 211	1 242	2.6	-4.5	7.5	10.3	10.2
E1 Têxteis e suas obras	456	474	4.0	1.3	2.7	3.9	3.9
E2 Vestuário e acessórios de vestuário	754	768	1.8	-8.1	10.8	6.4	6.3
F Calçado, peles e couros	553	551	-0.3	2.3	-2.5	4.7	4.5
F1 Calçado	492	486	-1.1	1.6	-2.7	4.2	4.0
F2 Peles, couros e suas obras	61	65	6.3	7.5	-1.1	0.5	0.5
G Minérios e metais	1 206	1 261	4.5	3.6	0.9	10.3	10.4
G1 Matérias minerais e minérios	182	210	15.2	13.8	1.2	1.6	1.7
G2 Ferro, aço e suas obras	648	654	0.9	2.9	-1.9	5.5	5.4
G3 Cobre e suas obras	47	49	3.5	7.2	-3.4	0.4	0.4
G4 Alumínio e suas obras	124	132	5.9	4.7	1.2	1.1	1.1
G5 Outros metais comuns e suas obras	127	135	5.7	-1.7	7.5	1.1	1.1
G6 Pedras e metais preciosos	77	82	5.6	-9.5	16.7	0.7	0.7
H Máquinas	1 697	1 780	4.9	6.4	-1.4	14.5	14.7
H1 Aparelhos de som e imagem	256	258	1.1	-5.7	7.2	2.2	2.1
H2 Transf., cabos e apar. distrib. energia	421	403	-4.2	-3.5	-0.7	3.6	3.3
H3 Informática, memórias e circuitos integ.	48	56	15.6	22.6	-5.6	0.4	0.5
H4 Motores e geradores eléctricos	70	102	44.5	60.1	-9.7	0.6	0.8
H5 Motores de explosão, diesel e partes	63	77	22.0	26.4	-3.5	0.5	0.6
H6 Outras máq. e aparelh. mecânicos	675	708	5.0	9.2	-3.9	5.8	5.8
H7 Outras máq. e aparelh. eléctricos	164	176	7.3	3.0	4.2	1.4	1.5
I Material de transporte	1 371	1 445	5.4	4.6	0.8	11.7	11.9
I1 Veículos automóveis e tractores	1 306	1 385	6.0	5.2	0.8	11.2	11.4
I2 Aeronaves	54	52	-3.3	-4.0	0.8	0.5	0.4
I3 Outro material de transporte (1)	11	8	-25.7	-	-	0.1	0.1
J Produtos acabados diversos	996	1 064	6.8	8.7	-1.8	8.5	8.8
J1 Cerâmica, vidro e suas obras	272	288	6.2	7.2	-0.9	2.3	2.4
J2 Mobiliário, colchões e candeeiros	387	402	4.1	4.6	-0.4	3.3	3.3
J3 Aparelhos científicos e de precisão	140	156	11.3	14.8	-3.0	1.2	1.3
J4 Outros produtos acabados	198	217	9.6	14.6	-4.4	1.7	1.8

(1) Foi atribuído o índice de preço do grupo.

Fonte: A partir de dados de base do INE - Valores de 2015 implícitos na 1ª versão do período de Janeiro a Abril - Índices de preço calculados com base na 1ª versão do período de Janeiro a Março de 2015 (<http://www.ine.pt>).

ANEXO-1

**Cálculo dos índices de preço das Importações e das Exportações
por Grupos e Subgrupos de Produtos
- Representatividade da amostra (%) -**

Período: Janeiro a Março de 2014 e 2015

Grupos e Subgrupos de Produtos		Importação		Exportação	
		2014	2015	2014	2015
Total		88.9	88.3	90.1	89.3
A	Agro-alimentares	89.9	88.9	92.6	89.8
A1	Bebidas alcoólicas	95.6	95.4	98.5	98.2
A2	Conservas e preparações aliment.	89.3	88.6	90.7	89.4
A3	Produtos da pesca	88.9	83.5	87.5	78.3
A4	Carnes e lacticínios	95.8	94.9	93.3	88.1
A5	Frutas e hortícolas	78.0	80.7	88.9	89.0
A6	Oleaginosas, gorduras e óleos	84.3	87.6	93.6	88.5
A7	Outros agro-alimentares	92.9	91.1	93.2	92.0
B	Energéticos	97.5	96.5	96.2	97.4
B1	Refinados de petróleo	97.4	99.3	95.8	99.6
B2	Outros produtos energéticos	97.6	96.1	97.9	81.2
C	Químicos	86.2	86.6	92.0	92.0
C1	Farmacêuticos	80.1	81.5	92.8	88.1
C2	Plásticos e outros petroquímicos	87.2	91.3	91.0	92.6
C3	Borracha e suas obras	95.5	94.7	97.1	98.3
C4	Outros produtos químicos	87.0	84.6	89.9	88.0
D	Madeira, cortiça e papel	91.5	92.0	94.6	94.3
D1	Madeira e suas obras	87.0	90.4	93.4	96.4
D2	Cortiça e suas obras	91.8	85.8	97.7	96.2
D3	Pastas de papel	97.0	99.3	94.9	91.2
D4	Papel, cartão e publicações	93.5	93.2	93.6	93.6
E	Têxteis e vestuário	83.2	83.0	91.5	91.1
E1	Têxteis e suas obras	85.8	85.1	94.7	93.8
E2	Vestuário e acessórios de vestuário	80.7	81.1	89.5	89.4
F	Calçado, peles e couros	82.7	82.0	94.1	94.3
F1	Calçado	84.7	83.6	96.0	96.4
F2	Peles, couros e suas obras	81.0	80.6	79.3	78.1
G	Minérios e metais	91.7	91.1	91.0	90.6
G1	Matérias minerais e minérios	86.7	83.9	88.5	91.1
G2	Ferro, aço e suas obras	91.9	91.2	89.4	88.7
G3	Cobre e suas obras	97.0	97.1	95.7	95.4
G4	Alumínio e suas obras	95.9	95.2	92.0	87.3
G5	Outros metais comuns e suas obras	82.7	82.4	97.4	98.4
G6	Pedras e metais preciosos	91.8	85.6	95.6	93.4
H	Máquinas	82.2	82.7	79.6	78.5
H1	Aparelhos de som e imagem	86.7	86.5	69.5	68.5
H2	Transf., cabos e apar. distrib. energia	94.2	93.8	80.7	83.5
H3	Informática, memórias e circuitos integ.	73.3	75.6	88.0	83.2
H4	Motores e geradores eléctricos	75.1	79.1	81.4	71.0
H5	Motores de explosão, diesel e partes	86.4	81.1	87.6	85.8
H6	Outras máq. e aparelh. mecânicos	79.0	80.1	80.5	77.4
H7	Outras máq. e aparelh. eléctricos	82.4	84.1	82.6	85.7
I	Material de transporte	92.4	93.4	96.5	94.5
I1	Veículos automóveis e tractores	92.4	93.5	96.4	95.3
I2	Aeronaves	-	-	97.8	73.2
I3	Outro material de transporte (1)	86.2	78.8	-	-
J	Produtos acabados diversos	80.7	80.4	78.8	77.8
J1	Cerâmica, vidro e suas obras	92.1	89.4	92.2	92.8
J2	Mobiliário, colchões e candeeiros	90.2	89.4	72.9	72.2
J3	Aparelhos científicos e de precisão	68.4	69.2	70.2	72.0
J4	Outros produtos acabados	83.8	82.8	77.8	72.4

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

ANEXO - 2
Definição do conteúdo dos agrupamentos
e subagrupamentos de produtos

Agrupamentos		NC
A	Agro-alimentares	01 a 24
A1	Bebidas alcoólicas	22
A2	Conservas e preparações alimentícias	16, 19 a 21
A3	Produtos da pesca	03
A4	Carnes e lacticínios	02, 04
A5	Frutas e hortícolas	07, 08
A6	Oleaginosas, gorduras e óleos	12, 15
A7	Outros agro-alimentares	01, 05, 06, 09 a 11, 13, 14, 17, 18, 23, 24
B	Energéticos	27
B1	Refinados de petróleo	2710
B2	Outros produtos energéticos	2701 a 2709, 2711 a 2716
C	Químicos	28 a 40
C1	Farmacêuticos	2936 a 2939, 2941, 30
C2	Plásticos e outros petroquímicos	2901 a 2904, 39
C3	Borracha e suas obras	40
C4	Outros produtos químicos	28, 2905 a 2935, 2940, 2942, 31 a 38
D	Madeira, cortiça e papel	44 a 49
D1	Madeira e suas obras	44, 46
D2	Cortiça e suas obras	45
D3	Pastas de papel	47
D4	Papel, cartão e publicações	48, 49
E	Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
E1	Têxteis e suas obras	50 a 60, 63
E2	Vestuário e acessórios de vestuário	61, 62, 65 a 67
F	Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
F1	Calçado	64
F2	Peles, couros e suas obras	41 a 43
G	Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
G1	Matérias minerais e minérios	25, 26
G2	Ferro, aço e suas obras	72, 73
G3	Cobre e suas obras	74
G4	Alumínio e suas obras	76
G5	Outros metais comuns e suas obras	75, 78 a 83
G6	Pedras e metais preciosos	71
H	Máquinas	84, 85
H1	Aparelhos de som e imagem	8517 a 8529
H2	Transf., cabos e apar. distrib. energia	8504, 8533 a 8538, 8544, 8546, 8547
H3	Informática, memórias e circuitos integ.	8471, 8541, 8542
H4	Motores e geradores eléctricos	8501 a 8503
H5	Motores de explosão, diesel e partes	8407 a 8409
H6	Outras máq. e aparelh. mecânicos	8401 a 8406, 8410 a 8470, 8472 a 8487
H7	Outras máq. e aparelh. eléctricos	8505 a 16, 8530 a 32, 8539 a 40, 8543, 8545, 8548
I	Material de transporte	86 a 89
I1	Veículos automóveis e tractores	87
I2	Aeronaves	88
I3	Outro material de transporte	86, 89
J	Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a
J1	Cerâmica, vidro e suas obras	69, 70
J2	Mobiliário, colchões e candeeiros	94
J3	Aparelhos científicos e de precisão	90
J4	Outros produtos acabados	68, 91 a 93, 95 a 99

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 14 de julho de 2015	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 14 de julho de 2015 destacam-se os seguintes temas: • Programa de trabalhos da Presidência Luxemburguesa: O Conselho discutiu o programa de trabalhos para os assuntos económicos e financeiros apresentado pela Presidência Luxemburguesa, a qual decorrerá entre julho e dezembro do presente ano. A prioridade será a promoção de políticas que assegurem a manutenção da retoma económica e a criação de emprego, através de um ambiente de negócios favorável e sem comprometer a sustentabilidade das finanças públicas. Nesse sentido, a Presidência apoiará a implementação do Plano de Investimento para a Europa, promoverá a constituição da União dos Mercados de Capitais e dará grande destaque ao combate à fraude e à evasão fiscais. Simultaneamente, procurará assegurar o processo de monitorização de políticas no quadro do Semestre Europeu e reforçar e melhorar o funcionamento da União Económica e Monetária. • Relatório dos Cinco Presidentes: O Conselho debateu os próximos passos no sentido de completar a União Económica e Monetária (UEM), tendo por base o Relatório dos Cinco Presidentes, que identifica um conjunto de medidas a ser implementado em três fases: (i) Na primeira fase (1 de julho de 2015 - 30 de junho de 2017), pretende-se que os instrumentos já existentes ao abrigo dos atuais Tratados sejam utilizados para estimular a competitividade e a convergência estrutural, assegurar políticas orçamentais responsáveis a nível nacional e a nível da área do euro, concluir a União Financeira (completando a União Bancária, incluindo a criação de um sistema de garantia de depósitos único, e acelerando a União dos Mercados de Capitais) e reforçar a responsabilização democrática. (ii) Na segunda fase, lançar-se-iam ações de maior alcance para tornar o processo de convergência mais vinculativo, através, por exemplo, de um conjunto de critérios de referência para a convergência, que poderão assumir uma natureza jurídica, bem como um Tesouro para a área do euro. (iii) O mais tardar até 2025, pretende-se que esteja concluída a terceira fase, em que uma UEM genuína e aprofundada constituiria um espaço de estabilidade e prosperidade para todos os cidadãos dos estados-membros da área do euro, permitindo atrair a adesão de outros estados-membros da UE, desde que estejam em condições de o fazer. A Comissão apresentou as iniciativas programadas para os próximos meses e a discussão focou-se nas medidas de curto prazo. • Recomendações Específicas: No âmbito do Semestre Europeu, o Conselho aprovou as recomendações específicas para 26 estados-membros (Chipre e Grécia não estão abrangidos por este exercício, uma vez que se encontram sujeitos a programas de ajustamento).
Regime jurídico das caixas económicas Conselho de Ministros de 23 de julho	Aprovou o regime jurídico das caixas económicas. A revisão do enquadramento legal das caixas económicas visa, assegurando os propósitos intrinsecamente assistencialistas, fortalecer o respetivo modelo de governação, definir os moldes em que podem desempenhar a respetiva atividade, definir a sua natureza e relação com a respetiva instituição principal e clarificar o seu enquadramento no

Iniciativa	Sumário
	sector em que se inserem. O diploma agora aprovado determina a classificação das caixas económicas em duas modalidades, caixas económicas anexas e caixas económicas bancárias, atendendo ao respetivo volume de ativos. A divisão das caixas económicas nas duas modalidades consagra a diferença, perante o mercado e os consumidores, de atuação e posicionamento no sector bancário entre as caixas económicas que pretendem exercer uma atividade bancária delimitada nos termos do presente diploma e aquelas que pretendam atuar sob uma licença de atividade bancária universal e de forma muito similar aos bancos. Considerando que as caixas económicas são instituições de crédito, afigurou-se também necessário reforçar as regras de governo interno que lhes são aplicáveis, clarificando quais os modelos de governação societária que podem ser adotados e a aplicabilidade dos preceitos do Código das Sociedades Comerciais em matéria de eleição, composição e funcionamento dos respetivos órgãos sociais.
Privatização da CP Carga – seleção de proponente Conselho de Ministros de 23 de julho	Aprovou a seleção do proponente que irá adquirir as ações representativas de até 100% do capital social da CP Carga, Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., as quais constituem objeto da venda direta de referência no âmbito do processo de reprivatização da empresa. Da análise do relatório elaborado pela CP, E.P.E., e por esta enviado ao Governo, verificou-se que a apreciação dos proponentes e das respetivas propostas vinculativas melhoradas e finais, conduz à seleção da MSC Rail (Portugal) Operadores Ferroviários, S.A., para a aquisição das ações representativas de até 100% do capital social da CP Carga, S.A., atento: - O maior mérito destacado da respetiva proposta final, em especial no que respeita à qualidade e credibilidade do projeto estratégico apresentado; - O valor inerente à proposta financeira global; - E o reforço da capacidade económico-financeira e estrutura de capital da CP Carga, S.A.. De forma a reforçar a absoluta transparência do processo de reprivatização, o Governo decidiu colocar à disposição do Tribunal de Contas todos os elementos informativos respeitantes aos procedimentos adotados no âmbito da referida operação.
EMEF- processo de privatização sem efeito Conselho de Ministros de 23 de julho	Decidiu não aceitar a proposta apresentada para adjudicação da privatização da EMEF, Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., dando por sem efeito a operação em curso.
Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) Conselho de Ministros de 23 de julho	Aprovou o quadro de funcionamento do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020). Este quadro de funcionamento assenta numa estrutura de missão a quem compete o exercício das funções de gestão do IFRRU 2020 para a reabilitação urbana e revitalização urbanas no âmbito do Portugal 2020. O quadro de funcionamento garante o acompanhamento técnico, nas fases de constituição e de implementação do IFRRU 2020, mantendo-se uma estreita articulação com as autoridades de gestão dos programas operacionais, demais entidades financiadoras e promotores das operações de reabilitação urbana.

Iniciativa	Sumário
Instrumento Financeiro para a Energia - IFE2020 Conselho de Ministros de 23 de julho	Aprovou a criação do Instrumento Financeiro para a Energia no âmbito do Portugal 2020, designado por IFE2020. O IFE2020 permite otimizar as condições de alavancagem dos recursos públicos através da mobilização de recursos privados e de instituições financeiras, bem como estimular a criação de subfundos retalhistas regionais ou de âmbito nacional, respondendo assim à necessidade de maximizar os apoios financeiros para ações na área da energia.
Espaços de jogo e recreio Conselho de Ministros de 23 de julho	Aprovou o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, e respetivo equipamento. Este diploma visa clarificar e atualizar alguns aspetos do Regulamento de forma a melhor salvaguardar a proteção da saúde e segurança das crianças e dos jovens utilizadores dos espaços de jogo e recreio. É estabelecido um princípio de segurança geral e reforçada a manutenção e a fiscalização dos espaços de jogo e de recreio, prevendo-se agora o desenvolvimento de um registo eletrónico dos espaços de jogo e recreio que se encontrem em funcionamento, com informação, designadamente, sobre os respetivos resultados das ações de fiscalização e os acidentes ocorridos.
Renegociação da Parceria Público-Privada, Norte Litoral e Beira Interior Conselho de Ministros de 16 de julho	Aprovou a alteração dos contratos, e respetivas minutas, de duas concessões relativas à conceção, projeto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestradas e conjuntos viários associados designadas por Norte Litoral e Beira Interior. Estas alterações integram-se no processo de renegociação de um conjunto de Parcerias Público-Privadas do setor rodoviário (PPP) determinado pelo Governo, com o objetivo de reduzir sustentadamente os correspondentes encargos públicos, contribuindo para a viabilização financeira do setor e a sustentabilidade futura das contas públicas. Entre as áreas contempladas nas alterações agora aprovadas estão: - A redução expressiva da taxa interna de rendibilidade acionista de referência prevista no caso base; - A otimização dos níveis de operação aplicáveis, tendo em consideração, nomeadamente, a alteração do quadro regulatório do sector rodoviário e o volume de tráfego atual e previsto até ao final do contrato; - A redefinição da responsabilidade do Estado pelo financiamento e pagamento das grandes reparações de pavimento, que deixam de ser financiadas antecipadamente e com base em previsões de ocorrência que podem não se verificar, para serem pagas apenas se, e quando, efetivamente necessária e realizada a intervenção. - No caso particular da Concessão Beira Interior, a transferência do risco de tráfego para o parceiro privado. O sucesso do processo negocial das PPP rodoviárias – com os dois processos agora fechados, estão já concluídos oito – permite assegurar uma redução dos encargos brutos futuros estimada em 7,2 mil milhões de euros ao longo do prazo remanescente dos respetivos contratos, aliviando assim o esforço dos contribuintes portugueses.
Autorizações de Residência por Investimento (ARI)	Aprovou o decreto regulamentar que executa e desenvolve as alterações feitas na Lei de Estrangeiros, de modo, nomeadamente, a consagrar as alterações no regime das Autorizações de Residência por Investimento (ARI), alterações que visam reforçar, por um lado, oportunidades mais alargadas de investimento e,

Iniciativa	Sumário
Conselho de Ministros de 16 de julho	por outro, os instrumentos de fiscalização externa e interna dos procedimentos. Com este diploma fica completo o processo legislativo das ARI, o que é também relevante para a respetiva normalidade e celeridade.
Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 Conselho de Ministros de 16 de julho	Aprovou a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020. Esta iniciativa procura reforçar a dimensão estratégica do papel das cidades em vários domínios, como o desenvolvimento económico, a inclusão social, a educação, a participação e a proteção do ambiente. Nesse sentido, é exigido o envolvimento e compromisso de uma multiplicidade de agentes para que a intervenção vá além da dimensão física do espaço urbano, tendo como objetivo o desenvolvimento territorial do país através do reforço da estruturação urbana e a melhoria da qualidade de vida das populações em meio urbano. Ao fomentar o aumento da sustentabilidade das cidades, a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 conduzirá igualmente a um aumento da competitividade do País.
Avaliação de impacto ambiental (AIA) Conselho de Ministros de 16 de julho	Aprovou uma alteração ao regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a diretiva da União Europeia relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente. Na sequência do trabalho de reflexão conjunta desenvolvido pelas autoridades de AIA verificou-se a necessidade de introduzir adaptações ao regime estabelecido, designadamente no que respeita aos limiares de sujeição obrigatória a AIA de projetos de aterros de resíduos não perigosos e aos prazos de emissão dos pareceres sectoriais das entidades representadas nas comissões de avaliação.
Classificação e reclassificação de solos Conselho de Ministros de 9 de julho	Aprovou os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional. Define-se o conceito de utilização dominante de uma categoria de solo como a afetação funcional prevalecente que lhe é atribuída pelo plano territorial de âmbito intermunicipal e municipal. Para a reclassificação do solo rústico em solo urbano exige-se a demonstração da sustentabilidade económica e financeira da transformação do solo rústico em urbano, através de indicadores demográficos e dos níveis de oferta e procura do solo urbano.
Reprivatização da CP Carga Conselho de Ministros de 9 de julho	Aprovou a passagem à fase de negociações de três das quatro propostas que concorreram ao processo de reprivatização do capital social da CP Carga, Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A. (CP Carga, S.A.), a efetuar através de uma venda direta de referência de até 100 % das ações representativas do respetivo capital social e de uma oferta pública de venda destinada aos trabalhadores desta sociedade, de até 5 % do capital social daquela sociedade. As três propostas referidas são dos proponentes Atena Equity Partners SCR, S.A., Cofihold Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., e Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) Operadores Ferroviários S.A., as quais contêm atributos que permitem presumir que possam ainda vir a ser melhoradas no decurso do processo negocial, propondo-se, em consequência, o convite dos respetivos proponentes para uma fase de negociações.
Privatização da EMEF, Empresa de Manutenção de	Aprovou a passagem à fase de negociações da proposta da Alstom Transport Holdings, B.V., no processo de privatização da EMEF, Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A..

Iniciativa	Sumário
Equipamento Ferroviário Conselho de Ministros de 9 de julho	Apesar do processo de reprivatização da EMEF ter motivado o interesse por parte de 11 potenciais investidores, apenas a proposta apresentada pela Alstom Transport Holdings, B.V., reúne condições de base para o cumprimento das exigências do caderno de encargos.
Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas Conselho de Ministros de 9 de julho	Aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Esta reforma, materializada pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), resolve a fragmentação e as inconsistências atualmente existentes e permite dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional. O SNC-AP permite ainda uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do sector empresarial e das entidades do sector não lucrativo, respetivamente.
Atividade Leiloeira Conselho de Ministros de 9 de julho	Aprovou o regime jurídico da atividade leiloeira, promovendo a fiabilidade nas empresas leiloeiras de modo a proteger os interesses de todos os que com elas se relacionam. Nesse sentido, é criado um quadro regulamentador específico que estabelece um conjunto de condições consideradas essenciais para a atividade leiloeira, sendo instituídos requisitos de idoneidade e de qualificação e exigindo-se a obtenção de uma autorização prévia a atribuir pela Direção-Geral das Atividades Económicas. Institui-se, ainda, a obrigação de contratualização de um seguro de responsabilidade civil, garantia financeira ou instrumento equivalente, destinado a assegurar a correta indemnização e cobrir eventuais danos resultantes do exercício da atividade.
Alienação do Oceanário de Lisboa Conselho de Ministros de 2 de julho	Autorizou a Parque Expo 98, S.A. a alienar, em bloco, as ações representativas do capital social da sociedade concessionária do Oceanário de Lisboa. No âmbito do procedimento de negociação particular conduzido pela Parque Expo 98, S.A., que incluiu uma fase preliminar de recolha de intenções de aquisição junto de candidatos em que participaram entidades de oito países diferentes e uma fase posterior de apreciação de todas as propostas, foram recebidas cinco propostas vinculativas. A avaliação das propostas apresentadas foi objeto de um relatório preliminar elaborado pela Parque Expo 98, S.A. e disponibilizado a todos os proponentes para efeitos de audiência prévia, tendo a avaliação conduzido à seleção do proponente Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. Todos os elementos informativos respeitantes à alienação das ações representativas da totalidade do capital social da sociedade Oceanário de Lisboa, S.A. são colocados à disposição do Tribunal de Contas.
Céu Único Europeu Conselho de Ministros de 2 de julho	Aprovou um regime sancionatório para as infrações às normas dos regimes jurídicos do céu único europeu constantes dos regulamentos da União Europeia, que estabelecem regras detalhadas para as licenças de controlador de tráfego aéreo e certificados. O céu único europeu tem por objetivo reforçar as normas de segurança do tráfego aéreo, contribuir para o desenvolvimento sustentável do sistema de transporte aéreo e melhorar o desempenho global do sistema de gestão do tráfego aéreo e dos serviços de navegação aérea para o tráfego aéreo geral na Europa,

Iniciativa	Sumário
	a fim de satisfazer as exigências de todos os utilizadores do espaço aéreo. O diploma agora aprovado define, igualmente, as situações em que os prestadores de serviços de navegação aérea podem recusar a prestação de serviços de navegação aérea de apoio à aviação civil e entidades utilizadoras destes serviços com fundamento no não pagamento de taxas de terminal ou de taxas de rota e os procedimentos a utilizar em tais casos.
Maquinistas de locomotivas e comboios do sistema ferroviário	Aprovou a alteração do regime de certificação dos maquinistas de locomotivas e comboios do sistema ferroviário, transpondo uma diretiva da União Europeia relativa aos conhecimentos profissionais gerais, aos requisitos médicos e aos requisitos relativos à carta de maquinista.
Conselho de Ministros de 2 de julho	São agora impostos novos requisitos gerais em matéria de visão e clarificadas as competências profissionais gerais relativas à carta de maquinista, tendo como objetivos garantir a segurança e a harmonização do sistema de licenciamento dos maquinistas face às discrepâncias verificadas nos países da União Europeia.

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Autorização de assunção de encargos</i> Portaria n.º 489/2015 - Diário da República n.º 124/2015, Série II de 2015-06-29	Autoriza as entidades do Ministério da Administração Interna a assumir os encargos orçamentais decorrentes da aquisição de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento públicos e a granel.
<i>Autorização de assunção de encargos</i> Portaria n.º 490/2015 - Diário da República n.º 124/2015, Série II de 2015-06-29	Autoriza as entidades do Ministério da Administração Interna a assumir os encargos orçamentais decorrentes dos contratos para aquisição da prestação de serviços de viagens, transportes aéreos e alojamentos.
<i>Autorização de assunção de encargos</i> Portaria n.º 491/2015 - Diário da República n.º 124/2015, Série II de 2015-06-29	Autoriza Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E, a assumir um encargo plurianual até ao montante máximo de EUR 14.479,52 (catorze mil, quatrocentos e setenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, relativo ao aluguer operacional de uma viatura.
<i>Processo de reprivatização da EMEF</i> Despacho n.º 7136-A/2015 - Diário da República n.º 124/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-06-29	Despacho de delegação de competências na Secretária de Estado do Tesouro - processo de reprivatização da EMEF, S.A.
<i>Processo de reprivatização da CP Carga</i> Despacho n.º 7136-B/2015 - Diário da República n.º 124/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-06-29	Despacho de delegação de competências na Secretária de Estado do Tesouro - processo de reprivatização da CP Carga, S.A..
<i>Processo de reprivatização da EMEF</i> Despacho n.º 7136-C/2015 - Diário da República n.º 124/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-06-29	Processo de reprivatização da empresa EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.: prestação de garantia bancária autónoma e à primeira solicitação pelo proponente selecionado a favor da CP, E.P.E..
<i>Processo de reprivatização da CP Carga</i> Despacho n.º 7136-D/2015 - Diário da República n.º 124/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-06-29	Processo de reprivatização da empresa CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.: prestação de garantia bancária autónoma e à primeira solicitação pelo proponente selecionado a favor da CP, E.P.E..
<i>Taxas de IVA na Região Autónoma dos Açores</i> Lei n.º 63-A/2015 - Diário da República n.º 125/2015, 2º Suplemento, Série I de 2015-06-30	Fixa as novas taxas de IVA a vigorar na Região Autónoma dos Açores, alterando o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Autorização de repartição de encargos</i> Portaria n.º 193/2015 - Diário da República n.º 125/2015, Série I de 2015-06-30	Autoriza a Direção-Geral do Património Cultural a proceder à repartição de encargos relativos ao fornecimento de gás natural, em regime de mercado livre.
<i>Autorização de assunção de encargos</i> Portaria n.º 493/2015 - Diário da República n.º 125/2015, Série II de 2015-06-30	Autoriza a Polícia de Segurança Pública a assumir os encargos orçamentais decorrentes da contratação de empreitada de obras públicas, para reabilitação do imóvel a afetar à 90ª Esquadra do Comando Metropolitano de Lisboa.
<i>Autorização de assunção de encargos</i> Portaria n.º 494/2015 - Diário da República n.º 125/2015, Série II de 2015-06-30	Autoriza a Polícia de Segurança Pública a assumir os encargos orçamentais decorrentes da contratação de empreitada de obras públicas, para reabilitação do imóvel a afetar à Esquadra Policial da Divisão do Barreiro.
Lei n.º 64/2015 - Diário da República n.º 126/2015, Série I de 2015-07-01	Aprova o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015, e altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho.
<i>Autorização de assunção de encargos orçamentais</i> Portaria n.º 498/2015 - Diário da República n.º 126/2015, Série II de 2015-07-01	Autoriza diversas entidades do Ministério da Agricultura e do Mar a assumir os encargos orçamentais decorrentes da aquisição centralizada de serviços de limpeza, fixando o máximo dos respetivos montantes globais.
<i>Autorização de assunção de encargos orçamentais</i> Portaria n.º 501/2015 - Diário da República n.º 127/2015, Série II de 2015-07-02	Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes da renovação do suporte Oracle existente.
<i>Alteração do IRS</i> Lei n.º 67/2015 - Diário da República n.º 129/2015, Série I de 2015-07-06	Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, alargando o âmbito da dedução das despesas de saúde e clarificando as relativas a despesas com creches.
<i>Abertura de Procedimento Concursal</i> Aviso n.º 7459/2015 - Diário da República n.º 129/2015, Série II de 2015-07-06	Abertura de procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho na categoria/carreira geral de assistente técnico, da Direção de Serviços de Ação Social, Divisão de Atividades Socioculturais/Centros de Convívio sites em Lisboa, do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Administração Pública, na modalidade de relação jurídica de emprego público a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.
<i>Abertura de Procedimento Concursal</i> Aviso n.º 7460/2015 - Diário da República n.º 129/2015, Série II de 2015-07-06	Abertura de procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, para a Divisão Financeira e Patrimonial, do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Administração Pública, na modalidade de relação jurídica de emprego público a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.
<i>Abertura de Procedimento Concursal</i> Aviso n.º 7461/2015 - Diário da República n.º 129/2015, Série II de 2015-07-06	Abertura de procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na categoria/carreira geral de assistente técnico, da Direção de Serviços de Ação Social, Divisão de Ação Social, área dos subsídios, do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Administração Pública, na modalidade de relação jurídica de emprego público a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.
<i>Estágios Profissionais na Administração Pública Central</i> Portaria n.º 198/2015 - Diário da República n.º 129/2015, Série I de 2015-07-06	Fixa o número máximo de estagiários a selecionar anualmente e estabelece os prazos das candidaturas e a data de início dos estágios no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central.
<i>Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras</i> Lei n.º 66/2015 - Assembleia da República-Diário da República n.º 129/2015, Série I de 2015-07-06	Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, trigésima sexta alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de dezembro, simplificando e padronizando o comissionamento de contas de depósito à ordem, e primeira alteração à Lei n.º 23-A/2015, de 26 de março.
<i>Alteração de Regime Jurídico</i>	Consagra medidas nacionais para a transposição da Diretiva n.º 2011/61/UE, de 8 de junho, da Diretiva n.º 2013/14/UE, de 21 de

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Decreto-Lei n.º 124/2015 - Diário da República n.º 130/2015, Série I de 2015-07-07	maio, da Diretiva n.º 2014/51/UE, de 16 de abril, e da Diretiva n.º 2003/71/CE, de 4 de novembro, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, alterando-se respetivamente o regime jurídico dos fundos de pensões, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, o Código dos Valores Mobiliários, em matéria de prospeção a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação, e o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo no âmbito da prestação das atividades transfronteiriças dos gestores de organismo de investimento alternativos.
<i>Processo Executivo de Cobrança de Dívidas à Segurança Social</i> Decreto-Lei n.º 128/2015 - Diário da República n.º 130/2015, Série I de 2015-07-07	Procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de fevereiro, que cria as secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social, define as regras especiais daquele processo e adequa a organização e a competência dos tribunais administrativos e tributários.
<i>Renegociação da PPP “Grande Lisboa”</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2015 - Diário da República n.º 130/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-07	Aprova a minuta do contrato de alteração ao contrato de concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, manutenção e exploração dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designada por Grande Lisboa.
<i>Renegociação da PPP “Costa de Prata”</i> Resolução do conselho de Ministros n.º 45-B/2015 - Diário da República n.º 130/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-07	Aprova a minuta do contrato de alteração ao contrato de concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, exploração e conservação dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designada por Costa de Prata.
<i>Renegociação da PPP “Grande Porto”</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-C/2015 - Diário da República n.º 130/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-07	Aprova a minuta do contrato de alteração ao contrato de concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, exploração e conservação dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designada por Grande Porto.
<i>Renegociação da PPP “Beira Litoral/Beira Alta”</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-D/2015 - Diário da República n.º 130/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-07	Aprova a minuta do contrato de alteração ao contrato de concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, exploração e conservação dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados designados por Beira Litoral/Beira Alta.
<i>Renegociação da PPP “Zona Norte de Portugal”</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-E/2015 - Diário da República n.º 130/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-07	Aprova a minuta do contrato de alteração ao contrato de concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestrada e conjuntos viários associados na zona norte de Portugal.
<i>Renegociação da PPP “Interior Norte”</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-F/2015 - Diário da República n.º 130/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-07	Aprova a minuta do contrato de alteração ao contrato de concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designada por Interior Norte.
<i>Autorização de assunção de encargos</i> Portaria n.º 515/2015 - Diário da República n.º 130/2015, Série II de 2015-07-07	Autoriza o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de manutenção e assistência técnica para o elevador.
<i>Autorização de assunção de encargos plurianuais</i> Portaria n.º 516/2015 - Diário da República n.º 130/2015, Série II de 2015-07-07	Autoriza o Hospital Espírito Santo de Évora, E. P. E., a assumir um encargo plurianual, até ao montante máximo de EUR 3.129.646,02, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, relativo à aquisição de prestação de serviços de confeção e fornecimento de alimentação.
<i>Imposto sobre Veículos para famílias numerosas</i> Lei n.º 68/2015 - Diário da República n.º 131/2015, Série I de 2015-07-08	Altera o Código do Imposto sobre Veículos, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, introduzindo uma isenção de 50% em sede de imposto sobre veículos para as famílias numerosas.
<i>Autorização de assunção de encargos</i> Portaria n.º 518/2015 - Diário da República n.º 131/2015, Série II de 2015-07-08	Autoriza entidades do Ministério da Administração Interna a assumir os encargos orçamentais decorrentes dos contratos para aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança (AQ-VS-2014).
<i>Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série I de 2015-07-09	Aprova o sistema de gestão e controlo dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 no domínio dos assuntos internos.
<i>Regime de Controlo das Exportações</i>	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, adota as medidas necessárias à

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Decreto-Lei n.º 130/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série I de 2015-07-09</i>	aplicação do Regulamento (CE) n.º 428/2009, do Conselho, de 5 de maio, e da Ação Comum n.º 2000/401/PESC, do Conselho, de 22 de junho, relativos ao regime de controlo das exportações, transferências, corretagem, trânsito e assistência técnica de produtos de dupla utilização.
<i>Processo de reprivatização da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A.</i> <i>Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-A/2015 - Diário da República n.º 132/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-09</i>	Determina a realização de uma fase de negociações para um dos proponentes que procederam à apresentação de propostas vinculativas no âmbito do processo de reprivatização da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A..
<i>Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2015 - Diário da República n.º 132/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-09</i>	Determina a realização de uma fase de negociações para três dos proponentes que procederam à apresentação de propostas vinculativas no âmbito do processo de reprivatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A..
<i>Autorização de repartição de encargos</i> <i>Portaria n.º 526/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série II de 2015-07-09</i>	Autoriza a Infraestruturas de Portugal, S. A. a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de "Aluguer Operacional de Viaturas".
<i>Autorização de repartição de encargos</i> <i>Portaria n.º 527/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série II de 2015-07-09</i>	Autoriza a Infraestruturas de Portugal, S. A. a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de "Linha do Norte - Subtroço 3.3 - Ovar/Gaia - Projeto da 2.ª Fase da RIV do Subtroço 3.3 - Ovar/Gaia".
<i>Autorização de repartição de encargos</i> <i>Portaria n.º 528/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série II de 2015-07-09</i>	Autoriza a Infraestruturas de Portugal, S. A. a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de "Linha do Minho - Eletrificação e Reabilitação do Troço Nine/Valença - Prestação de serviços de gestão, coordenação, fiscalização e coordenação de segurança em obra, incluindo a assessoria técnica de engenharia, da empreitada de Conceção/Construção da Subestação de Tração Elétrica de Vila Fria, na conceção e 1.ª fase de construção".
<i>Autorização de repartição de encargos</i> <i>Portaria n.º 529/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série II de 2015-07-09</i>	Fica a Infraestruturas de Portugal, S. A. autorizada a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de "Linha do Douro - Estabilização de Taludes entre os km 119+540 e 145+800 (Ferrão/Ferradosa - Lote 4) - Prestação de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra".
<i>Autorização de repartição de encargos</i> <i>Portaria n.º 530/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série II de 2015-07-09</i>	Autoriza a Infraestruturas de Portugal, S. A. a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de Prestação de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalização da empreitada e Coordenação de Segurança em Obra para a empreitada de "Estabilização dos taludes de escavação entre o km 236+710 e o km 236+937, entre o km 237+230 e o km 237+800, entre o km 239+000 e o km 239+250, entre o km 241+200 e o km 241+400, ao km 241+900 e o talude de aterro ao km 242+830, na linha do Sul".
<i>Autorização de repartição de encargos</i> <i>Portaria n.º 531/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série II de 2015-07-09</i>	Autoriza a Infraestruturas de Portugal, S. A. a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de "Prestação de serviços de gestão, coordenação, fiscalização e coordenação de segurança em obra da Empreitada de Construção da Nova Ponte do Corge ao Pk 168,612 da Linha da Beira Baixa".
<i>Autorização de repartição de encargos</i> <i>Portaria n.º 532/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série II de 2015-07-09</i>	Fica a Infraestruturas de Portugal, S. A. autorizada a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de "Empreitada de Linha de Cascais -Tratamentos e reforço anticorrosivos"
<i>Autorização de repartição de encargos</i> <i>Portaria n.º 533/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série II de 2015-07-09</i>	Autoriza a Infraestruturas de Portugal, S. A. a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de "Linha de Évora - Troço Évora/Évora Norte - Prestação de Serviços para a elaboração do "Projeto de Execução das Obras de Arte Correntes (Passagens Desniveladas Rodoviárias e Pedonais)".
<i>Autorização de repartição de encargos</i> <i>Portaria n.º 534/2015 - Diário da República n.º 132/2015, Série II de 2015-07-09</i>	Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.) a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços para a "Elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo".

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Programa Formação-Algarve</i> Portaria n.º 200/2015 - Diário da República n.º 133/2015, Série I de 2015-07-10	Terceira alteração à Portaria n.º 297/2012, de 28 de setembro, que cria o Programa Formação-Algarve.
<i>Autorização de assunção de encargos</i> Portaria n.º 537/2015 - Diário da República n.º 133/2015, Série II de 2015-07-10	Autoriza serviços/organismos do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social a assumir encargos por vários anos económicos.
<i>Processo de privatização da CP Carga</i> Despacho n.º 7698-A/2015 - Diário da República n.º 133/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-07-10	Determina o período para a realização da fase de negociações e o prazo para se proceder à apresentação de propostas vinculativas melhoradas e finais no âmbito do processo de reprivatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A..
<i>Processo de privatização da EMEF</i> Despacho n.º 7698-B/2015 - Diário da República n.º 133/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-07-10	Determina o período para a realização da fase de negociações e o prazo para se proceder à apresentação de propostas vinculativas melhoradas e finais no âmbito do processo de reprivatização da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A..
<i>Autorização de alienação</i> Despacho n.º 7742-A/2015 - Diário da República n.º 134/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-07-13	Autoriza a alienação do PM 71/Lisboa - Convento do Coleginho.
<i>Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração</i> Portaria n.º 206-b/2015 - Diário da República n.º 135/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-14	Identifica os dados e os elementos instrutórios a constar nas meras comunicações prévias previstas no Regime Jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração.
<i>Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração</i> Portaria n.º 206-c/2015 - Diário da República n.º 135/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-07-14	Identifica os dados e os elementos instrutórios dos pedidos de autorização previstos no Regime Jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração.
<i>Autorização de assunção e repartição de encargos</i> Portaria n.º 540/2015 - Diário da República n.º 135/2015, Série II de 2015-07-14	Autoriza o Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E a assumir e a proceder à repartição de encargos relativo à aquisição de serviços de limpeza e tratamento de roupa hospitalar, até ao montante máximo de EUR 427.050,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cinquenta euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
<i>Estratégia Nacional para a Habitação</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015 - Diário da República n.º 136/2015, Série I de 2015-07-15	Aprova a Estratégia Nacional para a Habitação (ENH) para o período de 2015-2031. A ENH integra medidas concretas a desenvolver, elencando também as entidades competentes e os indicadores de monitorização da sua implantação, assumindo uma natureza mais operativa, estruturada em três pilares: a Reabilitação Urbana, o Arrendamento Habitacional e a Qualificação dos Alojamentos. É criada a Comissão Nacional da Habitação (CNH), a funcionar na órbita do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.).
<i>Autorização de assunção de encargos</i> Portaria n.º 541/2015 - Diário da República n.º 136/2015, Série II de 2015-07-15	Autoriza entidades do Ministério da Administração Interna a assumir os encargos orçamentais decorrentes dos contratos para aquisição de consumíveis de casa de banho.
<i>Autarquias e atividades empresariais locais</i> Lei n.º 69/2015 - Assembleia da República - Diário da República n.º 137/2015, Série I de 2015-07-16	Segunda alteração às Leis n.ºs 50/2012, de 31 de agosto, 73/2013, de 3 de setembro, e 75/2013, de 12 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, e ao Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, introduzindo clarificações nos respetivos regimes.
<i>Reconversão das áreas urbanas ilegais</i> Lei n.º 70/2015 - Assembleia da República - Diário da República n.º 137/2015, Série I de 2015-07-16	Quinta alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, sobre o processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, definindo os termos aplicáveis à regularização dessas áreas durante o período temporal nela estabelecido.
<i>Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online</i> Portaria n.º 211/2015 - Diário da República n.º 137/2015, Série I de 2015-07-16	Fixa os montantes das taxas no âmbito do Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Programa Nacional de Turismo de Natureza</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015 - Diário da República n.º 140/2015, Série I de 2015-07-21	Aprova o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNN). O novo PNTN passa a abranger todas as áreas classificadas e estabelece como pressuposto que o turismo de natureza envolve a prática integrada de atividades diversificadas, e de fruição do ambiente natural nas suas diversas formas, passando também pela fruição do património cultural imóvel e imaterial, através das manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e estada em alojamentos turísticos. É ainda reconhecida a marca nacional Natural.PT, associada ao Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), como uma aposta integrada na biodiversidade e na cultura de Portugal, e um símbolo de qualidade e excelência de apoio ao desenvolvimento de base local.
<i>Programa “+Superior”</i> Despacho n.º 7979-Q/2015 - Diário da República n.º 139/2015, 2º Suplemento, Série II de 2015-07-20	Este regulamento disciplina o processo de atribuição de bolsas de mobilidade no ano letivo de 2015 -2016 no âmbito do Programa +Superior. O Programa +Superior visa incentivar e apoiar a frequência do ensino superior em regiões do país com menor procura e menor pressão demográfica por estudantes que residem habitualmente noutras regiões contribuindo para a coesão territorial através da fixação de jovens.
<i>Concessão de garantia</i> Despacho n.º 8033/2015 - Diário da República n.º 141/2015, Série II de 2015-07-22	Concessão da garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela AdP - Águas de Portugal, S. G. P. S., S. A. junto do Banco Europeu de Investimento, para financiamento parcial do projeto «Águas de Portugal A» - Tranche C.
<i>Código de Contas</i> Portaria n.º 218/2015 - Diário da República n.º 142/2015, Série I de 2015-07-23	Aprova o Código de Contas. O Código de Contas identifica as contas e respetivas notas de enquadramento de aplicação específica para todas as entidades sujeitas ao SNC, incluindo as entidades do setor não lucrativo e as micro entidades.
<i>Subsídio Social de Mobilidade</i> Decreto-Lei n.º 134/2015 - Diário da República n.º 143/2015, Série I de 2015-07-24	Regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.